

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAREN VICTORINO REGIS

**A PRESENÇA FEMININA NA *CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL* (1931-1951): A
ATUAÇÃO DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA**

RIO DE JANEIRO

2012

CAREN VICTORINO REGIS

**A PRESENÇA FEMININA NA CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (1931-1951): A
ATUAÇÃO DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato.

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAREN VICTORINO REGIS

**A PRESENÇA FEMININA NA *CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL* (1931-1951): A
ATUAÇÃO DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Professora Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato

Orientadora – UNIRIO

Professora Dra. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes

Membro Titular externo – UFRJ

Professora Dra. Angela Maria Souza Martins

Membro Titular interno – UNIRIO

Dedico este trabalho a minha família, meus irmãos Vivian e Victor e em especial minha mãe, mulher de garra, lutadora e que possui uma fé inabalável.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas pessoas que passaram por estes dois anos em minha vida, e peço desculpas pelos possíveis esquecimentos.

Primeiramente agradeço à Deus, por me guiar pelos melhores caminhos e permitir ao meu lado meu anjo da guarda e seus amigos, para minha proteção.

À minha mãe, Cláudia, por estar ao meu lado, me apoiar e me fortalecer, sempre me dando exemplos do que é lutar e ter generosidade e bondade.

Ao meu pai, Valdecir, em memória, por me amar, me ensinar a acreditar num futuro melhor que pode ser transformado pela luta coletiva, e por sempre estar comigo.

Aos meus irmãos, Vivian e Victor, pelas conversas, pelas brigas, pelo apoio, pelas risadas, por estarem ao meu lado e me darem a certeza de quem tem irmãos nunca estará sozinho.

A todos os meus avôs e avós, Alice, e Venino e Maura, em memória, pelo amor e por entenderem minha ausência.

A todos os meus tios, tias, primos e primas, por me fazerem sentir parte de uma grande família.

Ao meu cunhado, Thiago, pelos momentos de descontração.

À minha orientadora, Profa. Dra. Nailda Bonato, pela paciência, ensinamento e por todos esses anos de orientação.

À banca examinadora, Profa. Dra. Angela Maria Souza Martins, Profa. Dra. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes, e Profa. Dra. Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho pelos ensinamentos e colaboração para essa dissertação.

Às professoras Angela Martins, Sonia Lopes e Ligia Martha pelas palavras amigas, generosidade e apoio.

Aos meus animais de estimação, meus gatos, por trazerem alegria a minha vida.

Aos amigos, Rafael Eduardo, Carol, Helena, Bruna, Renata, Henrique, Ricardo, Leonardo, Renatinho, Eduardo e Arídio pelos momentos únicos, gargalhadas, companheirismo, brigas, choros, passeios, conselhos, por estarem tão próximos e alguns tão distantes, mas por todos serem pessoas especiais em minha vida, por serem meus eternos amigos, que desejo que sejam meus eternos irmãos.

Aos meus companheiros de movimento estudantil, que muito me ensinaram sobre a vida.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, NEPHEB, Adriana, Natasha, Gilton, Osnir, e Ana, pelos estudos, questionamentos, textos emprestados, por me ajudarem a construir minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas de turma, Jordania e Osnir, pela amizade e apoio neste trabalho dissertativo, e a todos os outros colegas que sempre me trataram de forma tão carinhosa, Zezo, Valéria, Flávia Renata, Flávia Castilho, Flávia Assis, Priscilla, Luciana, Altair, Júlio, Bárbara, Felipe Ribeiro, Felipe, Carla, Marta, Sandro, Daniel, Nahya, Jucielma, Mariana e Claudia.

A todos os funcionários da Unirio, em especial ao Edmilson, pela sua disponibilidade e respeito.

Canção do estudante

(Marcha, versos de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Música de Joubert de Carvalho)

A voz febril da mocidade,
De quem vem do norte e vem do sul
Desfaz-se em luz na imensidade
E vai brilhar no céu azul
Há na alegria da nossa voz
Clarões de fé, vigor e graça
A primavera palpita em nós
Como o licor da nossa taça.
Brasil!
Teu amor nos fará vencer!
Brasil!
Pelo ardor de te merecer
Sonhamos a glória do saber.

(Rumo – Revista de Cultura da Casa do Estudante do Brasil, 1969)

RESUMO

Esta pesquisa dissertativa teve como proposta de estudo investigar a presença feminina na Casa do Estudante do Brasil, entre as décadas de 1930 a 1950, período este que se empreendeu um processo de “luta” por parte de algumas mulheres, em especial da Associação União Universitária Feminina, por um espaço que garantisse as mulheres assistência, intercâmbio e cultura (a base de atividades da CEB). Esta busca se inicia ainda em 1931, no II Congresso Feminista organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com a reivindicação de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça por um pavilhão feminino para a estudante brasileira na então Casa do Estudante do Brasil, instituição destinada a colaborar com estudantes “pobres”. O período de término da investigação é 1951, quando se consolida a assistência feminina na CEB. No período delimitado ficou claro que as mulheres já participavam da Casa do Estudante do Brasil, ocupando um espaço político importante na Fundação. Como fundamentação teórico-metodológica utilizamos para entender o ensino superior da época: Fávero (2006a e 2006b), Horta (1994), Schwartzman (et al, 2000), e Cunha (2007a e 2007b). De acordo com a categoria gênero: Joan Scott (1992), Guacira Louro (1997), Rachel Soihet (1997 e 1974), Gonçalves (2006), e Pinsky (2009), são referenciais. Como metodologia utilizamos periódicos (jornais e revistas) da época estudada, baseada na perspectiva da Nova História, para tanto os referenciais foram: Peter Burke (1992), Le Goff (1996), Jim Sharpe (1992), Thompson (2004), Luca (2008) e Kossoy (2001). Com o presente trabalho podemos saber mais sobre a luta de algumas mulheres para ingressar e permanecer no ensino superior, entendendo os mecanismos, as ligações e posicionamentos políticos que as mesmas possuíam.

Palavras-chave: Casa do Estudante do Brasil, ensino superior, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, União Universitária Feminina, União Nacional dos Estudantes.

ABSTRACT

This research investigated the presence of women in the “Casa do Estudante do Brasil” , between the decades from 1930 a 1950, a period that started a process of “struggle” by some women, especially the “União Universitária Feminina”, for a space that would insure women assistance, exchange and culture (the activities’ basis of CEB). This quest starts even in 1931, in the “II Congresso Internacional Feminista” organized by the “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, with the claim of Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça for a female pavilion to brazilian student in the “Casa do Estudante do Brasil”, institution designed to work with “poor” students. The period of completion of the investigation is 1951, when consolidating the support of women in the CEB. In the period delimited became clear that women had participated in the “Casa do Estudante do Brasil”, occupying an important political space in the Foundation. As theoretical and methodological approach used to understand higher education at the time: Favero (2006a and 2006b), Horta (1994), Schwartzman (et al, 2000), and Cunha (2007a and 2007b). According to the gender category: Joan Scott (1992), Guacira Louro (1997), Rachel Soihet (1997 e 1974), Gonçalves (2006), and Pinsky (2009) are references. The methodology used periodicals (newspapers and magazines) of the studied time, based on the perspective of the New History, the benchmarks were: Peter Burke (1992), Le Febvre (1949), Le Goff (1996), Jim Sharpe (1992), Thompson (2004), Luca (2008) and Kossoy (2001). With this work we learn more about the struggle of women to enter and remain in higher education, understanding the mechanisms, connections and political that they possessed.

Key-words: Student’s home of Brazil, higher education, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Female University Union, National Union of Students.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Recorte do jornal <i>Correio da Manhã</i> com reportagem intitulada “A Casa do Estudante” – Anna Amélia no centro da imagem	36
Imagem 2 – Foto de Paschoal Carlos Magno	38
Imagem 3 –Foto de Maria Luiza Bittencourt	39
Imagem 4 – Recorte de jornal Diário da Tarde com reportagem intitulada “Conselho Nacional de Estudantes”	40
Imagem 5 – Cópia de carta enviada pela CEB a UNE	45
Imagem 6 – Recorte da <i>Revista da Semana</i> com reportagem intitulada “A Casa do Estudante no Brasil” – imagens das autoridades presentes ao lançamento da pedra fundamental	48
Imagem 7 – Recorte do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> com reportagem intitulada “A construção da Casa do Estudante e uma homenagem ao Chefe de Governo”	49
Imagem 8 – Recorte do jornal <i>O Globo</i> com reportagem intitulada “A Casa do Estudante do Brasil é de utilidade pública”.....	50
Imagem 9 – Recorte do jornal <i>Correio da Manhã</i> com reportagem intitulada “Para os que estudam - A Casa do Estudante envia interessante memorial nesse sentido”	53
Imagem 10 – Recorte do jornal <i>O Globo</i> com reportagem intitulada “Lembraram-se da Lei... – Detidos vários estudantes, quando collocavam cartazes em prol da alfabetização”	56
Imagem 11 – Fotografia de Bertha Lutz	63
Imagem 12 – Recorte do jornal <i>A Noite</i> com reportagem intitulada “Eleita a nova directoria da Casa do Estudante do Brasil”	68
Imagem 13 – Recorte da <i>Revista da Semana</i> com reportagem intitulada “O Chá da Caloura” – imagem das participantes	69
Imagem 14 – Recorte do jornal <i>A Nação</i> com reportagem intitulada “Chá dos calouros” – contém retrato da acadêmica Maria Helena de Souza	71
Imagem 15 – Recorte do jornal <i>A Nota</i> com reportagem intitulada “A festa oferecida pelas veteranas às calouras universitárias – como decorreu o Chá hontem realizado na Casa dos Estudantes” – imagens das participantes mesa de abertura e da platéia	72
Imagem 16 – Recorte da <i>Revista da Semana</i> com reportagem sem título – imagem das participantes da	

reunião da União Universitária Feminina	73
Imagem 17 – Fotografia de Ormind Bastos	75
Imagem 18 – Fotografia de Carmen Portinho	76
Imagem 19 – Fotografia de Heloísa Marinho	78
Imagem 20 – Fotografia de Natércia da Silveira	80
Imagem 21 – Fotografia de Mirtes de Campos	81
Imagem 22 – Recorte da Revista <i>A Noite Ilustrada</i> com a reportagem intitulada “Calouras” – imagens das participantes do Chá das calouras	83

SUMÁRIO

Introdução

1- A trajetória até o tema de pesquisa dissertativo	1
2- Referencial teórico-metodológico	4

Capítulo I: Em Busca de Acervos e Fontes: um Trabalho Minucioso

9

1.1- Todo documento é uma verdade?	10
1.2- Pesquisa e análise documental	17
1.3- Os impressos consultados	20

Capítulo II: O Contexto histórico do ensino superior e a Constituição da Casa do estudante do Brasil

26

2.1- Breve histórico do ensino superior no Brasil	27
2.2- A criação da casa do Estudante do Brasil: assistência, intercâmbio e cultura	33
2.3 – A CEB, a criação da UNE e o Governo Vargas	40
2.4 – Capanema e o projeto de ensino superior	50

Capítulo III: A Presença Feminina na Casa do Estudante do Brasil: *o Chá das Calouras - o Chá da Vitória*

58

3.1- O início: O pavilhão feminino na constituição da Casa do Estudante do Brasil: uma reivindicação no II Congresso Internacional Feminista	61
3.2- A presença Feminina na CEB: a atuação da União Universitária Feminina	65

Considerações Finais

91

Referências

94

A PRESENÇA FEMININA NA CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL (1931-1951): A ATUAÇÃO DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA

INTRODUÇÃO

1. Trajetória até o tema de pesquisa

A escolha deste tema de estudo tem origem ainda na minha graduação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como bolsista de Iniciação Científica¹ do projeto de pesquisa coordenado pela professora doutora Nailda Marinho da Costa Bonato, intitulado *As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre educação feminina*, desenvolvida no âmbito do NEPHEB². Nessa pesquisa, analisamos a atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nos anos de 1920 e 1930 e suas concepções de educação em “prol do progresso feminino”, *progresso* este entendido pelas participantes da entidade como garantia de direitos sociais, tanto individuais quanto políticos, por parte das mulheres. Liderada por Bertha Lutz³, a FBPF⁴, fundada em 1922, se constituiu como uma importante entidade representativa do movimento feminista brasileiro, a partir da década de 20. As fontes consultadas nos indicaram que, entre as ações da Federação estava, por parte de suas integrantes, a criação da União Universitária Feminina⁵, tendo em vista que a discussão no âmbito da entidade privilegiava também questões em torno do ensino superior para as mulheres (BONATO, 2005, 2007). Na condição de bolsista orientada pela pesquisadora, voltamos nosso olhar para essa associação – a UUF – com o subprojeto *As concepções da União Universitária Feminina* no âmbito da pesquisa matriz, objetivando revelar quantas e quem eram as mulheres membros da União

¹ Dois anos como bolsista IC/UNIRIO e um ano como PIBIC/CNPq, nos anos de 2005 a 2008.

² O NEPHEB é a denominação atual do antigo GEPHEB, grupo de pesquisa legalmente instituído em 2006, sendo registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Tem como líder a professora doutora Nailda Marinho da Costa Bonato e como vice-líder a professora doutora Angela Maria Souza Martins. Em junho de 2008, teve sua denominação alterada para NEPHEB conforme comunicado ao Departamento de Pesquisa da Unirio e modificada no Diretório de Pesquisa/CNPq. O Núcleo congrega orientandos de graduação e pós-graduação das referidas professoras e outros pesquisadores.

³ No corpo do texto trataremos um verbete sobre Bertha Lutz.

⁴ A partir de agora, ao nos referirmos à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, usaremos a sigla FBPF. Esta entidade foi criada em 1922, sendo Bertha Lutz sua principal fundadora e líder. Organizou em 1922 o I Congresso Internacional Feminista e, em 1931, o II Congresso Internacional Feminista. Em 1936, organizou o III Congresso Internacional Feminista (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000, BONATO, 2007).

⁵ Na continuação do texto, para nos referirmos à União Universitária Feminina, usaremos a sigla UUF.

Universitária Feminina; verificar o porquê da formação da União; identificar seus objetivos; e analisar as concepções sobre o ensino superior para as mulheres. Este último objetivo não foi atingido plenamente, por isso, encerrada a participação como bolsista de IC, a necessidade de aprofundar a temática com novas pesquisas se tornou evidente. Mas, para se atingir aqueles objetivos, fizemos um levantamento inicial de fontes pertinentes à União Universitária Feminina.

Nessa trajetória, e com os dados levantados, apresentamos trabalhos em eventos⁶. Assim, a participação na pesquisa levou-nos aos estudos iniciais sobre a inserção feminina no ensino superior, focando especialmente a atuação da UUF, uma associação que agregava mulheres estudantes de escolas superiores ou já formadas.

Tendo em vista os estudos iniciais sobre a atuação da União Universitária Feminina, e a presença de mulheres no ensino superior, a proximidade do término da condição de bolsista IC e da graduação em Pedagogia, procuramos aprofundar os estudos da pesquisa de iniciação científica, focando um dos pontos debatidos no II Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Neste Congresso, foi apresentada uma *these* por Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, na seção **II Educação superior. Regimen universitário. “Campus”. A “Casa da Estudante na Cidade Universitária”**, relativa à questão da habitação para as estudantes universitárias, assim intitulada: *O problema da habitação para moças-estudantes e o projeto de uma casa para a estudante brasileira na organização da Casa do Estudante do Brasil*. A discussão proposta tinha em vista o significativo aumento do número de mulheres nos cursos superiores e, conseqüentemente, a necessidade de se instituir uma política de habitação para essas estudantes, visando contribuir para a sua permanência nos espaços de ensino superior. Esse movimento de pesquisa resultou na pesquisa monográfica apresentada em 2008, à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a monografia de final de curso intitulada *A Casa do Estudante do Brasil – O Pavilhão Feminino: uma reivindicação de 1931*⁷.

Durante a realização da 5ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO, em 2006, ao apresentarmos uma comunicação oral relativa ao trabalho como bolsista IC no âmbito da pesquisa matriz, tivemos contato com uma das avaliadoras internas, professora Leila Beatriz

⁶ Estes trabalhos consistiram em divulgar os resultados da pesquisa como bolsista de iniciação científica. Vale ressaltar que o levantamento das fontes ocorreu nos acervos da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Associação Brasileira de Educação. Fontes imagéticas, impressas, correspondência, resoluções e regimento foram encontrados sobre a UUF.

⁷ Monografia orientada pela professora doutora Nailda Bonato.

Ribeiro⁸, que nos informou ter morado na Casa do Estudante do Brasil, na década de 1980. Assim, durante a pesquisa monográfica, contatamos a referida professora, que nos forneceu o telefone de outra estudante moradora da Casa à época, que talvez pudesse ter alguma documentação da CEB de nosso interesse.

A partir de todo esse movimento, concluída a graduação, visando aprofundar meus estudos sobre o ensino superior para mulheres, concorri ao processo seletivo do PPGEdU/UNIRIO 2010, sendo aprovada no âmbito da linha de pesquisa Subjetividade, Cultura e História da Educação. Para a seleção, apresentei um pré-projeto de pesquisa tendo como proposta de estudo investigar **a presença feminina na Casa do Estudante do Brasil**, ainda sem uma delimitação temporal, acreditando que o processo de pesquisa e a busca de fontes iriam contribuir para o recorte específico. Após o ingresso no Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação da UNIRIO⁹, dando continuidade aos estudos, contatamos a ex-moradora indicada pela professora Leila Beatriz Ribeiro, que nos levou à Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, onde conhecemos um funcionário que, de maneira receptiva, apontou a existência de uma documentação que, segundo ele, era um material “velho”, constituído de “um arquivo morto”; porém, pela sua descrição, tratava-se de documentos de interesse para nossa pesquisa.

Os dados coletados nas pesquisas anteriores e a consulta preliminar à documentação propiciaram informações sobre a presença feminina na CEB e conseqüentemente a delimitação temporal desta investigação dissertativa, cujos resultados são apresentados à Comissão examinadora descrita acima. Nossa delimitação temporal abordará o período de 1931, ano de reivindicação de um pavilhão feminino na Casa do Estudante do Brasil, no II Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF, até 1951, ano em que, segundo a presidente da CEB, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, as estudantes teriam “conquistado” uma residência universitária, mantida pela Fundação Casa do Estudante do Brasil. Esse período de 20 anos de busca por um espaço é que interessa a nossa investigação a partir da seguinte questão: **Como foi o processo de inserção e presença feminina no espaço da Casa do Estudante do Brasil, no período 1931 a 1951?**

⁸ Doutorado em Ciência da Informação pela UFRJ (2005) e Professora Adjunta IV da UNIRIO.

⁹ Após o ingresso no Mestrado em Educação da UNIRIO, apresentamos um Plano de Trabalho e fomos contemplados com a bolsa pertencente ao Programa de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino na UNIRIO (PBR-UNIRIO/Capes).

Tal investigação não perderá de vista a discussão sobre o ensino superior, neste período em que no Brasil ainda existia um grande número de analfabetos¹⁰, tendo em vista que a CEB destinava seu espaço para estudantes do ensino superior ditos “necessitados”, e a argumentação de sua presidente sobre a necessidade de uma moradia estudantil também para as mulheres. Neste sentido, é interessante problematizar sobre a questão da construção social dos espaços e os sujeitos a quem eram destinados. Considerando tais discussões, outras questões se colocavam para a investigação: Quais os objetivos e as finalidades da CEB? O que levou as estudantes “necessitadas” a estar nestes espaços? Quem eram as mulheres presentes no período em estudo? Quais atividades realizavam? Qual a importância desse espaço para as mulheres?

Considerando essas questões de investigação, objetivamos:

- Identificar como ocorria a inserção feminina na CEB no período em estudo.
- Analisar se a construção desse espaço de assistência estudantil colaborou para a permanência das mulheres como estudantes no ensino superior, no período estudado.

2. Referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico se apoia nos estudos empreendidos no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB), vinculado à linha de pesquisa Subjetividade, Cultura e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Entendemos que, para estudar a presença de estudantes de escolas superiores na CEB, era preciso discutir o ensino superior no Brasil da época estudada. Para isso, recorreremos a diferentes textos, livros e artigos. Para discussão, utilizamos as duas primeiras obras da trilogia de Luiz Antônio Cunha para pensar o ensino superior no Brasil. O autor, no primeiro livro, analisou o ensino superior da colônia à Era Vargas (do século XVI até 1945); no segundo livro, analisou a república populista (de 1945 a 1964) e, por fim, um terceiro livro trata da Reforma Universitária de 1968. Destas obras, estamos utilizando como referência as de acordo com a delimitação temporal desta investigação. Além desse autor, utilizamos também Fávero (2006a e 2006b) e Schwartzman (et al, 2000); e Horta (1994) para nos ajudar a pensar o contexto educacional da época.

A CEB se propunha ser uma residência estudantil para abrigar estudantes, visando contribuir para a sua permanência neste nível de ensino. No período estudado, (1931-1951), o

¹⁰ “Em 1920, aproximadamente 75% dos brasileiros eram analfabetos.” (CARVALHO, 2003 apud VEIGA, 2007).

ensino superior brasileiro passa por diferentes momentos políticos, já que, de 1930 a 1945, teremos a Era Vargas, também demarcada, já que em 1937 tem início o Estado Novo, com a extensa repressão estabelecida pelo governo e ainda o período pós-1945 – a redemocratização do país. Tais datas, para além de uma delimitação histórica, nos guiam no sentido de compreender os movimentos ocorridos no ensino superior. Como explicita Luiz Antônio Cunha (2007a), de 1930 a 1945 o ensino superior passava por um momento de “expansão e a contenção de matrículas do ensino superior, o liberalismo e o autoritarismo na estruturação da universidade, a demanda de participação política e a repressão ao movimento estudantil” (p.14), claramente demonstrando o momento político vivido à época, a chamada ditadura Vargas. De 1945 a 1964, ele afirma que o ensino superior será destinado principalmente a “canais de ascensão social para as camadas médias e, conseqüentemente, o aumento da procura de diplomação superior” (CUNHA, 2007b, p. 23).

Cabe ressaltar que, mesmo entendendo que no período estudado a discussão de gênero ainda não estava posta, olharemos para nosso objeto de estudo com esta perspectiva. Nesse sentido, nosso trabalho consiste em estudar a inserção e presença das mulheres estudantes do ensino superior na CEB à luz de autoras como Scott (1992), Louro (1997), Soihet (1997 e 1974), Teixeira (2009), Gonçalves (2006), Pinsky (2009), Almeida (1998). Embora não classificada como autora que discute o feminino na perspectiva empreendida no trabalho, trazemos dados de Saffioti (1979).

Com Soihet (1997), podemos compreender gênero como o “termo usado para teorizar a questão da diferença sexual”. Remetendo às diferenças existentes entre homens e mulheres, porém, esta categoria foi eleita para se distanciar dos termos *sexo e diferença sexual*, já que eles não traziam em si a questão da interação social, da luta por poder e, acima de tudo, da construção social e não natural da relação entre os sexos. Tal construção sociocultural faz o fator biológico ser relegado a segundo plano, pois a importância estaria na construção das *identidades*. Partindo deste ponto, é importante a investigação sobre a busca das mulheres por um espaço de assistência estudantil, ou seja, o sexo feminino ter um espaço de moradia, assim como o masculino na CEB, não se fez por pura concepção biológica: fatores relacionais, instituídos na sociedade, fizeram com que as mesmas fossem relegadas a esperar por assistência, ainda valendo a discussão sobre quem eram as mulheres que circulavam na CEB neste período, já que esta categoria também traz em si a questão de que não se fala mais na mulher, e sim, em mulheres. É fato que a operária da década de 1930 tinha objetivos e bandeiras de luta diferentes daquelas que estavam em busca de permanência no ensino superior, e mesmo no interior deste coletivo podemos encontrar diferenças. Soihet (1997)

aponta que o discurso sobre a mulher, mesmo pertencendo a diferentes contextos e realidades, teria *biologicamente* uma essência, o que colaborou para o desenvolvimento do Movimento Feminista das mulheres da década de 1970, fortalecendo politicamente a perspectiva homem *versus* mulher. Ainda no final da mesma década, conflitos dentro do próprio movimento destacaram uma fragmentação, privilegiando fatores como classe, etnia e sexualidade; falava-se em múltiplas e diferentes identidades das mulheres. Logo, as desigualdades entre os sexos e dentro dele devem ser teorizadas para que possamos melhor compreender esse movimento na sociedade sobre a necessidade de uma moradia para o ensino superior no período de 1931 a 1951.

Com Scott, por meio da leitura feita por Pinsky (2009), gênero pode ser entendido como: a) *um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e b) um modo primário de significar relações de poder.* Neste sentido, pode-se dizer que: *a primeira refere-se ao processo de construção das relações de gênero. A segunda refere-se à pertinência da aplicação do termo como categoria de análise de outras relações de poder.* (p.165)

Nesta perspectiva, a categoria gênero é composta por quatro elementos, conforme apresentados abaixo:

- a) *Símbolos que evocam múltiplas representações (por exemplo, Eva e Maria, inocência e corrupção, virtude e desonra). Eles devem ser pesquisados em suas modalidades e nos contextos específicos em que são evocados;*
- b) *Conceitos normativos que evidenciam as interpretações e os significados (doutrinas religiosas, regras sociais, científicas, políticas), e que remetem a afirmações dominantes dependentes da rejeição ou repressão de possibilidades alternativas. Aqui, o desafio das pesquisas seria revelar o debate por trás da aparência de uma permanência eterna na representação binária e hierárquica de gênero;*
- c) *Política, instituições e organização social, noções e referências que devem ser incluídas nas análises, pois gênero é construído tanto no parentesco quanto na economia e na política; e*
- d) *Identidade subjetiva. O pesquisador pode examinar os modos pelos quais as identidades de gênero são constituídas, relacionando-as a atividades (educacionais, políticas, familiares etc.), organizações e representações sociais contextualizadas.* (PINSKY, 2009, p.165)

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que a categoria gênero não inclui

somente a história das mulheres e sim uma problematização sobre as mulheres em relação aos homens, o que metodologicamente foi importante, pois ampliou as fontes disponíveis para o historiador, já que não se tratava de “investigar” apenas aquelas fontes onde apareciam mulheres como protagonistas, e sim problematizar sobre o dito e o não dito, sobre as mulheres e o papel que exerciam em determinados contextos e momentos históricos, em contraponto aos homens.

Essa seria uma história vista de baixo, já que trata de mulheres estudantes do ensino superior, que em sua época, numa sociedade patriarcal, possuíam poucos direitos? Ou trata-se de mulheres universitárias privilegiadas social e politicamente? Mas se pensarmos que nesta história tivéssemos conseguido apenas uma documentação que desse “voz” as(os) participantes da diretoria da Casa do Estudante do Brasil e não dos estudantes residentes que lá estavam, nos faz crer que seria uma história “vista de cima”? Para além destas questões, o que queremos é compreender a inserção feminina num espaço ainda masculino, buscando os fatores que fizeram estas mulheres estarem lá. Aqui não se trata de (re)construir uma história como um movimento de vitória das mulheres, mas de compreender que foi um momento específico e determinado, em que um grupo de mulheres de diferentes localidades, diante das questões políticas, sociais e educacionais da época, tiveram condições de ingressar no ensino superior. Isto é significativo e nos aproxima do pensamento de Joan Scott quando explica sobre a história da conceituação de gênero e das lutas feministas. Se num determinado momento se pensava numa “luta” unificada para as mulheres, numa tentativa de se unirem em busca por direitos na sociedade, viram que tal integração não seria possível, porque não existia a mulher e sim mulheres com diferentes interesses, perspectivas e bandeiras de luta.

A análise da documentação levou-nos à escrita de três capítulos que se seguem.

No **primeiro capítulo**, intitulado *Em busca de acervos e fontes: um trabalho minucioso*, apresentamos o processo de busca de fontes nos acervos, considerando a escassez e a problemática de fontes pertinentes à temática em estudo em acervos oficiais; idas e vindas aos acervos; a seleção das fontes; as condições de organização, conservação e preservação desses materiais nos acervos pesquisados; e apresentação dos documentos encontrados.

No **segundo capítulo**, *A constituição da Casa do Estudante do Brasil e o contexto histórico do ensino superior*, apresentamos uma contextualização do ensino superior da época, o surgimento da UNE e a constituição da Casa do Estudante do Brasil.

Seguindo esse caminho, no **terceiro capítulo**, *A presença feminina na Casa do Estudante do Brasil: o Chá das Calouras – o Chá da Vitória*, apresentamos a atuação da

União Universitária Feminina no período de 1931 a 1951 e as mulheres que estavam neste movimento.

CAPÍTULO I

EM BUSCA DE ACERVOS E FONTES: UM TRABALHO MINUCIOSO



Acervo: Casa do Estudante do Brasil

O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.

(March Bloch)

Neste capítulo trataremos das questões sobre as fontes e a metodologia utilizada na investigação. Para tal discussão, recorreremos a autores como Peter Burke (1992), Le Goff (1996), Jim Sharpe (1992), Thompson (2004), Luca (2008) e Kossoy (2001).

Inicialmente, é preciso detalhar o caminho percorrido até se chegar à consulta documental; quais foram os acervos consultados e dados encontrados; o papel das instituições quanto à guarda e à preservação dos acervos documentais; guarda documental por instituições que não têm este fim; qual a importância para os estudos históricos?

Diante da escolha de impressos como fontes, recortes de jornais da época e a revista *Rumo* – a revista cultural da Casa do Estudante do Brasil, tornou-se também necessário discutir o uso desse material como fonte. Neste sentido, apresentamos os jornais e revistas consultados, e o momento vivido à época, como a implantação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

1.1- Todo documento é uma verdade?

Tendo em vista a pergunta acima, neste capítulo, procedemos a uma discussão sobre a pesquisa e a análise documental empreendidas na investigação. Para tanto, explicitar escolhas e fundamentar conceitos será importante para compreensão do caminho metodológico utilizado, em especial o uso dos documentos impressos.

Primeiramente, sabemos que a história se faz também através de documentos, ou seja, para tratarmos de fatos históricos necessitamos de registros da produção humana. As correntes historiográficas se diferenciam no entendimento e concepção do que seja a história, do que ela deva estudar, que métodos deve seguir e, principalmente, qual o seu objetivo diante do estudo histórico¹¹.

Como é sabido, com a “Revolução” da Escola dos Annales¹², em 1929, na França, os

¹¹ Segundo Lombardi (2004), as concepções que mais incidem no fazer científico do historiador são as clássicas: positivista, fenomenológica e marxista.

¹² Esta denominação de revolução se dá pelo marco que a Escola dos Annales teve em relação à transformação do paradigma histórico, como nos afirma Peter Burke (1992): “A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional.” Paradigma é o termo empregado por Thomas Kuhn quando argumenta sobre a pesquisa científica e explicita que a ciência é pautada por paradigmas, e que os mesmos entram em crise e são depostos para que novos entrem em circulação. Estes paradigmas não seriam apenas modelos teóricos, mas também uma verdade estabelecida dentro de regras para responder questões e problematizações, e que pela falta de completude abre lugar para as crises paradigmáticas e o aparecimento de novos paradigmas. Com Lombardi (2004, p. 3), o autor afirma que a Escola dos Annales se constituiu como um movimento, no sentido que se utiliza dessa nomenclatura para se referir “à comunidade que se articula em torno de algumas grandes bandeiras, algumas palavras de ordem que colocam a reflexão ou a produção acadêmica em conformidade com as modas dominantes em determinados momentos, mas que se esvaem assim que passam as motivações”.

expoentes March Bloch e Lucien Lefebvre marcaram a escolha de novos objetos, problemas e abordagens, o que também levava a novas formas de se apreender e ampliar a compreensão de documento. Antes, se numa “história positivista” apenas os documentos escritos e “oficiais” eram considerados os detentores da verdade e fonte¹³ para o historiador, a partir do Movimento do Annales teremos novos olhares para estes mesmos documentos e para outros, como afirma Lefebvre citado por Le Goff (1996): “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem.” Dessa forma, a ampliação do sentido de documento perpassa a historiografia e dá uma nova visão à história, em que os documentos escritos e “oficiais” não são considerados as únicas e legítimas fontes, mas possibilitam novas fontes de estudo, já que a produção humana se dá de diferentes formas. Este entendimento de documento não modifica apenas a base de estudo historiográfico, ou seja, a fonte, mas muda a perspectiva e o olhar sobre o que seja a própria história, pois não estuda mais só os feitos de grandes personalidades, entendendo que o movimento da sociedade também se faz por outros sujeitos, em outros cenários.

A história, assim, passa a ser entendida não como um fato dado e imutável, que evoluirá ao longo do tempo como uma medida natural, e sim uma construção humana, logo social e cultural, que está passível de transformações e não linearidades, de conflitos e coexistência de diferentes relações num mesmo tempo e espaço. Assim, a simples descrição de fatos não basta ao historiador, sendo necessário uma problematização para a compreensão do objeto estudado. A história se reveste para além de uma narrativa, sendo passível o questionamento sobre a *verdade* dos documentos e da história escrita anteriormente.

Diante deste entendimento, vale pensar ainda sobre o relativismo cultural, que, segundo Peter Burke (1992):

¹³ As fontes são para quem se propõe a analisar, interpretar, sintetizar, tornar inteligível a história, tarefas essenciais para o fazer histórico, entendendo que as mesmas podem se dar de diferentes formas – documentos impressos, testemunhos orais, cartas pessoais, diários escolares, jornais, revistas, atas de assembleia, materiais iconográficos, audiovisuais, enfim, uma infinidade de documentos, que podem ser utilizados de acordo com seus interesses de pesquisa. “Da mesma forma que é impossível pressupormos a Ciência da História sem que ela tenha objeto de investigação, não é possível o entendimento dos objetos de investigação sem as fontes e essas, por sua vez, como o material que fundamenta e embasa a própria pesquisa histórica. As fontes resultam da ação histórica do homem e, apesar de nem sempre terem sido produzidas com a intencionalidade de registrar a vida e o mundo dos homens, acabam sendo testemunhos dessas dimensões. Apesar das fontes serem produtos históricos do homem, nem sempre se encontram facilmente disponíveis para que o homem torne inteligíveis suas ações no tempo e no espaço.” (LOMBARDI, 2004, p.11) Mas ainda tendo claro o que Saviani nos alerta: “as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.” (2004, p.6)

se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos, pois só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

Desta forma, o autor nos questiona sobre realidade histórica, deixando claro que à mesma são atribuídos de diferentes olhares e percepções sobre o mundo, não havendo uma única via para se delimitar um estudo e o objeto a ser investigado. Não se trata de colocar posições como opostas ou excludentes, mas sim de compreender que um mesmo objeto pode ser analisado de forma diferente. Vale mencionar, neste ponto, a não neutralidade científica, já que o pesquisador se pauta por teorias, práticas e olhares diferenciados de mundo e de política, pois não é apenas a cultura que determina a pesquisa do autor, sendo também seus referenciais teórico-metodológicos essenciais para tal escolha.

Vale ainda refletirmos sobre a questão da chamada história vista de baixo e história vista de cima. Mas o que seria a história vista de baixo?

A história vista de baixo está diretamente relacionada a uma história que se preocupa com as pessoas comuns, mas, antes de tudo, com a história do povo do passado, ou seja, a importância de se fazer uma história que não fique apenas marcada por grandes personalidades ou que se fixe em mostrar pessoas do cotidiano, mas sim mostrar que o povo esteve presente na construção de uma história, o que traz em si uma relação de identificação, coletividade e valorização para o povo atual; pelo menos seria a pretensão, como nos aponta Sharpe (1992). Mas é também o autor que nos alerta que este mesmo “povo” sempre possuiu contradições dentro de si, ou seja, uma gama de variedade entre os sujeitos, quanto à estratificação social, cultura, profissão, sexo, etnia, entre outros; assim, não há como entender tal questão de forma simplista, sendo necessária a contextualização histórica para compreensão do que seria o “baixo” em determinada época histórica. A relação com a construção da identidade do povo deve ser levada em consideração, mas não exclui que esta história não se feche em seus núcleos sociais, tomando corpo, participando e *consolidando a corrente principal da história* (p. 62).

Por que tal escolha desta abordagem pelos historiadores? Qual o propósito e significado desta “história”? Vale aqui pensarmos na dialética do termo, já que, para existir uma história de baixo, implicitamente estamos afirmando que há uma história vista de cima; logo, quem embasa suas pesquisas e estudos na primeira abordagem não pode se desligar e excluir a outra, devido ao risco de cair no mesmo erro, ou seja, fragmentar a história apenas a pessoas do povo, como se os fatos históricos não fossem a relação entre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade. Assim, uma visão mais ampla da história significa um olhar atento

para os conflitos que foram estabelecidos ao longo dos anos, resultando na construção sócio-histórica da sociedade. Assim, não basta uma ideologização da pesquisa histórica e sim uma responsabilidade ideológica preocupada com os fatos e seus possíveis desfechos, considerando a estrutura e o poder social; reintegrando à história personagens e grupos sociais esquecidos ou anulados historicamente.

Entendendo tais questões, discutiremos sobre o objeto de estudo aqui apresentado. Não se pode afirmar de que estejamos falando de uma história vista de baixo, já que se trata de mulheres que, na década de 1930 a 1950, ingressaram no nível superior, um período em que o número de analfabetos entre homens e mulheres era de 75%. De acordo com este dado, é interessante pensarmos quem eram estas mulheres. Podemos realmente falar em história vista de baixo? Em mulheres “necessitadas”? Mulheres estas que frequentavam uma fundação de interesse público que recebia verba do então governo Vargas. Valendo frisar que a instituição abrigava estudantes que vinham de outros estados e não tinham moradia na então capital e emprego para se manterem aqui; que possuía um restaurante que oferecia refeições baratas; para os estudantes que não pudessem pagar, a alimentação era gratuita. Uma instituição que tinha como presidente uma mulher, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Esse era um movimento do povo? Ou podemos analisar como uma forma assistencialista de atender a interesses da alta sociedade e do governo, que tinha o interesse em agregar/cooptar diferentes setores da sociedade com vistas de hegemonia no poder? Durante o texto, nos propomos a clarificar tais questões no intuito de compreender que, mesmo se tratando de mulheres que tiveram que “lutar” e buscar por espaços dentro da sociedade, ainda tratamos de pessoas privilegiadas em determinada época, já que, como é sabido, o ensino era dividido em ensino profissional, para aqueles que pretendiam uma profissão e parariam os estudos, e o ensino propedêutico, que permitia o ingresso ao nível superior; isto significa que havia um corte entre os que podiam saber e aqueles que deveriam iniciar sua vida no mundo do trabalho. Indo além, também falamos de pessoas que tinham em seu círculo de relações o então presidente Getúlio Vargas, dado interessante também a se analisar.

Cabe aqui avaliarmos que a presença ou ausência do documento também é algo a ser problematizado. O que foi decidido ser “salvo resguardado” pelo tempo, o que foi decidido ser excluído? Tanto quanto o dito, o não dito também tem muito a revelar, pois pode demonstrar conflitos, lutas pelo poder e dominância de uma determinada época. Assim, o que deve ser revelado e guardado pelo discurso histórico? O que deve ficar para humanidade, o discurso construído? Com Le Goff (1996), compreendemos que: “O documento não é

qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” Ainda pensando com o autor, temos a clareza que o documento deve ser criticado e problematizado para que não caiamos na “armadilha” de entendermos o documento como uma verdade, que expõe os fatos por si só, revelando o passado, tal como ele foi vivido, reproduzindo uma realidade anterior. Assim, o documento

resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprios. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos –, e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (ibid, p. 548).

O que o autor aponta para os pesquisadores é a responsabilidade de olhar para o documento como uma construção temporal, social e cultural. Desta forma, *todo documento é mentira*, pois foi criado por determinadas pessoas, com determinados interesses, em determinadas condições, ou seja, um documento não é uma verdade em si e nem fala por si, ele deve ser questionado, perguntado, pois sua *roupagem* pode revelar ou desnudar análises sobre um determinado fato. Mas todo documento é também uma verdade, na medida em que pode demonstrar ao historiador acontecimentos, relações e perspectivas de um determinado momento, incluindo os chamados documentos “falsos”, aqueles gerados intencionalmente com um sentido de esconder algo, muitas vezes podendo ser gerado/produzido posteriormente à época de que trata o documento. Isto significa que algum acontecimento quis ser mascarado por alguém (ou por algum grupo), em outras palavras, que uma nova verdade quis ser estabelecida em detrimento de outra. Este documento também deve ser problematizado, pois pode oferecer uma nova perspectiva para um fato ocorrido. Ele também é uma verdade na medida em que demonstra como as relações humanas são palco da busca de poder, e uma construção eminentemente social e cultural.

Este entendimento vale para a nossa construção metodológica, já que os documentos com que trabalhamos são, principalmente, reportagens de jornais da época estudada. Os impressos são hoje fonte e objeto de pesquisa histórica, porém ainda há uma clara resistência a este tipo de documento, por se considerar que os periódicos demonstram inexatidão, imparcialidade e tendenciosidade, onde o conteúdo está determinado por uma linha editorial, recebendo assim influências que poderiam fazer, de uma notícia, verdade ou não. Cabe então voltarmos a Le Goff e refletirmos sobre este fator, em que todo documento é criado com

funções e intencionalidades e cabe a problematização do mesmo, para que não caiamos em falsas armadilhas. Assim, ao se trabalhar com jornais, será preciso dar ênfase aos temas, linguagem, conteúdo, quem escreve o discurso, a que público o jornal ou revista pretendeu atingir e qual linha editorial o periódico seguia. Dar destaque a tais fatores privilegia a atenção aos múltiplos significados que podem trazer uma reportagem de jornal, compreendendo o interesse da disseminação de tal notícia, pois só por se tornar uma reportagem gera muitas questões a serem debatidas (LUCA, 2008).

O jornal se constitui, pois, em fonte privilegiada deste trabalho, pois ele é

um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas: mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas e omissões deliberativas (...) A imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes – coloridos, portanto, pela própria vivência da situação. (CAMARGO apud, CARVALHO, INÁCIO FILHO, 2007, p. 54)

Mas vale frisar que os jornais aqui estudados são das décadas (1930 a 1940) em que no Brasil havia um regime autoritário, que teve sua ampliação com o golpe do Estado Novo em 1937, ou seja, a imprensa da época passava por censura e não podia publicar muitos dos acontecimentos, já que o governo freava essas ações. Mas mesmo com tantas impossibilidades de expressão, é interessante sabermos o que estava sendo veiculado pelos jornais e notarmos que mesmo com a censura, alguns conseguiam mostrar, mesmo que nas entrelinhas, a sua oposição ao regime político. Assim, ter a possibilidade de estudar sobre a presença feminina na CEB, que buscava ampliar seus espaços de inserção na sociedade visando o ingresso e permanência de mulheres no ensino superior através dos jornais, é importante na medida em que constitui-se como “fonte inigualável para o estudo da história da educação, contribuindo para a ampliação da compreensão do processo de expansão da educação, da difusão de concepções educacionais, dos usos políticos, das lutas dos diferentes estratos sociais pela educação” (CARVALHO, INÁCIO FILHO, 2007, p. 56). Este tipo de fonte propicia o acesso a informações sobre aspectos polêmicos e fugazes que ocorrem na sociedade e que acima de tudo, se posiciona com uma forte característica, a de querer intervir na realidade, criando e disseminando opiniões, não à toa o governo estadonovista implementa o Departamento de Imprensa e Propaganda, na tentativa de frear os impulsos da imprensa em fazer dar sua opinião como fato inabalável. (NÓVOA, 2007 apud VILLANOVA, 2008).

Como já percebido, os jornais produzem uma verdade, tal qual todo documento, e nele encontramos, além de reportagens, algumas imagens que também merecem destaque, pois

tem o intento de não apenas retratar um acontecimento, mas fazer deste acontecimento um fato indiscutível, pois a época a fotografia era vista como um instrumento que pudesse capturar a verdade. Mas sabemos que não o é, já que a fotografia é a produção intencional de um fotógrafo (que pode ser um profissional do jornal, do governo, ou seja, não sendo uma fotografia particular) que quis passar o acontecimento de uma determinada forma, para construir a interpretação do leitor sobre os fatos. Inclusive, nas décadas dos jornais trabalhados, é interessante o uso da foto como um mecanismo tanto do governo quanto da CEB para mostrar para a sociedade o que tinha acontecido, como uma inegável prova do discurso produzido pelos mesmos. Deixando para a posterioridade uma imagem de harmonia, descontração e amorosidade por parte da CEB e de sua presidente Anna Amélia e uma integração entre o governo e esta instituição que agregaria estudantes “necessitados”, logo uma visão de que Vargas apoiaria essa “missão” maior de assistência, e não estaria no papel de controlador dos segmentos da sociedade. Assim, “a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia” (KOSSOY, 2001, p. 37).

Este fato da fotografia ser uma produção do homem em determinado espaço e tempo, com certas intencionalidades, faz da mesma “uma outra realidade, a do documento: a segunda realidade, autônoma por excelência. Inicia-se um outro processo: o da vida do documento. Este não apenas conserva a imagem do passado, faz parte do mundo” (KOSSOY, 2001, p. 44). Ou seja, a fotografia não é algo retirado do passado, é uma outra realidade produzida em cima de um fato – de uma primeira realidade, de um resíduo do passado, tendo atrás de si uma história (ibid).

Tal como os jornais, as fotografias, que também estão nestas fontes, se tornam um documento de informação que pode ser um meio de produção do conhecimento do passado, tendo a clareza que

A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um *aspecto determinado*. Não é demais enfatizar que este conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço a seu contratante. (ibid, p. 112)

1.2- Pesquisa e análise documental

Majoritariamente, as fontes encontradas e trazidas na investigação para a produção desta dissertação são recortes de jornais das décadas de 1930 a 1950, pertencentes ao acervo da CEB, que estão encadernados por atividades realizadas nesta instituição (teatro do estudante, cultura, entre outros), e dentro desta divisão organizados por ano, encontrados na Fundação Casa do Estudante do Brasil. Como é uma instituição privada e não tem o objetivo de guarda e conservação de fontes, a documentação encontra-se numa estante, em um quarto e pode ser acessada diretamente pelo pesquisador com a visita a esta Fundação.

Para encontrar as fontes de pesquisa, foram necessários alguns procedimentos. Primeiramente, fomos aos acervos públicos localizados na cidade do Rio de Janeiro, tais como: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ). Tendo como locus privilegiado de pesquisa a própria Casa do Estudante do Brasil. A documentação é classificada em duas grandes séries documentais intituladas Casa do Estudante do Brasil e Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, já que estes nomes são sublinhados nas reportagens. Isto significa que o critério de guarda desse material documental se refere às atividades da própria CEB e de sua presidente Anna Amélia, demonstrando a importância dessa mulher na instituição. Neles, podemos ver desde notícias sobre encontros com autoridades governamentais, encontros estudantis na CEB, reportagens com a diretoria, notas sobre os cursos que ofereciam, reclamações sobre a Casa, até notas sobre a festa de carnaval que se realizava nesta residência.

Como procedimento metodológico de consulta aos documentos dessa instituição, inicialmente lemos os recortes de jornais, visando selecionar em seu conteúdo os temas de interesse da investigação. Posteriormente, eles foram transcritos, mas, diante da quantidade de material encontrado, resolvemos fotografar estes documentos, o que agilizou o tempo de pesquisa, além de possibilitar a visualização de algumas imagens, que trazemos neste trabalho.

Tendo em vista responder à questão desta investigação, fizemos a leitura e analisamos as fontes encontradas. Primeiramente, verificamos o que os documentos “diziam” sobre a presença feminina na CEB, informando também que tal presença se fazia antes mesmo do processo de data de criação de uma Residência Universitária Feminina, com prédio próprio. As mulheres formadas que lá estavam ou circulavam, em sua maioria, faziam parte da União

Universitária Feminina, entidade estudada no período de IC, como já informado na introdução deste trabalho.

Também a documentação apontara os movimentos da sociedade em relação ao governo da época, representado por Getúlio Vargas (1930-1945), além da representatividade estudantil organizada, como a UNE. Além dos recortes de jornais, vale citar a revista cultural da CEB – *Rumo*, que traz um artigo de sua presidente Anna Amélia sobre a trajetória da Casa do Estudante do Brasil, dentre outros textos significativos para o estudo; revista também encontrada na Casa do Estudante e cedida pelo funcionário.

Vale ainda nesta seção ampliar a discussão sobre a preservação, guarda, avaliação e descarte das fontes, que se configuram muitas vezes como impasses da investigação histórica. Como dito anteriormente, ao chegar à CEB fui informada de que não havia nenhum material de pesquisa, e que se houvesse algo estaria num “arquivo morto”, o que não impediu nosso acesso, possibilitando o encontro dos documentos trazidos e discutidos neste texto. Embora o que se encontrou basicamente se refira a uma coleção de recortes de jornais – por tratar-se de um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”¹⁴, a denominação de “arquivo morto” para a documentação nos leva à discussão sobre os documentos e seu valor. O que deve ser preservado? O que deve ser descartado?

Com Vidal (2000), podemos pensar sobre a preservação, guarda, avaliação e descarte das fontes, ou seja, sobre sua materialidade e informação. A própria autora afirma que tal tarefa é difícil e merece uma equipe multidisciplinar, já que

preservar não significa guardar tudo, mas avaliar a documentação, descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. Isso envolve o uso de técnicas de higiene, estabilização de PH e acondicionamento, como também de registro: banco de dados, índices e verbetes; além de uma discussão sobre o que é desnecessário. (ibid, p.39)

Este processo de preservação documental demanda um esforço de recursos materiais e de pessoal especializado para tal trabalho, serviço este que, sabemos, a CEB não pode realizar; porém, tais registros devem ser organizados para a facilitação das pesquisas. Na análise que procedemos sobre os documentos, levamos em consideração seu conteúdo intrínseco e extrínseco também; logo, a preservação não só da informação, mas sua materialidade, se faz essencial. Se a teoria das três idades dos documentos fosse aplicada pelas instituições, talvez não tivéssemos perdas documentais. Assim, segundo Bonato (2000), a teoria das três idades do documento define que:

¹⁴ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 52.

os arquivos passam por três estágios de evolução: arquivo corrente ou de primeira idade – constituído de documentos em curso e consultados frequentemente. De natureza administrativa, atendem às necessidades imediatas para as quais foram produzidos e por isso se conservam junto aos órgãos produtores; arquivo intermediário ou de segunda idade – nos quais os documentos não são mais consultados tão frequentemente, porém ainda podem ser solicitados para retomada de alguma questão pelo órgão que os produziu. Já foram avaliados e aguardam destinação final de acordo com a Tabela de Temporalidade dos Documentos; arquivo permanente ou de terceira idade – constituído de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa, mas que se conservam definitivamente em razão de seu valor histórico ou probatório, de acordo com a avaliação documental; documentos para fim de pesquisa. (p. 47)

Temos explicitado que os arquivos “passam” por fases para que cheguem a ter valor de documentação histórica para *fins de pesquisa*. Mas, para que este resultado final aconteça, é necessário atenção a essa documentação desde a primeira idade dos arquivos, ou seja, atenção, preservação e avaliação dos documentos que se utilizam e aqueles que devem e podem ser mantidos para que cheguem ao estágio da terceira idade. Viabilizar essa preservação significa não qualificar o arquivo permanente em arquivo “morto”, como visto na CEB, o que trará uma mudança de perspectiva e guarda dos arquivos, não entendendo mais como a existência de documentos que “não servem para nada” e compreendendo a multiplicidade e variabilidade de pesquisas que poderão ser estudadas a partir do arquivo permanente. Fica clara a necessidade de uma política de gestão de documentos que, atenta a tal situação, faça a *constituição correta do arquivo permanente* (ibid).

Outro ponto que merece destaque para os investigadores é a forma de organização dos documentos, que pode revelar muitas informações, como também ocultar, já que estão disponíveis a partir da eleição de determinados sujeitos. Neste sentido, Vidal (2000) alerta que

a escolha das denominações tanto pode oferecer visibilidade quanto operar o ocultamento de aspectos da documentação. Mais. A eleição de alguns temas efetua recortes que apontam claramente para os interesses da pesquisa ou a aproximação teórica dos investigadores. (p.41)

Um documento pode aparentemente não servir aos interesses do pesquisador, mas ser valioso, se olhado de forma minuciosa. Logo, um olhar atento deve fazer parte do trabalho do pesquisador, que não pode se contentar apenas com a classificação dada pelos organizadores, indo além, percebendo-o, como a autora nos diz, como uma pista, um indício, como o próprio nome indica.

As discussões inerentes a esta pesquisa tiveram como pontapé inicial as fontes, que foram importantes para a delimitação temporal do objeto, escolha da metodologia – trabalho com recortes de jornais – tornar o objeto inteligível à luz da história, contribuindo para a

análise da pesquisa: pensar sobre a presença feminina na CEB e sua relação com a permanência de mulheres e homens universitários no ensino superior, nas décadas de 1930 a 1950.

1.3- Os impressos consultados¹⁵

Neste item, traremos verbetes de alguns dos jornais utilizados neste texto, o que possibilita uma melhor compreensão das fontes utilizadas, notícias e análises realizadas. Pois, como dito anteriormente, os impressos, como todos os outros documentos, trazem em si intencionalidades sobre aqueles que os lerão e interpretarão. Os verbetes dos jornais abaixo foram extraídos do acervo da Fundação Getúlio Vargas, sendo oportuno mencionar que nem todos os periódicos possuíam verbetes, os encontrados estão listados abaixo. No final, um verbete sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Getúlio Vargas.

A *Noite*: Jornal do Rio de Janeiro, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Fundado por Geraldo Rocha, foi marcado inicialmente por mudanças de posicionamento político. Ao voltar da Europa, ele empreendeu um forte combate às ideias da Revolução de 30. Com a vitória desta, Geraldo Rocha, desacreditado do sucesso desse movimento, continuou a publicar artigos contrários aos insurgentes civis e militares, o que redundou em sua prisão e no empastelamento do jornal. Sem poder assumir sua função, Geraldo Rocha pediu a Artur Bernardes que indicasse um correligionário para a direção do jornal, na intenção de protegê-lo das dificuldades que viriam com o novo regime. Augusto Lima assume a posição e com a antiga equipe relança *A Noite*. Mas o jornal passaria por muitas dificuldades, entre elas uma grande dívida, e, com a volta de seu antigo diretor, Geraldo Rocha, a situação pioraria, pois ele cortou despesas, diminuiu salários e dispensou pessoal, não visando a uma política coerente de recuperação do jornal. Rocha era representante no Brasil de um grupo estrangeiro proprietário da companhia Brasil Railway, da qual era subsidiária a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Por causa de uma dívida, ele não teve outro caminho a não ser assinar um documento que empenhava em garantia todos os seus bens. Não conseguiu pagar a dívida e, em 1931, a São Paulo-Rio Grande entrou na posse de todos os bens de seu ex-presidente, inclusive a totalidade das ações de *A Noite*. O jornal passou a ser de um grupo de estrangeiros, tendo Guilherme Guinle como presidente no Brasil

¹⁵ Os verbetes aqui apresentados foram compilados do site da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>

deste grupo; o jornalista Carvalho Neto, antigo quadro da casa, foi escolhido diretor do jornal. Com nova direção, o jornal entrou em fase de recuperação e expansão, adotando uma linha política comedida e afastada de agressões pessoais, equilibrando-se até o final da década de 1930. A revista *Noite Ilustrada* também teve expansão, sendo criadas duas novas revistas por iniciativa de Vasco Lima: *Carioca* e *Vamos ler*, com direção de Raimundo Magalhães Júnior. Em 1936, foi lançada uma emissora de rádio, a Rádio Nacional. Ao mesmo tempo, existia o temor da desapropriação do jornal por parte do governo, que já havia tomado o controle desde 1930 da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Tal fato foi concretizado em 8 de março de 1940, pelo decreto-Lei nº 2073 que legalizou a ocupação pelo governo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e de todas as empresas a ela filiadas, incluindo *A Noite* e a Rádio Nacional.

Dominado pelo governo, o jornal teve como dois grandes problemas: o empreguismo e o desperdício de recursos, perdendo seus leitores, por se tornar um órgão oficial. Em 1945, o empresário paulista Samuel Ribeiro apresentou uma proposta de compra do jornal, mas as delongas do governo levaram-no a desistir da ideia. No período de deposição de Vargas, com o curto governo de José Linhares, *A Noite* passou por um rodízio nos quadros administrativos. O presidente Dutra promulgou o Decreto-Lei nº 9610, que deu um prazo de 15 anos à sociedade anônima constituída pelos funcionários do vespertino; novas mudanças ocorreram com a volta de Vargas ao governo em 1950, trocando a comissão administrativa.

Com a morte de Vargas, e as constantes substituições nos quadros administrativos do jornal, *A Noite* saiu de circulação, pois Carvalho Neto afirmou: “O povo não admite, com toda razão, que o governo seja dono de jornal para ele ler. E deixou de ler *A Noite*... Jornal do governo é o Diário Oficial”.

A Noite Ilustrada: Revista semanal lançada em setembro de 1930 pelo jornal *A Noite*, impressa em rotogravura.

Correio da Manhã: Jornal fundado no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, tendo destaque como jornal de “opinião”. Foi extinto em 8 de julho de 1974. Durante o primeiro governo Vargas, o jornal se manteve numa posição dúbia, apoiando parcialmente o governo. Em 1932, quando eclode o movimento paulista pela constitucionalização, o jornal mostra-se favorável aos paulistas, em oposição ao governo provisório; mesmo assim, afirma sua posição de neutralidade em relação a qualquer partido político. Em 5 de novembro de 1937, já denunciava o golpe de Estado que ocorreria dias

depois, no dia 10 de novembro. Logo após o golpe, instala-se a censura, com um censor que lia todas as matérias; as matérias de cunho político vinham em mensagens sutis para não serem detectadas pelo censor, nem pela maioria dos leitores. Em 1945, quando da derrocada do governo Vargas, o jornalista Carlos Lacerda faz uma importante entrevista com José Américo de Almeida, sendo um referencial das posições liberais do jornal, em que se criticava abertamente o Estado Novo e defendia-se a convocação de eleições. Marcadas as eleições de 1945, o *Correio da Manhã* apoiará a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN).

Gazeta de Notícias: Jornal do Rio de Janeiro fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Trouxe inovações para a imprensa brasileira (emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas), sendo um dos principais jornais na Primeira República, já que tinha um caráter notadamente governista. Entre seus principais colaboradores, até a Revolução de 30, podemos destacar Julia Lopes de Almeida. No dia 3 de outubro de 1930, quando eclode a Revolução, o jornal foi invadido, empastelado e incendiado por populares. O então diretor, Vladimir Bernardes, tentou solucionar a crise, retornando às atividades no jornal em 1934. Desde sua abertura, ele apoiou Getúlio Vargas, aceitando sua proposta política autoritária. Com a instauração do Estado Novo, o jornal continuou apoiando Vargas. Durante a Segunda Guerra Mundial, por defender os países do Eixo e demonstrar simpatia pela figura de Mussolini, o jornal sofreu pressões dos grupos que apoiavam os norte-americanos, o que acabou resultando em boicotes e a venda do jornal por Vladimir Bernardes. Com o fim do Estado Novo, a *Gazeta de Notícias* apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra do Partido Social Democrático (PSD). O jornal assumiu uma posição nacionalista.

O Globo: Jornal do Rio de Janeiro fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925.

Durante o governo provisório de Vargas, o jornal publicou diversas reportagens sobre o movimento Constitucionalista de São Paulo, mostrando os dois lados da luta. Porém em seus editoriais informava que os “revoltosos” desejavam apenas a reconstitucionalização do país. Com a Constituição de 1934 promulgada, o jornal afirmou que estava “*extinto o regime discricionário*”. Em 1935, havia duas forças em oposição, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, ambas foram rejeitadas por *O Globo*, que dizia defender a democracia e via as duas posições como opostas ao seu ideário político. Foi nesse ano que Roberto Marinho recomendou a seus repórteres atenção e vigilância sobre comunistas e

integralistas, de acordo com as perseguições do governo, visando minar a ideologia considerada perigosa pelo jornal, já que se contrapunha à formação moral e religiosa da sociedade.

No Estado Novo, que se inicia em 1937, o jornal sofre intervenção do DIP, ampliando a divulgação sobre esportes. Mas também foi este jornal que apoiou a legislação trabalhista pensada pelo Governo Vargas. Em 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra e, em 1942, com o “ataque” alemão aos navios brasileiros, o jornal resolveu apoiar a entrada do país na guerra. No ano de 1944, lança um tabloide, *O Globo Expedicionário*, que fazia a cobertura da Força Expedicionária Brasileira na Itália; neste mesmo ano, cria a rádio Globo. Com o enfraquecimento do Estado Novo, o jornal pôde assumir posições favoráveis à anistia, às eleições livres e à eleição de uma constituinte que formulasse uma nova Constituição, que substituísse a de 1937. O jornal também se preocupou em acompanhar com atenção a organização da sociedade civil e a construção de novos partidos, apoiando a União Democrática Nacional em detrimento do Partido Social Democrático, Partido Comunista Brasileiro e Partido da Representação Popular.

Com o fim do Estado Novo, *O Globo* dizia acreditar num lento processo de redemocratização do país, que deveria seguir uma linha econômica liberal, em que um dos pontos chave seria receber o capital externo para “colaboração” do país.

A Nação: Jornal do Rio de Janeiro, criado em 1933 por José Soares Maciel Filho e apoiado por João Alberto Lins de Barros, chefe de polícia do Distrito Federal. Teve suas atividades finalizadas em 1939.

Com a implementação da censura, o governo pôde coibir as notícias que não agradavam ao poder central, mas não tinha um órgão que veiculasse suas notícias. Assim, João Alberto tutelou a fundação de jornais como *O Radical* e *A Nação*, mobilizando diferentes fundos de investimento, desde banqueiros do jogo do bicho até uma verba “secreta” do próprio governo. Em 1933, na sede de *O Jornal*, se instala *A Nação*, que teve uma marca popular, pela leveza e diversificação das matérias, além de introduzir inovações gráficas e caricaturas de personalidades em foco.

O jornal publicava críticas secundárias ao governo e tinha penetração na classe média, já que defendia os interesses do funcionalismo público.

Em 1935, teve mudanças na diretoria, que duraram pouco, alterando fortemente a linha editorial. Em 1937, quando da implantação do novo regime, novas mudanças, sendo um órgão de opinião nacional, que defendia o “Estado-forte” e a figura do presidente Vargas.

A Nota: Jornal do Rio de Janeiro criado em 1935 e com fim em 1939, fundado por Geraldo Rocha.

Rocha havia voltado do exílio por ter combatido a Revolução de 1930, o que justificaria a ausência de uma vertente política no jornal, que era um noticiário popular, com foco em casos policiais e acontecimentos esportivos, o que resultou em boa aceitação.

Um ano depois, em 1936, sem justificativa, Geraldo Rocha mudou a orientação do jornal, passando a apoiar o presidente Getúlio Vargas. Com o Estado Novo, tal apoio aumentou, porém surgiram divergências com o governo, resultando no afastamento do fundador da direção do próprio jornal. Logo após, o representante de Geraldo, Leal de Souza, conseguiu eliminar sua participação no jornal, com o apoio do governo; assim, o fundador de *A Nota* perdeu todas as suas ações. Ele foi à justiça e ganhou a causa, mas o jornal já não existia mais.

DIP: O Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas foi instituído pelo decreto-lei 1915 de 27 de dezembro de 1939 e teve seu fim em 25 de maio de 1945. Este Departamento criado no Estado Novo tinha como principais objetivos divulgar a ideologia vigente à época, promover Vargas, política e pessoalmente, e as realizações políticas que eram estabelecidas pelo Estado Novo.

Vale dizer que o DIP surge de outros órgãos governamentais, que se iniciaram em 1931: Departamento Oficial de Publicidade (DOP), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPCD) e Departamento Nacional de Propaganda (DNP), todos criados para divulgação das iniciativas do governo, e que foram sendo ampliados ao longo do tempo; cada vez que um era criado, no mesmo decreto, o governo extinguiu o outro. Dessa forma, no decreto de criação do DIP foi extinto o DNP. O DIP se direcionava a

centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.

O Departamento estava dividido em seções, entre elas uma dedicada exclusivamente à

imprensa – responsável pela censura; outra responsável por organizar um arquivo com jornais, revistas, livros e todos os tipos de publicações nacionais e estrangeiras; uma terceira, responsável por manter um serviço de distribuição de fotografias para imprensa; e uma para autorizar as publicações periódicas.

A aplicação das penalidades era feita pelo Conselho Nacional de Imprensa, criado três dias depois do DIP, em 30 de dezembro de 1930, pelo decreto-lei 1949, composto por três membros indicados por Getúlio Vargas e três delegados eleitos em assembleia geral organizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro.

O DIP contava com uma estrutura complexa e organizada, tendo onze serviços auxiliares, o que colaborava para que cumprisse seu papel com rigor e eficácia. Papel este que pôde contribuir na consolidação da figura do presidente da República, como, por exemplo, a imagem de Vargas como “pai dos pobres”. Essa incidência do departamento se fazia sentir mais ainda com a divulgação de folhetos explicativos sobre o regime e principalmente sobre a legislação trabalhista, e a distribuição da fotografia oficial do presidente da República, em repartições públicas, colégios, clubes, estações ferroviárias, bancos, casas comerciais e outros. Neste caminho de propagação do regime estadonovista, foram lançadas publicações, entre elas uma considerada de destaque *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Esta revista tinha como objetivo divulgar uma nova cultura, baseada nos parâmetros da ordem política e social do Estado; nessa revista, nomes da intelectualidade da época escreviam, mas de acordo com sua área de conhecimento, como Néelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e Gilberto Freire. Outras publicações consideradas importantes foram a publicação mensal *Estudos e Conferências*, e *Dos Jornais*, que reunia artigos da imprensa que fossem favoráveis ao governo.

Com este trabalho de censura e repressão, em 1940 a polícia invadiu o jornal *O Estado de S. Paulo*, havendo intervenção do DIP até o fim do regime. Outros periódicos também sofreram intervenções, como *A Noite* e *A Manhã*. Vale citar que jornais que circulassem com língua estrangeira foram proibidos, já que um dos objetivos era “tornar o Brasil mais brasileiro”, ou seja, uma campanha nacionalista, e que atendia aos interesses de não serem publicadas reportagens com críticas aos Estados Unidos.

Com o fim do Estado Novo, o DIP já não cumpria tão bem seus objetivos, e com o aumento da pressão popular para que fossem extintos os órgãos governamentais que cerceavam a liberdade, o Departamento teve seu fim em 25 de maio de 1945, pelo decreto-lei 7582, criando-se o Departamento Nacional de informações (DNI).

CAPÍTULO II

O CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR E A CONSTITUIÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN).

Na placa, lê-se: Casa do Estudante do Brasil, Residência Feminina.

A história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-no-
contexto.

(Edward Thompson)

Considerando que nosso objeto de estudo é a presença feminina na Casa do Estudante do Brasil no período de 1931-1951, e que trabalhamos numa perspectiva de gênero, se faz necessário contextualizar o ensino superior tanto para homens quanto para as mulheres neste trabalho dissertativo. Tratamos de um momento em que esse nível de ensino se reorganizava no sentido do surgimento da primeira universidade brasileira nos anos 1920. Assim, discutir a presença feminina na Casa do Estudante do Brasil é estudar a inserção das mulheres neste espaço educativo, entendido como um espaço próprio para os homens, nos forçando a apontar, mesmo que de forma breve, a história de surgimento da universidade e a luta das mulheres para entrar, permanecer e concluir seus cursos de ensino superior. Alertamos que não é pretensão da pesquisa um estudo sobre a universidade, pretendemos apenas situar o leitor no que se refere às mulheres neste espaço educativo, tendo em vista sua presença na Casa do Estudante do Brasil – nosso foco de investigação.

2.1 Breve histórico do ensino superior no Brasil

Conforme Fávero (2006a, 2006b), a história da criação das universidades no Brasil remonta ao período colonial, seja por resistência de Portugal ou mesmo por uma parte de brasileiros que consideravam mais adequado que as elites da época fossem para a Europa realizar seus estudos superiores, criando vínculos entre a Colônia e a Metrópole. Cunha (2007a) aponta que esse entendimento é por demasiado alarmante, trazendo outras hipóteses para a tardia criação de universidades no Brasil. A primeira é que “a Espanha encontrou nas suas colônias povos dotados de cultura superior, dificultando, assim, a disseminação da cultura dos conquistadores. As universidades teriam recebido, então, a função de preparar missionários conhecedores dos costumes dos nativos, capazes de pregar nas suas línguas”. E a segunda hipótese é que “a Espanha tinha, no século XVI, oito universidades. [...] Portugal dispunha de apenas uma universidade, a de Coimbra, mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte. Com mais habitantes e mais universidades, a população letrada espanhola era muito maior do que a portuguesa. [...] Por isso, enquanto a Espanha podia transferir recursos docentes para as colônias sem, com isso, prejudicar o ensino nas suas universidades, o mesmo não acontecia com Portugal” (FARIA apud CUNHA 2007a, p. 16 e 17). A partir desses argumentos, Cunha reflete e faz indagações pertinentes sobre o ensino superior, levantando uma hipótese e dúvida. Será que os colégios jesuítas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda, do Maranhão, do Pará e os seminários de Mariana e Olinda não teriam

estrutura e currículos tal como as universidades da América espanhola? Dessa forma, o Brasil não teria tido universidades antes de 1920?

As tentativas de se criar uma universidade no Brasil já constavam “da agenda da Inconfidência Mineira (1789)”. Várias tentativas sem êxito ocorreram ao longo do tempo, passando pela monarquia (1822 a 1889); essas tentativas só lograram êxito na República com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, na década de 1920. Cabe lembrar que, no período monárquico, sendo o Brasil sua sede, surgem por aqui algumas escolas superiores de caráter profissionalizante (FÁVERO, 2006b).

Na primeira Constituição republicana, de 1891, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central. Da proclamação da República, de influência positivista, até a Revolução de 1930, o ensino superior sofreu várias alterações. "Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891" (CUNHA, 1980 apud FÁVERO, 2006a). A Reforma Rivadávia Correa, em 1911, acentua essa orientação e institui o ensino livre. Neste sentido, no plano estadual, já em 1909 surge a Universidade de Manaus; em 1911, a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná (MICHELOTTO, 2006 apud FÁVERO, 2006a) como instituições livres. Mas é a Reforma Carlos Maximiliano, que, em 1915, por meio do decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, que em seu art. 6º dispõe:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. (FÁVERO, 2006a)

Devido ao decreto de 1915, que sanciona dispositivo relativo à criação de uma instituição universitária, por meio de outro – o decreto nº 14.343, o presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), reunindo três escolas profissionais existentes na capital da República: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2004, p. 86, apud, FÁVERO, 2006b), porém sem grande integração entre elas, já que mantiveram suas características. Porém é esta a primeira universidade criada legalmente pelo governo federal (PAIM, 1982).

Contestando alguns autores que afirmam ter sido a URJ criada para prestar homenagens acadêmicas ao rei da Bélgica, que visitou o Brasil, em 1920, outorgando-lhe o título de *Doutor Honoris Causa*, Fávero (2006b) informa que suas pesquisas apontam que a razão imediata para a criação da Universidade do Rio de Janeiro teria sido “o desafio inadiável para que o governo federal assumisse seu projeto universitário ante o aparecimento

de propostas de instituições universitárias livres, em nível estadual” (FÁVERO, 2006b), conforme visto acima.

Para este autor (PAIM, 1982), se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 1920 e, sobretudo, após 1930, começa uma crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Neste cenário, é criado pelo governo provisório o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 14 de novembro de 1930, tendo à frente Francisco Campos, que inicia, a partir de 1931, reformas no ensino secundário, superior e comercial numa perspectiva centralizadora de governo, “tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (FÁVERO 2006a). As palavras de Fávero resumem esse movimento do governo federal no campo do ensino superior, desde a elaboração de seu projeto universitário, em 1931, até a institucionalização da Universidade do Brasil em 1937.

Nessa ótica [centralizadora de poder], o governo federal elabora seu projeto universitário, em 1931, articulando medidas que se estendem da promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, até chegar à institucionalização em julho de 1937, da Universidade do Brasil. (FÁVERO, 2006b, p.87)

Conforme ainda Fávero (2006b), o projeto de institucionalização da Universidade do Brasil em 28 de junho de 1937 é encaminhado à sanção presidencial:

sem que tenha sido completada a norma legislativa, instituindo a universidade do Brasil – e referendado pelos Ministros da Educação, Fazenda, Aviação, Agricultura e Guerra. O ato assume caráter de “maior solenidade” por haver a Universidade conferido o título de doutor “honoris causa” ao Presidente da República. [Getulio Vargas]

De acordo com a Lei n. 452/37, a Universidade do Brasil seria constituída por 15 escolas ou faculdades que passariam a ter o adjetivo “nacional”. Neste sentido, passaram a integrar também a Universidade do Brasil:

... alguns institutos, além do Hospital das Clínicas para a prática médica e, como instituições complementares, o Colégio Universitário, destinado ao Ensino Secundário Complementar, além da Escola Ana Neri, dedicada ao ensino de Enfermagem e Serviço Social. (Ibid, p.91)

Aqui, cabe informar sobre o projeto universitário da Universidade do Brasil. Ela se inseria no projeto de ensino superior de Capanema e foi alvo de críticas, considerado megalomaníaco. A imprensa formou-se para construir argumentos que combatessem esta

ideia, afirmando que a prioridade deveria ser o combate ao analfabetismo; o local da Cidade Universitária não era propício, já que haveria desapropriações próximas à Quinta da Boa Vista; isolamento da universidade; ensino centralizado e partidário; interesse em excesso pelo plano universitário em detrimento do ensino primário; os altos custos quando o país passava por problemas de finanças; o projeto seria vaidade do Ministério da Educação e Saúde; a tirania do poder Executivo, já que o ministro estava elaborando leis; o interesse em formar apenas as elites e não toda a população (SCHWARTZMAN, 2000). As críticas tecidas tinham como solução recuperar e restaurar a Universidade do Rio de Janeiro e fortalecer a Universidade do Distrito Federal, mas, em 5 de julho de 1937, Vargas “sanciona a Lei nº 452, oriunda do Poder Legislativo” que estabelece a Universidade do Brasil (ibid.).

O projeto da Universidade do Brasil fixava que ela seria o padrão do ensino superior de todo o país, mas o próprio Capanema entendia que as medidas legais não bastariam para tanto, e que seria “necessário que os textos vivam, que deles decorra a realidade dos cursos superiores de todos os ramos” (ibid., p. 224). Uma de suas medidas abafou as instituições que não se enquadrassem em seu projeto, como a Universidade do Distrito Federal, que em 1939 foi extinta, sendo seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil. Dessa forma, o projeto visava ao controle total do sistema educativo universitário, com eficiência e qualidade. Seria uma instituição nacional que deveria abrigar estudantes de todo o país, devendo existir outros estabelecimentos de ensino superior locais no Brasil. Esta universidade seria a universidade da elite, “construída em moldes grandiosos, que fosse, ao mesmo tempo, o núcleo da cultura brasileira e o marco mais visível da passagem de Gustavo Capanema pelo Ministério da Educação” (ibid., p. 225).

Nunes (2001) vem também afirmar que este pensamento entra em cena ainda com Francisco Campos, mas é endossado por Capanema, já que o objetivo não seria apenas “de formar as elites intelectuais, mas de formar elites em todos os ramos da atividade humana” (p.114). O que estaria em construção seria a disseminação de valores nacionais, que deveriam ser “inculcados nas massas para facilitar o processo de aceitação da autoridade dos seus líderes” (ibid., p.111). A partir deste pensamento, realiza-se um projeto para a educação, sendo ponto-chave o controle do ensino superior pela União.

Ainda em 1931, considerando o projeto universitário de governo, o ministro Francisco Campos entende que a finalidade da Universidade do Rio de Janeiro “transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”, conforme citado por Fávero (2006b). Assim, a universidade não deveria apenas ter como finalidade a função didática, mas um duplo objetivo: “equiparar tecnicamente as elites

profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”. (FAVERO, 2006b, p.88). Nesta concepção, caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, prevista no projeto de 1931, imprimir à universidade seu “caráter propriamente universitário”. Ainda conforme a autora, neste entendimento a função de investigação e de formação de professores, que caberia a essa faculdade, foi postergada até 1939, quando é criada, pelo decreto n. 1.190, de abril daquele ano, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF).

Apesar da tendência centralizadora do governo provisório, no campo da educação superior, outras iniciativas expressavam posições contrárias à política autoritária adotada. Neste sentido, surgem com posições mais liberais novas universidades estaduais, como a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. No caso desta última, na gestão do prefeito Pedro Ernesto, foi instituída a Universidade do Distrito Federal (UDF), por iniciativa de Anísio Teixeira, com “uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país”. Esta universidade tem como base “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (ALMEIDA, 1989 apud FÁVERO 2006a). Para compor o corpo docente, na Europa procuram-se professores para aquelas áreas onde ainda não havia no Brasil profissionais suficientes ou preparados para o exercício da função. A UDF não agradou ao governo federal e, em “nome da disciplina e da ordem”, a universidade foi extinta em 1939 e como vimos seus cursos são transferidos para a já então Universidade do Brasil por meio do decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939, assinado pelo ministro Gustavo Capanema (FÁVERO, 2006a).

Em outubro de 1945, foi deposto o presidente Getúlio Vargas, e com isso tem fim o Estado Novo por ele implantado. Neste sentido, o Brasil entra numa nova fase de sua história política, com reflexos na política educacional e conseqüentemente no ensino superior (ibid).

O fim da “ditadura” Vargas, em 1945, marca o processo de “redemocratização”, sendo promulgada uma nova Constituição em 1946, um ano antes, segundo Fávero (2006a)

o presidente José Linhares sanciona o decreto-Lei nº 8.393, em 17/12/1945, que “concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB [Universidade do Brasil], e dá outras providências”. Em cumprimento a esse dispositivo, o reitor passa a ser “nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário”.

Mas é no contexto de 1920 e 1930, mais especificamente no período Vargas, que vão surgir duas instituições que congregam estudantes de ensino superior, cada qual com seus objetivos, a saber: a Casa do Estudante do Brasil – CEB e a União Nacional dos Estudantes – UNE, o que nos leva à seguinte pergunta: qual o número de alunos matriculados no ensino superior e mais especificamente nas universidades do Rio de Janeiro? Qual o número de homens e o de mulheres? Por que Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça reivindicava um Pavilhão Feminino na recente Casa do Estudante do Brasil no II Congresso Internacional Feminista? Seria o número de mulheres que frequentavam os cursos superiores no Rio de Janeiro significativo para essa reivindicação? Mais ainda, por que a constituição de uma associação como a União Universitária Feminina – UUF, com estudantes de ensino superior ou universitárias, se fez presente na CEB? De fato, essas instituições se fizeram presentes de forma revigorante na década de 1930.

Ribeiro (1998, p. 144) apresenta a tabela sobre a situação do ensino superior no Brasil, durante três décadas, em que é possível ver o quantitativo de unidades escolares, corpo docente, matrícula geral e matrícula efetiva nos anos de 1935, 1945 e 1955. É interessante notar o aumento significativo das unidades escolares, e conseqüentemente do pessoal docente e das matrículas, no período posterior ao Estado Novo, dados estes que também demonstram crescimento na Era Vargas (entre 1935 até o fim do Estado Novo em 1945) quanto às unidades escolares, mas não de forma tão significativa, atentando que o número de matrículas gerais teve um decréscimo, em consonância com as análises de Cunha (2007a e 2007b), que também demonstram uma redução no número de estudantes no governo Vargas.

Situação do ensino superior

Especificação	Números absolutos		
	1935	1945	1955
Unidades Escolares	248	325	845
Pessoal Docente	3.898	5.172	14.601
Matrícula Geral	27.501	26.757	73.575
Matrícula efetiva	25.996	-	69.942

2.2- A criação da Casa do Estudante do Brasil: assistência, intercâmbio e cultura

A Casa do Estudante do Brasil é uma fundação criada em 1929, com o objetivo de assistir aos estudantes, “oferecendo serviços médicos e odontológicos, bem como restaurante com programas de reforço alimentar, birô de empregos, com registros de pedidos da indústria e do comércio, matrículas na universidade, como também programas de psicologia aplicada e orientação profissional, concessão de bolsas, além de moradia” (CANEN, 2002, p. 85). Criada naquele ano como uma Comissão Pró Casa do Estudante, só em 1934 foi instituída como fundação (MENDONÇA, 1969). Pioneira na assistência aos estudantes teve como base, além da assistência, o intercâmbio e a cultura, sendo destinado a estudantes “pobres”, como constatamos na reportagem do jornal *O Globo*, de 14 de agosto de 1971,

Pois a 13 de agosto de 1929, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça fundava a Casa do Estudante, destinada a proporcionar assistência médica e cultural, além de bolsas de estudos, *aos estudantes pobres* (destaque nosso).

O excerto da reportagem e as propostas da CEB apontam que a entidade tinha como função assistir aos estudantes que vinham estudar na capital do país, sendo destinado aos mesmos outros serviços, que logo se estenderiam aos estudantes de forma geral, como o serviço de intercâmbio e o atendimento no restaurante.

Vale citar que esta iniciativa teve início ainda em 1926, quando foi realizada uma campanha por universitários, em busca de um espaço que pudesse lhes oferecer assistência estudantil. Nas palavras da fundadora da CEB:

A ideia desta obra nasceu do sadio entusiasmo de um grupo de universitários que desde 1926 dera início à sua propaganda, incutindo-a entre colegas e dentro da sociedade, convencendo todos os estudantes de que era preciso formar *um centro de cooperação e de solidariedade*, para que do fortalecimento da classe surgisse o *apoio aos seus membros necessitados* e a consciência coletiva da mocidade do Brasil. (MENDONÇA, 1969. Destaques nossos)

Percebemos por esta fala que, desde o projeto da CEB, se pensava na constituição de um espaço que fosse destinado aos estudantes *necessitados*, numa visão de *cooperação e solidariedade* para com eles, tendo como justificativa o fato de que não teriam como se manter, na capital, para cursar o ensino superior. Destacamos inicialmente a figura de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça frente a esta iniciativa. A congressista de 1931 ficou na direção da entidade estudantil de 1929 até seu falecimento. Mas quem foi ela?

Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça nasceu em 1896, na Tijuca, Rio de Janeiro, filha de Laura Machado de Queiroz e José Joaquim de Queiroz Júnior, que foi

pioneiro da indústria de ferro no Brasil. Com 1 ano de idade, Anna Amélia foi para Itabirito, em Minas Gerais. Nunca frequentou escolas, sendo educada por preceptoras, sendo uma brasileira, duas inglesas e duas alemãs, fato comum na elite brasileira. Mesmo assim, se dedicou à causa da educação no Brasil, fundando, em 1929, a Casa do Estudante do Brasil, sem sede própria, com o objetivo de dar assistência ao alunado superior brasileiro que se mudava para o Rio de Janeiro para estudar. No II Congresso Internacional Feminista, de 1931, lutou pela instituição de um pavilhão feminino, mas apenas nos anos 1960 consegue um prédio próprio, que seria a Residência Universitária Feminina, ampliando a CEB. Amante do futebol, Anna Amélia foi tradutora, poetisa e considerada feminista. Foi vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (CANEN, 2002, p. 83-88).

De acordo com as fontes de Bonato (2007), no II Congresso Feminista de 1931, sua tese considerava o significativo aumento de mulheres que chegavam à universidade, e a Casa serviria para abrigar as moças que necessitassem desse recurso para poder estudar. As palavras da própria Anna Amélia são significativas:

A instituição da casa do estudante do Brasil é uma justa reivindicação da mocidade acadêmica de nossa terra, e virá corrigir uma enorme falta, suprimindo uma necessidade cujas consequências se fazem sentir cada vez com maior premência no meio dos estudantes de ambos os sexos, em todas as escolas superiores. Se até há alguns anos, faltava já a um numero enorme de rapazes, sem grandes recursos, afastados da família modesta, cuja situação não permitia enviar-lhes uma mesada farta, ou mesmo suficiente para a vida sem sacrifícios na capital, hoje essa deficiência de amparo atinge igualmente as moças estudantes, que começam a frequentar em maior número as escolas superiores, e que procurarão, cada vez mais, alcançar pelo estudo e pelo trabalho, a sua definitiva emancipação social. (Fonte: Fundo FBPF/AN. MENDONÇA. In BONATO, 2007).

A tese recebeu apoio da União Universitária Feminina, uma agremiação acadêmica feminina, fundada em 1929. Diz Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça que a União poderia:

certamente, colaborar de maneira eficiente e completa na realização da ideia, transmitindo à Casa do Estudante o esforço concentrado de todas as moças que cursam entre nós as escolas superiores, e cujo numero aumentará dia a dia com a criação de um lar adequado à sua permanência fora da família. (ibid)

Por fim, nas resoluções do II Congresso Internacional Feminista, vamos encontrar a solicitação de um pavilhão feminino na primeira Casa do Estudante do Brasil, para abrigar as moças “necessitadas”. O Segundo Congresso Internacional Feminista resolve:

apelar para a 1º Casa do Estudante do Brasil a fim de que se inicie simultaneamente com a construção da sua sede e do primeiro pavilhão para rapazes, um pavilhão feminino por menor que seja, onde as estudantes brasileiras encontrem a moradia e o ambiente de que carecem durante os cursos superiores.

a) pedir à União Universitária Feminina e outras associações congêneres que façam um apelo aos poderes competentes dos estados da União para que auxiliem com subvenções a iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, estipulando cada um uma quantia destinada à manutenção de um quarto no pavilhão feminino para residência gratuita de uma estudante da Universidade.

b) que a União Universitária Feminina promova em cada estado a formação de um Conselho Universitário Feminino, constituído de membros de várias associações e especialmente de representantes da União Universitária Feminina, que indicará, quando se apresentar vaga, à diretoria da Casa do Estudante do Brasil, o nome de uma moça necessitada para beneficiária dessa moradia gratuita mantida pelo Estado. (Fonte: Fundo FBPF/AN. In BONATO, 2007)

A história de constituição da CEB nos é contada por Ana Canen (2002). Segundo esta autora, a instituição foi fundada em agosto de 1929, ocupando uma sede provisória, no Largo da Carioca, Centro do Rio de Janeiro, da qual Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça viria a ser presidente vitalícia.

Ainda segundo Ana Canen, em 1945, a Casa inaugura sede própria e definitiva, um edifício de 12 andares, localizado na Rua Santa Luzia, nº 305. Ampliando seu espaço nos anos 1960, através da doação de um terreno por parte de um empresário amigo de Anna Amélia, localizado no bairro da Urca, que passaria a abrigar a Residência Feminina da Casa do Estudante do Brasil. A CEB viria a ser fechada pelo governo militar em 1968, passando então a fornecer bolsas para estudantes carentes (CANEN, 2002, p.84).

Até hoje a Casa do Estudante do Brasil continua situada na Rua Santa Luzia. Em homenagem a Anna Amélia, o trecho onde está situada a CEB passou a denominar-se Praça Anna Amélia, nº 1 (decreto 14.656 de 7 de outubro de 1959). Atualmente, a Residência Universitária Feminina está situada na Tijuca. Vale mencionar que, segundo o funcionário que nos atendeu, a Casa do Estudante do Brasil foi “invadida” na época da ditadura, o que acabou resultando na queima de vários documentos, inclusive muitas das encadernações com a coleção de recortes de jornais da instituição; o que restou dessa ação foi consultado por nós na CEB¹⁶.

Em entrevista concedida ao *Correio Paulistano*, em 1944, Anna Amélia, então presidente da Casa do Estudante do Brasil, responde: *O que é a Casa do Estudante do Brasil e quais as suas finalidades?*

A Casa do Estudante do Brasil foi ideada e fundada por um grupo de estudantes universitários, com a finalidade fundamental de atender aos problemas e às necessidades da sua vida extraescolar. Esse programa foi, desde logo, planejado em três linhas gerais: prestar assistência, promover

¹⁶ Vale dizer que esta foi uma conversa informal, quando procurávamos os documentos para a pesquisa dissertativa. Era a explicação do funcionário sobre a falta de material, já que, segundo ele, o acervo era muito maior.

intercambio e difundir a cultura. Dentro de três departamentos – Assistência, Intercambio e Cultura – funcionam todos os serviços da CEB (Fonte: Acervo da BN. *Correio Paulistano*, 1944. In REGIS, 2008 – destaques nossos).

Depreende-se, pela entrevista, que a CEB teria como *finalidade fundamental* apoiar os estudantes universitários em sua *vida extraescolar*, construindo assim uma residência estudantil para que os estudantes pudessem se manter na então capital, e para isso foi pensado um projeto que não visasse exclusivamente a uma moradia, mas sim a integração entre intercâmbio, cultura e assistência, que se formou desde o início da instituição como sua base de trabalho.



Fonte: Acervo Fundação Casa do Estudante do Brasil.¹⁷ (Imagem 1)

A imagem acima, do jornal *Correio da Manhã*, de 14 de agosto de 1940, mostra a comemoração do 11º aniversário da CEB e os integrantes desta fundação. Na foto, Anna

¹⁷ Neste evento estavam presentes: coronel Pio Borges, secretário de Educação do Distrito Federal; Rego Monteiro, diretor do Departamento Nacional do Trabalho; outras autoridades; professores da Universidade do Direito; além de um grande número de estudantes e famílias (*Correio da Manhã*, 14 de agosto de 1940).

Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça encontra-se ao centro, uma imagem representativa, já que foi eleita presidente vitalícia da instituição, demonstrando sua importância na CEB.

Vale trazer o depoimento de Maria Luiza Bittencourt¹⁸, integrante da União Universitária Feminina, diretora do Conselho Consultivo da CEB e uma das fundadoras da instituição, sobre a idealização da CEB, em que relata que

na reunião histórica do grêmio Cândido de Oliveira Filho, em que nasceu a ideia da Casa do estudante do Brasil. Dessa ideia, fez-se pregoeiro em conferências, por todo o país, o poeta estudante Paschoal Carlos Magno e dessa Casa eleita presidente perpétua, garantida pelos estatutos da Fundação, que o mestre emérito, Castro Rebelo redigira, Anna Amélia nela se integrou, sacrificando, por ela, até a sua obra pessoal, literária e artística, que passou a ser o labor das horas vagas. (revista *Rumo*, 1969, p. 71 e 72)

Neste mesmo evento, Anna Amélia recebeu o título de “Rainha dos Estudantes”¹⁹.

Fica claro que a obra da CEB foi idealizada em meio a uma reunião de um grupo de estudantes, entre eles podemos citar: Paschoal Carlos Magno, Chrysantho Moreira da Rocha, Letelba Rodrigues de Brito²⁰, Helder Correia Lima, Narcelio de Queiroz, Maria Luiza Bittencourt, Paulo Celso Moutinho, Luiz Antonio de Andrade, Adhemar Portugal, Henrique Macedo Soares (jornal *A Noite*, de 27 de janeiro de 1937).

Em busca de verbetes sobre os fundadores da CEB, conseguimos trazer os verbetes do “pregoeiro em conferências, por todo o país, o poeta estudante Paschoal Carlos Magno” e da outra mulher também fundadora da CEB, Maria Luiza Bittencourt.

Paschoal Carlos Magno

Foi um jovem estudante que, em 1929, quando da fundação da CEB, contava 23 anos e que dedicou sua vida à cultura, em especial o teatro e a literatura. Como diplomata, viajou pelo exterior. Em 1938, ao voltar de uma de suas viagens, fundou o Teatro do Estudante pela Casa do Estudante do Brasil. No período da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), voltou à Inglaterra, mas, em 1944, num período de férias no Brasil, criou o *Curso de Férias no Teatro*, que rodou o país levantando temáticas como *teatro e censura*. Em 1947, após o fim da guerra, retornou ao Brasil e retomou a direção do Teatro do Estudante. Posteriormente,

¹⁸ Traremos ao longo do texto um verbete sobre esta mulher.

¹⁹ Mais à frente, discutiremos o título de Rainha dos Estudantes dado a Anna Amélia e a representatividade dele.

²⁰ Diretor-presidente do Banco Operador e um dos signatários do *Manifesto mais uma vez convocados*, de 1959.

ingressou na vida política. Paschoal Carlos Magno nasceu em 13 de janeiro de 1906 e faleceu em 24 de maio de 1980²¹.



Fonte: (http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_de_janeiro/paschoal_carlos_magno.html)
(Imagem 2)

Maria Luiza Bittencourt

Filha de Isaura Dória Bittencourt e Luís de Lima Bittencourt, nasceu em 1910, em Paripe, subúrbio de Salvador (BA). Diplomou-se no Colégio Pedro II, ingressando na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, formando-se em 1931. Ainda estudante, foi secretária da União Universitária Feminina e participou do Congresso Penal Penitenciário Brasileiro, e apresentou a tese “Reformatório de Mulheres Criminosas”.

Conheceu Bertha Lutz na faculdade e desde os 20 anos era filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, participando das atividades promovidas pela entidade. Destacou-se no II Congresso Internacional Feminista realizado no Rio de Janeiro, em 1931, e na II Conferência Nacional de Educação em 1932, expondo seu trabalho que consistia em

²¹ Disponível em
http://www.ccpem.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27&limitstart=1

falar do ensino primário, no qual propunha a regulamentação da divisão de competência entre a União e os estados.

Chegou a concorrer a uma vaga de deputada estadual numa lista tríplice, no pleito de 1934. Elegeu-se como primeira suplente do deputado Humberto Pacheco Miranda, que foi afastado, assumindo o cargo em 1935, tornando-se uma das nove primeiras deputadas estaduais brasileiras, após a conquista do voto feminino.

Maria Luiza estava no grupo responsável pela elaboração do texto da Constituinte estadual, sendo relatora dos capítulos referentes a educação e ordem econômica e social. Sua atuação parlamentar foi breve, pois foi interrompida pelo golpe de Estado Novo que fechou o Legislativo, em novembro de 1937. Defendeu vigorosamente a democracia em seu último discurso pronunciado no plenário da Assembleia legislativa do estado da Bahia.



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN. In Bonato, 2007. (Imagem 3)

2.3- A CEB, a criação da UNE e o governo Vargas

No governo Vargas, acontece o 1º Conselho Nacional de Estudantes no ano de 1937, patrocinado pela Casa do Estudante do Brasil. Segundo Cunha (2007), tal denominação muda posteriormente para Congresso. O 1º Conselho teve início em 11 de agosto daquele ano, na então capital federal – Rio de Janeiro. Abaixo, temos a imagem e a transcrição de uma reportagem intitulada “Conselho Nacional de Estudantes” do jornal *Diário da Tarde*, de Aracaju, publicada em 29 de julho de 1937, demonstrando a ampla divulgação pelo país para que ocorresse um Conselho que agregasse diferentes estados e representações de estudantes.



Acervo: Fundação Casa do estudante do Brasil (Imagem 4).

Transcrição:

Conselho Nacional de

- Estudantes -

Rio 26 – A Casa dos Estudantes do Brasil, instituição nacional da mocidade das escolas, está patrocinando a organização de Conselho Nacional de Estudante, que vai realizar sua primeira assembleia nesta capital, devendo esse certame ser efetuado de 11 a 20 de agosto proximo.” (Diário da Tarde, 29 de julho de 1937).

Cunha (2007a) informa sobre este Congresso, citando as representações que estariam presentes: *representantes de todos os centros acadêmicos e associações estudantis, como a União Universitária Feminina, a Casa do Estudante do Brasil, a Federação Atlética de Estudantes, o Clube Universitário do Rio de Janeiro, e outras.* (Destaque nosso). Na relação

de representações trazidas pelo autor, observamos a União Universitária Feminina, não sendo demais afirmar ser uma associação que circulava por outros espaços. O próprio presidente Getúlio Vargas recebeu tais representações, considerando que, de acordo com o mesmo autor, elas solicitaram reconhecimento como representantes exclusivos dos estudantes brasileiros.

Um ano após a realização daquele Conselho, foi reunido, em 1938, o II Congresso Nacional dos Estudantes, quando foi fundada a União Nacional dos Estudantes – UNE, que além da tese para a criação da nova entidade também teve como pontos de pauta:

(a) **situação cultural** (função da universidade; orientação universitária; formação e orientação profissional e técnica; bolsas de estudo, viagens de intercâmbio universitário; cooperação intelectual dos estudantes – nacional e internacional. Influência do intercâmbio cultural e artístico na unidade do pensamento universitário; bibliotecas; formação de um teatro de estudantes; difusão da cultura. Problema do livro e publicações; ensino rural; e problema do ensino livre);

(b) **situação econômica** (problema das taxas e matrículas; subvenção do Estado; problemas da habitação. Cidades Universitárias. Casas de Estudantes. Casas de interno; problemas de alimentação; bureau de empregos; estágio remunerado; nacionalização do trabalho intelectual; assistência médica dentária, judiciária);

(c) **saúde** (higiene escolar; educação física; e colônia de férias);

(d) **mulher estudante** (a mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; a mulher estudante frente ao problema do lar; as associações femininas como centro de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher);

(e) **esporte universitário** (propaganda; esporte como meio de intercâmbio universitário; definição do atleta universitário – classificação; jogos universitários brasileiros);

(f) **União Nacional dos Estudantes**. (Destaque nosso. REGIS, 2008).

Das teses desse II Congresso, destaca-se a criação da UNE e, no que cabe ao nosso objeto de estudo, a questão da “mulher estudante”. Observamos que a discussão pauta-se nos problemas enfrentados pelas mulheres enquanto profissionais e estudantes, frente as suas atribuições no lar; ainda destaca-se *as associações femininas como centro de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher*. Entre essas associações, estão a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que realizou seu terceiro Congresso Internacional Feminista em 1936, e

a União Universitária Feminina em defesa específica de mulheres estudantes de nível superior ou profissionais formadas neste nível de ensino.

A criação da UNE é um marco na história, não apenas pela organização de estudantes numa entidade, mas acima de tudo pelo momento em que foi criada, em 1938, em pleno Estado Novo. Momento marcado pela política autoritária, que tinha na educação a principal via de “formar” o cidadão brasileiro. Para tanto, Getúlio Vargas será um agregador de segmentos da sociedade, tentando cooptar os estudantes, tal como fez com os sindicatos. Assim, o governo apoia a organização do Conselho Nacional dos Estudantes e a criação de uma entidade que abrigasse os estudantes do ensino superior. Cunha (2007a) vem corroborar esta afirmação, quando afirma que a criação da UNE como uma representação estudantil agradaria o governo porque “uma associação deste tipo poderia render dividendos políticos ao Estado, permitindo o controle dos seus movimentos”. Completando que a criação da UNE foi oportuna também para a CEB, “uma sociedade beneficente, fundada em 1929 por um grupo de estudantes cariocas, transformando-se logo num instrumento de troca entre o Estado, distribuidor de empregos e recursos financeiros, e estudantes pobres, fornecedores de apoio político ou, pelo menos, complacência diante do poder” (p. 286).

Horta (1994) esclarece que desde o início do governo Vargas

a educação ocupa um lugar importante nos discursos oficiais. Neles, destacam-se certos temas que, mesmo não constituindo um programa educacional estruturado, acentuar-se-ão, à medida que se acentua o caráter autoritário do regime. Ao mesmo tempo, ao nível do discurso e ao nível da legislação, estes temas evoluirão da implantação da política autoritária. São os seguintes: a concepção da educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral. (p.2)

Temos claro que o projeto de governo é o “controle”, em especial da educação, para conformar as pessoas ao regime. A educação era um instrumento de dominação, o que acabava por trazer em torno dela diferentes correntes que debatiam sobre seus caminhos; entre eles, tínhamos católicos, liberais e o governo autoritário, que tenta remediar e levar os embates de acordo com seus interesses. Isso acaba por transformar também a concepção de educação, que, segundo Horta (1994), passa de “problema nacional para problema de segurança nacional”, o que aumentará o interesse dos militares sobre a educação.

Schwartzman (et al, 2000) vem corroborar com Horta ao afirmar que “a vinculação da educação às questões de segurança nacional confirma a ideia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada” (p. 86).

Diante destas concepções, a Igreja Católica será fortalecida, pois através do ensino religioso é que se dará uma formação moral (HORTA, 1994). Outro ponto central será a ideia da formação da Organização Nacional da Juventude, idealizada por Francisco Campos, em 1938, no Ministério da Justiça.

Campos pretendia agregar a juventude e sabia que o melhor caminho seria através do Ministério da Educação e Saúde, mas consciente de que não poderia contar com o apoio de Gustavo Capanema para efetivação de seu projeto de mobilização política da juventude através do sistema de ensino e tendo fracassado na sua tentativa de afastá-lo do Ministério da Educação e Saúde, Campos planeja reunir os jovens em um sistema paralelo e criar para isto uma grande organização nacional, sob a dependência direta do Ministro da Justiça, isto é, ele próprio. (HORTA, 1994, p. 206)

Mas a proposta encaminhada a Getúlio Vargas teve respostas negativas, principalmente de Capanema, que enviou um parecer sobre os pontos essenciais da ideia, incluindo o nome da entidade; outros ministros também se manifestaram, contrários à ideia principal. Em meio às discussões e contrapropostas, Capanema preparou outra proposta, em 1939, que em março de 1940 se tornará decreto-lei, com a culminação da criação da Juventude Brasileira, que terá fim em novembro de 1945, legalmente. Efetivamente, a Juventude Brasileira não se firmava como uma entidade de representação estudantil. Como nos diz a reportagem de *O Jornal*, de 3 de março de 1945:

Os servidores da Juventude Brasileira não têm, no momento, serviços a executar. Não têm, nem nunca tiveram. E nunca tiveram porque, se houve uma moda fascista que não pegou no país, apesar do interesse da ditadura estadonovista, foi essa de Juventude Brasileira, em moldes de “juventude hitlerista”. (...) A Juventude Brasileira nunca pegou. Nunca existiu, de fato. E não pegou porque a mocidade de nossas escolas, hoje como ontem, e sobretudo no período mais grave da ditadura estadonovista, sempre manifestou instintiva repulsa pela sua organização, inspirada e confeccionada sob o modelo nazista. (In HORTA, 1994, p. 274)

Esta proposta torna clara a pretensão do governo em apoiar a criação de uma entidade que abrigasse a juventude do ensino superior, mas a UNE teve caminhos diferentes da Juventude Brasileira, inclusive entrando em embate com a entidade e Capanema, por causa do prédio que seria a sede da União Nacional dos Estudantes, localizado no Clube Germânia, no Rio de Janeiro. O presidente da República regularizou a entrega do prédio à UNE, mas o ministro da Educação protelou a entrega, justificando que o imóvel ainda não tinha sido incorporado ao Patrimônio Nacional. Este artifício foi utilizado, já que o desejo de Capanema era deixar o prédio para a Juventude Brasileira. Em 1942, a UNE, já reconhecida como entidade nacional oficial de representação do setor estudantil, ocupa o prédio, e Capanema nada pode falar, já que os estudantes têm o despacho favorável de Vargas. Mas o ministro não

freou suas atitudes e diante da situação, em 1943, lançou uma portaria ministerial para que a Juventude Brasileira se instalasse no prédio do Clube Germânia. Este fato movimentou o meio estudantil, pois o presidente da UNE à época, Hélio de Almeida, sentiu-se traído com a atitude de Capanema (que havia prometido não agir sem antes comunicar suas decisões à diretoria da UNE) e demite-se do cargo (HORTA, 1994).

É interessante ainda refletirmos sobre a influência do DIP à época, que censurou o fato, não havendo publicação na imprensa, e sim uma nota, “modificada de próprio punho por Capanema”, divulgada pelo DIP, em que publica uma nota que diz ser da Secretaria de Imprensa e Publicidade da UNE, informando que o problema com Hélio de Almeida havia sido resolvido de forma satisfatória, o que não ocorreu. Os estudantes foram em comissão, liderados pelo Diretório Central de Estudantes, da Universidade do Brasil, falar com Capanema. E ainda declararam em documento posterior, já que a visita não teve resultados satisfatórios, que: “A autonomia que deve reger as entidades universitárias, estamos já agora certos, não pode ser preservada coabitando as mesmas com entidades outras de caráter não universitário.” Estava declarada a impossibilidade de permanência no mesmo prédio que a Juventude Brasileira, sendo a situação resolvida com um lembrete da UNE para Capanema, onde afirmava que foi Getúlio Vargas que cedeu o espaço em questão, e se necessário era a ele a quem novamente a entidade recorreria. O ministro não respondeu ao documento, mas retirou a direção da Juventude Brasileira do prédio (HORTA, 1994).

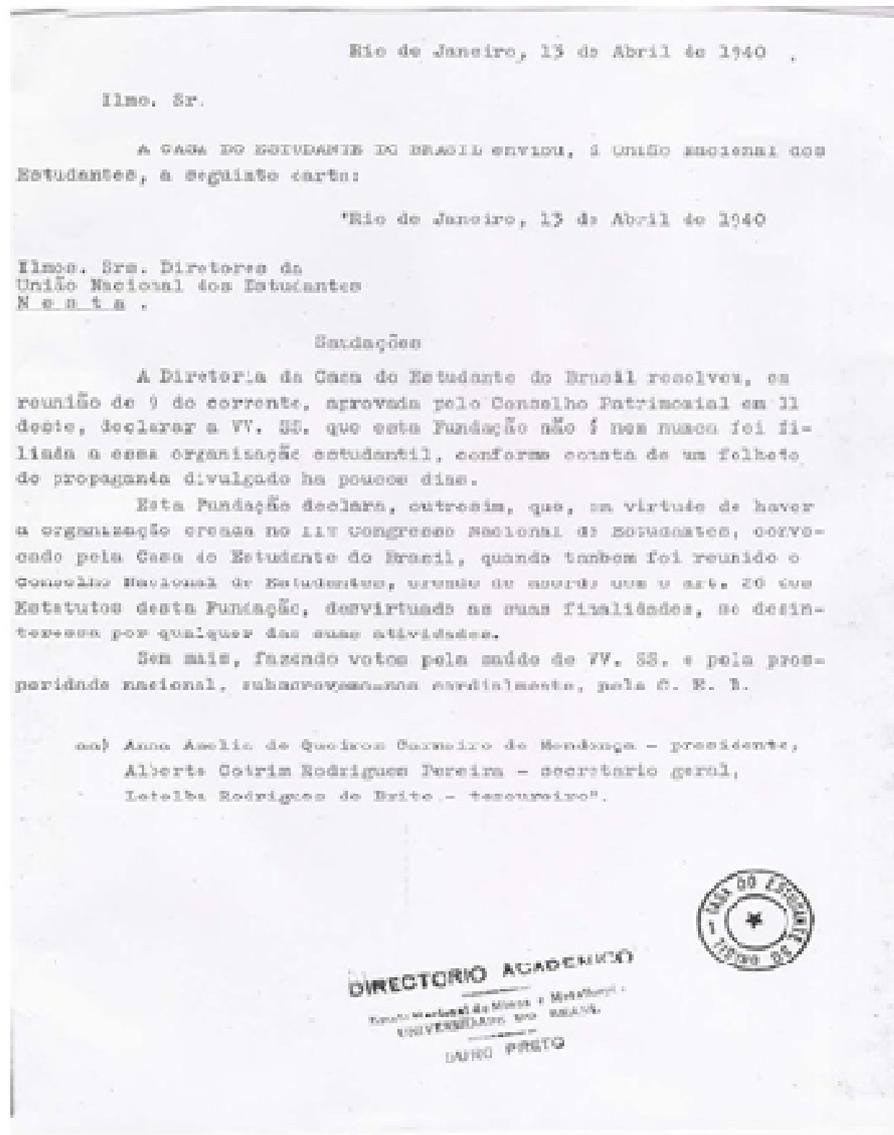
A discussão sobre a Juventude Brasileira e a UNE está estreitamente relacionada à questão do Estado Nacional controlador, que tentava encontrar diversos mecanismos para coerção e dominação dos diferentes segmentos da sociedade. E demonstra também que o desejo inicial de Vargas não foi concluído, o de controle total sobre a União Nacional dos Estudantes. Horta (1994) rebate a interpretação de Poerner, que afirma que o embate sobre o prédio foi uma atitude heroica da UNE. O autor defende que o interesse dos estudantes era de defender sua autonomia e o patrimônio conquistado (p. 272). Mesmo assim, em pleno Estado Novo, falar em autonomia é algo interessante e que merece destaque, pois não havia um embate entre as entidades, e sim uma postura da UNE de não submissão ao governo Vargas.

Este fato está ligado à Casa do Estudante do Brasil, quando refletimos sobre o que Cunha (2007a) afirma quando diz que a CEB tinha ligações com o governo estadonovista e interesse claro nos ganhos que o governo oferecia à entidade. Por isso, em 1940, a CEB lançou mão de uma carta à UNE declarando que as duas não são filiadas, nem nunca foram. Uma estratégia para firmar um posicionamento e de que lado a CEB se encontrava. Mesmo o embate entre UNE e Juventude Brasileira ocorrendo posteriormente, a entidade estudantil já

delineava seu caminho de autonomia, o que em nada agradaria à CEB. Ainda segundo Cunha (2007a),

um ano depois de criada a União Nacional dos Estudantes, com o apoio da Casa do Estudante do Brasil, houve o rompimento de ambas. O fato de a presidência da UNE ser eleita pelo conselho, composto de delegados das escolas superiores, fazia que sua orientação política fosse mais próxima dos Estudantes e mais distante do Estado, como queria a CEB (CUNHA, 2007a, p.288).

Em carta que a CEB dirige à União Nacional dos Estudantes, essa tensão aparece quando Anna Amélia afirma que a UNE foi criada no II Congresso Nacional dos Estudantes organizado pela Casa do Estudante, o que não consistiria na ligação política das mesmas. Abaixo a carta assinada pela presidente:



(Imagem 5)

Transcrição:

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1940.

Ilmo. Sr.

A CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL enviou, à União Nacional dos Estudantes, a seguinte carta:

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1940

Ilmos. Srs. Diretores da

União Nacional dos Estudantes

Nesta.

Saudações

A Diretoria da Casa do Estudante do Brasil resolveu, em reunião de 9 do corrente, aprovada pelo Conselho Patrimonial em 11 deste, declarar a VV. SS. que esta Fundação não é nem nunca foi filiada a essa organização estudantil, conforme consta de um folheto de propaganda divulgado há poucos dias.

Esta Fundação declara, outrossim, que, em virtude de haver a organização criada no IIº Congresso Nacional dos Estudantes, convocado pela Casa do Estudante do Brasil, quando também foi reunido o Conselho Nacional de Estudantes, criado de acordo com o art. 26 dos Estatutos desta Fundação, desvirtuado as suas finalidades, se desinteressa por qualquer das suas atividades.

Sem mais, fazendo votos pela saúde de VV. SS. e pela prosperidade nacional, subscrevemo-nos cordialmente, pela CEB.

*aa) Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça – presidente,
Alberto Cotrim Rodrigues Pereira – secretário-geral,
Letelba Rodrigues de Brito – tesoureiro*

É interessante continuarmos a pensar sobre esse posicionamento político da CEB, que se diz totalmente desligada da UNE, mas em documento enviado ao governo Vargas, em 1939, a União Nacional dos Estudantes deixa sob a responsabilidade da Casa do Estudante do Brasil a verba destinada ao próximo Congresso Nacional dos Estudantes. É também neste documento que a UNE solicita seu reconhecimento como entidade oficial dos estudantes brasileiros, fato que se dará somente em 1942.

Exmo Sr Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

A União Nacional dos Estudantes do Brasil, por meio dos delegados estudantis de suas organizações filiadas, que se acham nesta capital, reunidos na III Assembleia do Conselho Nacional dos Estudantes,

considerando que se acha organizada a União Nacional dos Estudantes do Brasil, fundada no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, realizado nesta capital de 5 a 21 de dezembro do ano de 1938:

considerando que a quase totalidade das organizações estudantis se acham agrupadas harmoniosamente nesta entidade;

pleiteia junto à V. Excia. o seguinte:

o reconhecimento da União Nacional dos Estudantes do Brasil como a entidade oficial dos estudantes brasileiros, órgão da classe estudantil do país;

seja concedida à União Nacional dos Estudantes do Brasil uma verba anual de trinta contos de reis (30:000:000) para a realização anual de seu Conselho, subvenção que ficará entregue, para este fim a Casa do Estudante do Brasil, sendo os seus saldos

empregados na propaganda da UNE e no intercâmbio entre os seus membros, a critério da diretoria da UNE;

seja concedida à União Nacional dos Estudantes uma verba especial para que esta entidade envie uma delegação de 20 estudantes ao Congresso Continental dos Estudantes, que terá lugar de 9 a 15 de dezembro na cidade de Havana, Cuba.

Respeitosamente, subscrevemo-nos

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1939.”

Mas não foi em vão o posicionamento da CEB em se opor a UNE em determinados momentos, já que um dos seus objetivos foi alcançado, o prédio próprio para a definitiva sede da entidade. Pois segundo Mendonça (1969), com o dinheiro recebido pelo governo provisório, através do decreto 20.559, a CEB pode investir em apólices, móveis e utensílios, e desfrutar de uma situação financeira mais cômoda, o que possibilitou “melhorar a instalação dos serviços, instalar uma sede mais confortável, o que equivalia a um enorme passo na realização dos planos desejados tão vivamente”. Verificamos essa ligação entre a CEB e o Governo Vargas no lançamento da Pedra Fundamental de sua sede em 1937, que terá um representante do governo na cerimônia, além de Bertha Lutz, deputada e presidente da FBPF e fundadora da UUF, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, fundadora da CEB, então considerada “Rainha dos Estudantes”, o reitor da Universidade do Brasil, Raul Leitão da Cunha, entre outras personalidades. Na reportagem da *Revista da Semana* de 2 de janeiro de 1937, intitulada “A Casa do Estudante do Brasil”, podemos visualizar essa rede de relações, sendo a imagem representativa. A primeira tomada é de Amaral Peixoto, representante do presidente da República, assinando a ata, ao fundo, homens e mulheres. Seriam estudantes da própria CEB? Segundo a descrição abaixo da foto, Anna Amélia estava fazendo um discurso. Na terceira tomada, um homem assina a ata. Na última, Anna Amélia coloca em uma urna uma mensagem, a sua volta Bertha Lutz, na época já deputada, e o comandante Amaral Peixoto. Ou seja, o lançamento da Pedra Fundamental da CEB, uma fundação de utilidade pública, tornou-se um evento do governo Vargas, que pôde mostrar suas “boas iniciativas” com os estudantes “necessitados”. A seguir, a imagem mencionada:



Acervo: Fundação Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 6)

Ilustrada com as imagens do dia, no rodapé lê-se: *Flagrados tomados no ato do lançamento da pedra fundamental da sede definitiva da Casa do Estudante, em frente à entrada da Feira de Amostras. Da esquerda para a direita a (?) Amaral Peixoto, representante do Presidente da República, assinando a ata: a sra. Anna Amélia, Rainha dos Estudantes falando sobre o atos da (?) pelo professor Leitão da Cunha²², reitor da Universidade do Rio de Janeiro, e por ultimo, a sra. Anna Amélia ladeada pelo comandante Amaral Peixoto e pela deputada Bertha Lutz, depositando uma mensagem na urna que ia ser colocada na pedra fundamental.*

Abaixo, outra reportagem, que demonstra a ligação entre a CEB e o Governo Vargas, intitulada “A construção da Casa do Estudante e uma homenagem ao Chefe de Governo”, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, de 18 de junho de 1940, em que os “laços” entre o

²² Raul Leitão da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, então capital do império, no dia 2 de janeiro de 1881, filho de José Maria Leitão da Cunha e de Maria Georgina Leitão da Cunha. Seu pai pertencia à família de Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, seguindo então para a Europa, onde se especializou em anatomia patológica. Em 1928, foi eleito vereador pelo Distrito Federal, exercendo o mandato até 1930. Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Democrático. Durante o Estado Novo (1937-1945), foi reitor da Universidade do Brasil, então criada. Em 1940, tornou-se diretor da Faculdade Nacional de Filosofia dessa universidade, integrando o Conselho Nacional de Educação em 1940, 1943, 1945 e 1946. De 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro do ano seguinte, durante o governo de José Linhares, que se seguiu à deposição de Getúlio Vargas e à desintegração do Estado Novo, foi designado ministro da Educação e Saúde, substituindo Gustavo Capanema. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de março de 1947.

governo e a CEB se configuram como uma homenagem da instituição ao então presidente da República. Nela, verifica-se que a homenagem ao chefe de governo seria a colocação de um busto de bronze na referida Casa. Segundo a reportagem, esta homenagem era da “classe estudantina”, mas quem está na audiência com Vargas é a diretoria da CEB, dando destaque a presidente da entidade sentada em frente a Vargas, numa forma de mostrar sua liderança, pois os outros três homens estão em volta, como se ouvindo a conversa²³.



Fonte: Acervo da CEB (Imagem 7)

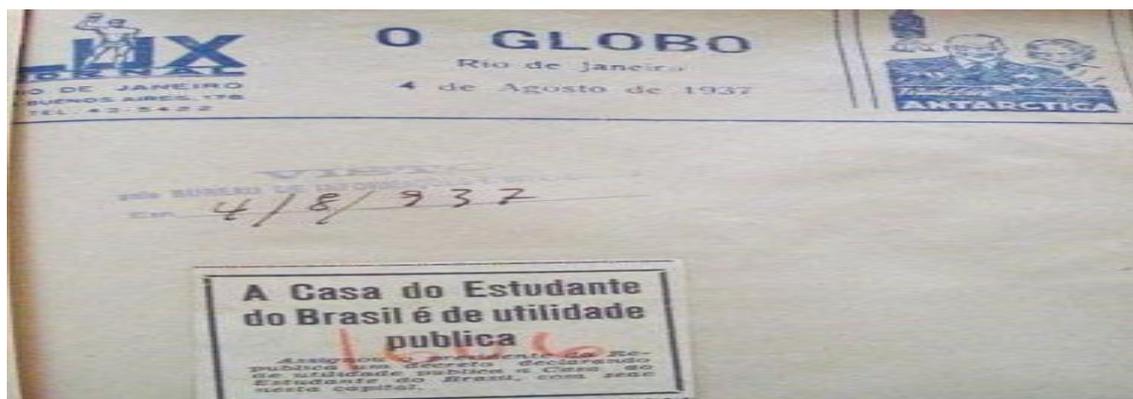
Transcrição: A construção da Casa do Estudante e uma homenagem ao Chefe do Governo.

Em audiência especial o Presidente da República recebeu ontem a diretoria da Casa do estudante, tendo à frente a sra. Anna Amélia Carneiro de Mendonça. Depois das saudações do protocolo essa escritora patricia convidou o chefe de Governo a visitar a sede da instituição e assistir a inauguração de um seu busto em bronze que a classe estudantina vai colocar no salão de Sessões da Casa do Estudante como homenagem especial ao presidente Getulio Vargas. Em seguida a sra. Anna Amélia e os demais diretores srs. Rodrigues de Britto, Geraldo Avelar e Archimedes de Mello Neto conversaram longamente com S. Excia. sobre a construção da nova sede da Casa do Estudante. Durante essa audiência foi tomado o flagrante acima. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1940.

Outra notícia que demonstra a ligação do Estado com a entidade é do jornal *O Globo*, de 4 de agosto de 1937, informando que a CEB seria decretada por Vargas como de utilidade pública. A manchete em destaque informa “A Casa do Estudante do Brasil é de utilidade pública”. Assim, antes mesmo da criação da UNE, a CEB mantinha estreita relação com o

²³ Em visita à CEB, podemos verificar a existência do busto de Getúlio Vargas até os dias de hoje.

governo, já que ele também garantia a manutenção do trabalho assistencial da instituição. Logo, a postura da UNE não poderia atrapalhar o caminho trilhado e conquistado pela Casa do Estudante do Brasil em relação ao governo autoritário. E como a União Nacional dos Estudantes não seguiu os objetivos e desejos de se tornar uma entidade controlada totalmente pelo Estado Novo, a melhor decisão a ser tomada foi a carta em que a CEB declara não ter qualquer tipo de relação e vínculo com a UNE. Essa atitude manteve o bom relacionamento entre governo e CEB e não atrapalhou sua atuação assistencial.



Acervo: Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 8)

Transcrição: *A Casa do Estudante do Brasil é de utilidade pública: Assinou o presidente da República um decreto declarando de utilidade pública a casa do Estudante do Brasil, com sede nesta capital.*

2.4 – Capanema e o projeto de ensino superior

Como já vimos, dentro deste entremear de acontecimentos, temos no período dois personagens importantes para entendermos o ensino superior no Brasil, os ministros da Educação e Saúde Francisco Campos (1931-1932) e Gustavo Capanema (1934-1945).

Francisco Campos, primeiro ministro da Educação e Saúde, terá sua marca com a Reforma para o Ensino Superior. Neste projeto, sancionado em 11 de abril de 1931, ele expõe as finalidades da universidade: sua finalidade transcende ao exclusivo propósito de profissionalização, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada. Os objetivos são “equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura” (CAMPOS, 1931 apud FÁVERO, 2006b). E este papel estaria a cargo da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que daria o verdadeiro valor da universidade, um lócus de cultura desinteressada. A autora alerta ainda

que este projeto visava à intervenção do Estado a fim de “garantir a ordem” (p. 47). Para atender às exigências expostas na Reforma da Universidade do Rio de Janeiro, é proposta a integração de nove unidades: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Faculdade de Educação, Ciências e Letras, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas-Artes e Instituto Nacional de Música.

Mesmo de forma tão breve no Ministério da Educação, Francisco Campos deixou sua marca. Muitas das ideias da Reforma para o ensino superior não foram colocadas em prática, mas o ministro deu o seu modelo sobre o que seria o ideal de ensino para a época, sem contar que ele também empreendeu reformas no ensino primário, secundário e profissional.

Capanema foi outro ministro que deixou sua marca no ensino superior brasileiro, sendo importante discutirmos algumas de suas ideias, para que possamos compreender o contexto em que se instala a CEB. Demonstrando o seu pensamento sobre o ensino superior e qual seria a destinação deste para a sociedade, em entrevista concedida à Agência Meridional, em 1934, citada por Schwartzman (et al, 2000), diz que a universidade não é uma junção de diversas faculdades e que não serve apenas para distribuição de diplomas para as profissões normais; ela, a universidade: “Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento da elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização.” (p. 221) Está claro pela sua fala a importância de um projeto de universidade que fortaleça a formação das elites e dirigentes, conseqüentemente, fortalecendo a “mentalidade” do povo. Seria esta elite que direcionaria o Brasil, possuindo uma cultura geral e específica que prepararia o técnico para o trabalho com as massas. *Uma elite para comandar a nação.* (SCHWARTZMAN, et al, 2000, p.222). Segundo o ministro, esta elite não seria uma elite econômica, mas sim intelectual, e a seleção ocorreria de forma natural, ainda no ensino secundário; para demonstrar que esta elite não seria necessariamente abastada, Capanema defende que não sejam cobrados altos valores pelo ensino superior e que haja assim mérito para os estudantes que conseguirem ultrapassar a etapa do ensino secundário em direção ao nível superior de ensino.

Nas palavras do ministro:

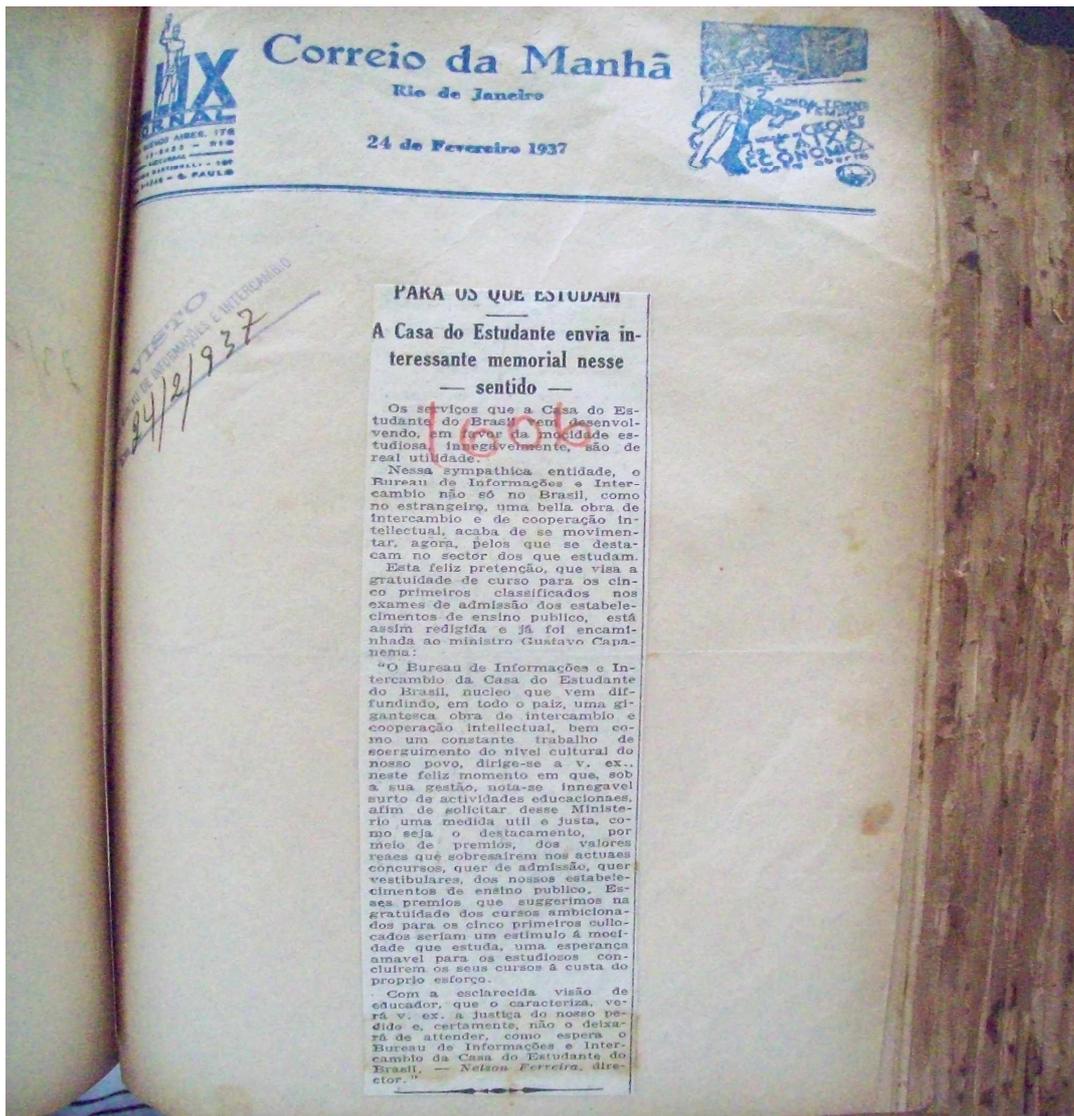
Não se trata de embaraçar a ascensão dos alunos pela eliminatória das taxas altas, com o encarecimento do ensino, transformado em mais um privilégio odioso, antidemocrático e antissocial dos ricos. Ao contrário, devemos preparar de tal modo o curso secundário que até mesmo os milionários incapazes encontrem nele barreira intransponível, enquanto que os pobres que tenham bom merecimento possam concluí-lo sem dificuldades. Urge

realizar, assim, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento dos cursos, a seleção de valores, a democratização e a socialização democrática do ensino, com o livre acesso nele, em todos os seus graus, aos mais capazes. (SCHWARTZMAN, et al, 2000, p. 222)²⁴

A CEB entrará com uma campanha no sentido de que os cinco primeiros colocados nos exames admissionais e vestibulares não paguem a matrícula, sendo uma *real ajuda* para que os estudantes sejam estimulados a terminar os cursos²⁵. Como argumentação da carta (apresentada abaixo), o acadêmico Nelson Ferreira elogiou as iniciativas de Capanema, num intuito claro de conquistar a simpatia do ministro para a causa, afirmando que a medida útil e justa deveria ser realizada, tal como já acontecia em outros países. Além de fechar um círculo de argumentação, pois se Capanema é tão disponível para as causas educacionais, discursa sobre o mérito dos estudantes em ingressar no nível superior, podendo muitos assim serem pobres, por que não ver com bons olhos a campanha de gratuidade para os cinco primeiros colocados nos exames admissionais e vestibulares dos estabelecimentos públicos?

²⁴ Saviani (2007) nos aponta que apenas na LDB de 1961 foi efetivamente aberta aos ramos profissionais o ingresso direto ao ensino superior: “em 31 de março de 1950 foi aprovada a Lei n. 1.076, que permitia aos concluintes do primeiro ciclo dos cursos comercial, industrial e agrícola a matrícula nos cursos clássico e científico. A Lei n. 1821, de 12 de março de 1953, estendeu esse direito também aos concluintes do primeiro ciclo do curso normal e dos cursos de formação de oficiais das polícias militares. Por sua vez, a Lei n. 3.104, de março de 1957, permitiu aos concluintes dos cursos de formação de oficiais das polícias militares, quando em nível de segundo ciclo, candidatar-se a qualquer curso de nível superior. Por equipararem os ramos profissionais ao ensino secundário, essas leis ficaram conhecidas como ‘leis de equivalência’. Eram, no entanto, medidas parciais que não chegaram a eliminar todas as diferenças, como o ilustra o decreto n. 34.330 de 21 de outubro de 1953 que, ao regulamentar a Lei n. 1.821, de março do mesmo ano, manteve restrições que a Lei procurava eliminar. A equivalência plena foi, enfim, garantida com a aprovação da LDB.” (p. 308).

²⁵ Ver tabela do III capítulo que trata sobre ingresso e saída dos estudantes nos cursos superiores.



Fonte: Acervo da Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 9)

Transcrição, jornal Correio da Manhã, 24 de fevereiro de 1937:

Para os que estudam – A Casa do Estudante envia interessante memorial nesse sentido:

Os serviços que a Casa do estudante do Brasil vem desenvolvendo, em favor da mocidade estudiosa inegavelmente são de real utilidade. Nessa simpática entidade, o Bureau de Informações e Intercâmbio não só no Brasil, como no estrangeiro, uma bela obra de intercâmbio e cooperação intelectual, acaba de se movimentar, agora, pelos que se destacam no setor dos que estudam. Esta feliz pretensão que visa a gratuidade de curso para os cinco primeiros classificados nos exames de admissão nos estabelecimentos de ensino público está assim redigida e foi enviada ao Ministro Gustavo Capanema: “ O Bureau de Informações e Intercâmbio, da Casa do Estudante do Brasil, núcleo que vem difundindo em todo o país uma gigantesca obra de intercâmbio e cooperação intelectual, bem como um constante trabalho de soerguimento do nível cultural do nosso povo, dirige-se a V. Ex. nesse feliz momento em que, sob a sua gestão, nota-se inegável surto de atividades educacionais a fim de solicitar desse Ministério uma medida útil e justa, como seja o destacamento, por meio de prêmios, dos valores reais que sobressaírem nos atuais concursos, quer de admissão, quer vestibulares dos nossos estabelecimentos de ensino público. Esses prêmios que sugerimos na gratuidade dos cursos ambicionados para os cinco primeiros colocados seriam um estímulo à mocidade que

estuda, uma esperança amável para os estudiosos concluírem seus cursos à custa do próprio esforço. Com a esclarecida visão de educador, que o caracteriza, verá V. Ex. a justiça do nosso pedido e, certamente, não o deixará de atender, como espera o Bureau de Informações e Intercâmbio da Casa do estudante do Brasil- Nelson Ferreira, diretor.”

Mesmo com este discurso, de meritocracia intelectual, é sabido que as elites econômicas é que possuíam acesso aos estudos, pois a população brasileira sofria de uma alta taxa de analfabetismo, como nos mostra Ribeiro (2000):

Analfabetos na população de 15 anos e mais

ANALFABETISMO		
	1940	1950
Não sabem ler e escrever	13.269.381	15.272.632
% analfabetos	56,0	50,5

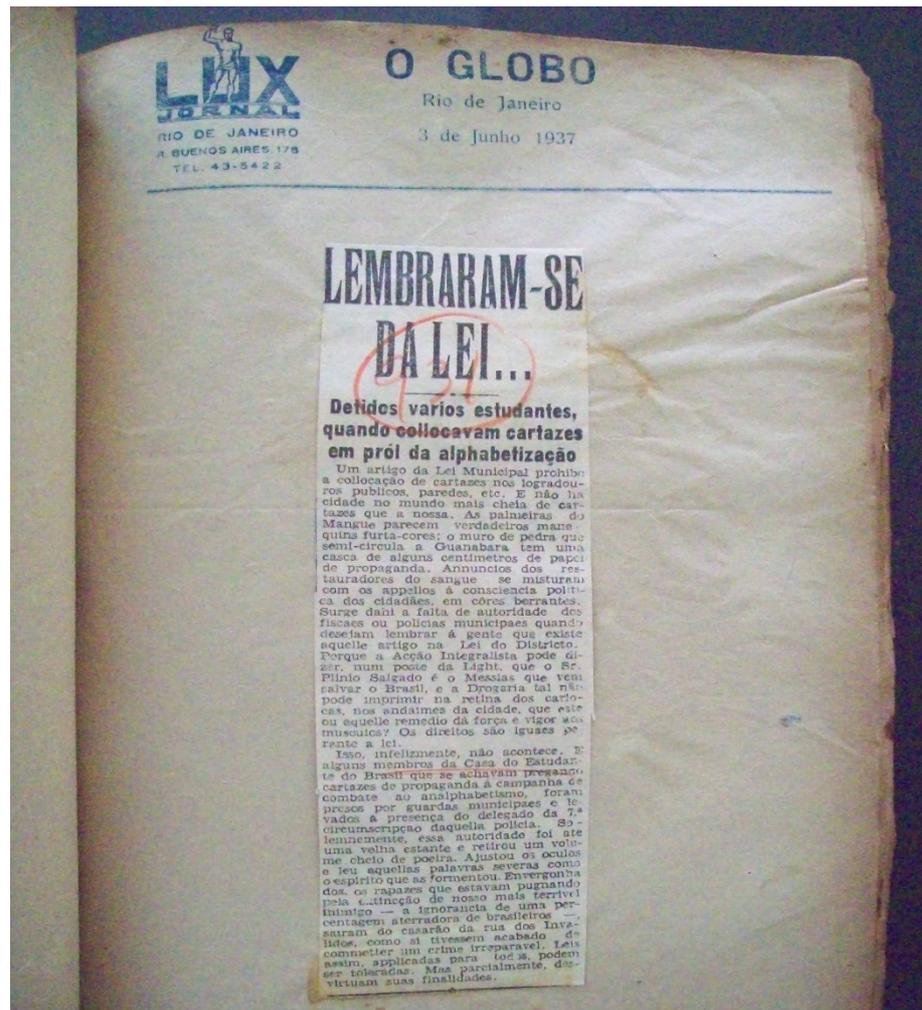
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano XXIV, 1963, p. 27 e 28; Casemiro dos Reis Filho, A Revolução Brasileira e o Ensino, 1974 (In RIBEIRO, 1998, p. 137).

Não sabendo ler e nem escrever, como poderia a população alcançar níveis mais altos de escolarização e assim se tornar uma “elite intelectual”? Quais os pobres que ultrapassariam estas barreiras? Cunha (2007a) nos aponta que a sociedade brasileira mudava de configuração, aumentando sua classe média, e esse cenário possibilitaria que “já na primeira metade dos anos 1930, a maioria dos estudantes das escolas superiores fosse constituída de jovens oriundos das camadas médias, filhos de funcionários do Estado e de empresas particulares, assim como de profissionais liberais” (p. 284). Mesmo com esta nova situação da sociedade brasileira, a grande maioria da população continuava analfabeta, também não sendo exagero afirmar que “estes pobres” que ingressavam no ensino superior, na verdade, faziam parte da classe média brasileira, uns, “dos setores ascendentes das classes trabalhadoras”; outros, “descendentes, formados pelos destituídos das classes dominantes”. (CUNHA, 2007a, p. 284). Logo, a meritocracia, ou seja, conseguir ingressar no nível superior por mérito em relação aos estudos, ainda recaía sobre fatores econômicos. O discurso atrela-se ao poder do saber, pois “o prestígio do conhecimento torna o poder invisível, pois não carece de outro suporte senão a crença na competência” (CHAUÍ, 2011, p. 60). E é nesta crença que Capanema funda seu posicionamento, na necessidade de se ter um ensino superior direcionado à obtenção de uma alta cultura, mas com vistas a um preparo técnico, para que pudesse direcionar a nação no seu desenvolvimento. Inclusive, dependeria da educação superior o destino da alfabetização do país, pois só com um Brasil preparado intelectualmente, os mesmos poderiam “guiar” a massa

e alfabetizá-la. Pois a cultura dominante é a cultura do progresso, e aqueles que não sabem, devem deixar-se guiar pelos que possuem a ciência, ou seja, os que possuem a verdade em suas mãos. Chauí (2011) nos esclarece essa condição de dominação do imaginário da sociedade em que:

Nessas condições pode-se compreender o prestígio da ciência e por que serve como critério da diferença entre a cultura dominante e a dominada: a primeira se oferece como saber de si e do real, a segunda, como não saber. Forma nova e sutil de reafirmar que a barbárie se encontra no povo na dimensão da “incultura” e as “ignorâncias”, imagem preciosa para o dominante sob dois aspectos: de um lado, a suposta universalidade do saber dá-lhe neutralidade e disfarça seu caráter opressor; de outro lado, a “ignorância” do povo serve para justificar a necessidade de dirigi-lo ao alto e, sobretudo, para identificar a possível consciência da dominação com o irracional, visto que lutar contra ela seria lutar contra a verdade (o racional) fornecida pelo conhecimento. (CHAUÍ, 2011, p. 60)

O projeto de fortalecimento do ensino superior, em detrimento dos outros níveis de ensino, custaria algumas críticas tecidas a Gustavo Capanema como já visto, pois, com altos índices de analfabetismo, cobrava-se do ministro, principalmente pela imprensa, uma solução para esta problemática. A resposta vinha com a afirmação de que fortalecer o ensino superior seria fortalecer a elite guiadora das massas, logo, o analfabetismo acabaria, e o Brasil progrediria. Vale atentarmos para uma reportagem que traz a notícia de que estudantes da CEB foram presos por colarem cartazes nas ruas do Rio de Janeiro, ato ilegal, proibido por lei municipal. Mas a notícia toma um viés de discussão sobre o que estava sendo divulgado nos cartazes: uma campanha a favor da alfabetização dos brasileiros. O jornal *O Globo* encontra uma forma implícita para fazer uma crítica à situação de analfabetismo e o não cumprimento da lei, quando se tem interesse. Cabe destacar que mesmo a CEB mantendo uma relação próxima com o governo, isso não era impedimento para que alguns dos estudantes que lá estavam manifestassem críticas ao governo Vargas, mesmo que de forma velada, como no caso da “campanha a favor da alfabetização”.



Fonte: Acervo Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 10)

Transcrição: *O Globo, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1937: Lembram-se da Lei – Detidos vários estudantes quando colocavam cartazes em prol da alfabetização:*

Um artigo da lei municipal proíbe a colocação de cartazes nos logradouros públicos, paredes etc. E não há cidade no mundo mais cheia de cartazes que a nossa. As palmeiras do mangue parecem verdadeiros manequins furta-cores, o muro de pedra que semicircula a Guanabara tem uma casca de alguns centímetros de papel de propaganda. Anúncios dos restauradores do sangue se misturam com os apelos à consciência política dos cidadãos em cores berrantes. Surge daí falta de autoridade dos fiscais ou policiais municipais quando desejam lembrar a gente que existe aquele artigo na Lei do Distrito. Porque a Ação Integralista pode dizer, num poste da Light, que o Sr. Plínio Salgado é o Messias que vem salvar o Brasil, e a Drogaria tal não pode imprimir na retina dos [?], nos andaimes da cidade, que este ou aquele remédio dá força ou vigor aos músculos? Os direitos são iguais perante a lei. Isso, infelizmente, não acontece. E alguns membros da Casa do Estudante do Brasil, que se achavam pregando cartazes de propaganda à campanha de combate ao analfabetismo, foram presos por guardas municipais e levados à presença do delegado da 7ª circunscrição daquela polícia. Solenemente, essa autoridade foi até uma velha estante e retirou um volume cheio de poeira. Ajustou os óculos e leu aquelas palavras severas como o espírito que se fomentou. Envergonhados os rapazes que estavam pugnando pela extinção do nosso mais terrível inimigo – a ignorância de uma percentagem aterradora de brasileiros – saíram do quartel da rua dos Inválidos, como se tivessem acabado de cometer um crime irreparável. Leis assim, aplicadas para todos, podem ser toleradas. Mas parcialmente, desvirtuam suas finalidades.

inimigo – a ignorância de uma percentagem aterradora de brasileiros – saíram do casarão da rua dos Inválidos, como aí tivessem acabado de cometer um crime irreparável. Leis, assim aplicadas para todos, podem ser toleradas. Mas parcialmente, desvirtuam suas finalidades.

Assim, a CEB, ou pelo menos parte dela, não deixou de se posicionar diante das questões educacionais presentes naquele governo que envolvia o ensino superior e a implantação de um projeto de universidade “megalômano”, tendo em vista o alto índice de analfabetismo do povo brasileiro.

Esta entidade, como espaço de assistência estudantil, tanto para homens quanto para mulheres, foi marcada pelas mudanças ocorridas no ensino superior no governo Vargas.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA FEMININA NA CASA

DO ESTUDANTE DO BRASIL: *O CHÁ DAS CALOURAS – O CHÁ DA VITÓRIA*



Imagem de reunião da União Universitária Feminina, s.d. (Fonte: SCHUMAHER e BRAZIL, 2000)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.

(Simone de Beauvoir)

Este capítulo trará uma contribuição para se pensar a trajetória da educação superior das mulheres, mais especificamente com o olhar voltado para nosso objeto de estudo, a presença feminina na Casa do Estudante do Brasil, tendo como foco a atuação de mulheres da União Universitária Feminina. Logo, saber mais sobre a trajetória do ensino superior para mulheres é importante para a compreensão do que será explicitado durante o desenvolvimento do capítulo.

Como vimos no Capítulo II, a primeira universidade brasileira, assim considerada oficialmente, data de 1920, quando da criação da Universidade do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, mantendo a oferta do ensino superior apenas para os homens. De acordo com Cunha (2007), desde a Colônia o ensino superior brasileiro é oferecido para homens. Data de 1572 a *criação dos cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil* (ibid., p.19). O fato de só homens frequentarem as escolas superiores pode ser mais bem explicado se analisando a “ciência” da época, dos séculos XVI até o século XIX, que afirmava ser o cérebro feminino menor e inferior ao masculino, o que acabava por não permitir que as mulheres prosseguissem os estudos, pois anatomicamente não estavam preparadas. Logo, elas só necessitavam aprender o necessário para cuidar dos filhos e do marido, ou seja, a instrução feminina estava a serviço de suas funções primordiais, maternidade e casamento (HAHNER, 2003). Desta forma, apenas o ensino elementar, ou, no máximo, o magistério (profissão vista como uma extensão da maternidade) eram adequados às mulheres, que muitas vezes se formavam, mas não exerciam a profissão. Assim, para que uma mulher pudesse cursar o nível superior, era necessário ir para o exterior. Teixeira (2009) vem corroborar isso no momento em que aponta que

desde cedo a mulher da elite era ensinada a ser mãe e esposa. Sua educação limitava-se a aprender a cozinhar, bordar, costurar e realizar tarefas estritamente domésticas. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, entre outros, que fundamentava a lógica patriarcal de mantê-la afastada dos espaços públicos. A exclusão de outros espaços, além da sua casa, as afastava da educação elementar. (p. 57)

Este cenário feminino é posto desde a Colônia até o século XIX, em uma sociedade que mantinha o modelo de família patriarcal, numa clara dominação masculina sobre a mulher e as crianças (HOLANDA, 1978, 1977; FREYRE, 1985, apud, TEIXEIRA, 2009). Mas este modelo não era consolidado, já que a própria sociedade tinha diferenças cruciais, de classe, gênero, raça e etnia. Dessa forma, o ‘ser mulher’ e o ‘ser homem’ (TEIXEIRA, 2009) dependiam destes fatores para sua constituição, pois se a mulher da elite não trabalhava pela repressão do marido, o operário não via outras condições de sobrevivência senão permitir que

sua esposa também trabalhasse (HAHNER, 2003). Outra possibilidade, como nos aponta Gonçalves (2006), é que a mulher na classe pobre era muitas vezes sozinha para criar os filhos, não lhes restando outra opção a não ser trabalhar. Esta situação, porém, não era levada em conta pelos empregadores, que justificavam a diferença salarial, pois o salário feminino era um complemento para o chefe de família; o que a autora nos aponta, porém, é que o salário da mulher poderia ser o único da família.

Em 1879, o ensino superior brasileiro foi aberto às mulheres, fato que, segundo Hahner (2003), não causou um impacto significativo no número de mulheres neste nível de ensino, já que para o pensamento social à época ainda vigorava a figura da mulher mãe e esposa, deixando claro que até mesmo mulheres de classe social mais abastada tinham dificuldade de cursar o ensino superior. É interessante analisar que muitas mulheres que defendiam o ingresso no ensino superior o faziam com a mesma justificativa da sociedade vigente: uma mulher bem educada e instruída saberia melhor educar seus filhos e cuidar do marido. Logo, teria a responsabilidade do lar e de educar os futuros cidadãos do país. Assim, ao mesmo tempo que eram excluídas do “mundo externo”, ou seja, da vida social e política, eram indiretamente responsáveis por tal sociedade, já que dependia delas cuidar do bom cidadão.

Percebemos desta forma que o ensino superior ainda não era o nível considerado “mais indicado” ao sexo feminino, naquelas décadas de 1920 e 1930, já que

A escolarização de nível superior, incorporada pelos estratos sociais médios, como requisito para a ascensão social do homem, não constitui, porém, uma exigência para a formação intelectual da mulher, na medida em que esta se liga a uma possível carreira. A perspectiva do casamento, valor social superior à carreira profissional, e o namoro precoce operam como fatores limitativos da qualificação da força de trabalho feminina, de um lado, em virtude do fato de casamento e carreira serem frequentemente pensados como incompatíveis e, de outro, por causa do papel subsidiário desempenhado pelo trabalho feminino em relação ao do chefe da família. (SAFFIOTI, 1979. p. 232)

Ainda no século XIX, muitas mulheres acreditavam no ensino superior como uma forma de elevar o nível de profissionalização feminino. Ou, ainda, tinham como defesa a necessidade de médicas mulheres para cuidar de um corpo de mulher, já que um homem traria constrangimento a elas, uma defesa de que em certas profissões apenas mulheres poderiam “tratar/cuidar” de outras mulheres (HAHNER, 2003).

A questão sobre a educação feminina e em especial do ensino superior para mulheres, no século XIX e início do século XX, é vista como uma forma de emancipação feminina, pois levaria as mulheres ao locus de formação da elite política do país, lhes garantindo não só

emprego e melhores remunerações, mas também permitindo influência e poder em certas esferas sociais. Logo, é ponto-chave se pensar a educação superior feminina brasileira, em termos de status e ascensão social e econômica, de luta política, já que a bandeira da educação superior, no caso das mulheres aqui estudadas, está atrelada a outras questões, como o voto e a profissionalização.

3.1- O início: O pavilhão feminino na constituição da Casa do Estudante do Brasil: uma reivindicação no II Congresso Internacional Feminista

Como visto, em 1931, no Rio de Janeiro, acontece o II Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF, tendo como presidente Bertha Lutz. No referido Congresso, Anna Amélia apresenta uma tese reivindicando uma moradia estudantil para mulheres, que estariam, neste período da década de 1930, ingressando cada vez mais no nível superior. Para tanto, apresentaremos alguns pontos da tese de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça²⁶, que ocupou o cargo de vice-presidente da FBPF, como a apresentação da justificativa para tal reivindicação e a exposição de como se constituiria esta moradia feminina, além de apresentar as resoluções do referido Congresso. Vale lembrar que os estudantes naquele momento ainda não possuíam residência estudantil, porém esse espaço foi conquistado muito antes pelos homens.

O II Congresso Internacional Feminista apresentava uma estrutura em forma de seções; coube à UUF a responsabilidade pela seção de Educação e Instrução, sendo a comissão nesta seção composta por Carmen Velasco Portinho, Ormind Bastos, Luiza Sapienza, Maria Luiza Doria Bittencourt e Maria Werneck de Castro. Em tal seção, muitos pontos relativos à educação feminina da época foram discutidos, como, por exemplo:

- I- Educação secundária profissional e pedagogia. O ginásio como tipo de Escola Secundaria feminina para fins de cultura e preparo profissional. Especialização das Escolas Normais.
- II- Educação superior. Regime universitário. “Campus”. A “Casa da Estudante na Cidade Universitária”**
- III- Educação física. Sports Clubs Femininos. Sports adequados ao sexo feminino. A participação da mulher nos jogos olímpicos internacionais.
- IV- Educação cívica. Concurso de oratória entre estudantes sobre o desenvolvimento do espírito cívico construtor. (Destques nossos. Fonte: Fundo FBPF/AN. In BONATO, 2007)

Para a congressista, se a falta de assistência à mocidade estudantil já atingia os rapazes, no sentido de que, por falta de condições, abandonavam os cursos, o que então não

²⁶ Ver verbete no Capítulo II.

ocorreria com as estudantes? Desta forma, era necessário se olhar para essa problemática naquele Congresso Feminista. Ao defender a instituição da Casa do Estudante do Brasil como *uma justa reivindicação da mocidade acadêmica de nossa terra*, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça acreditava que a reivindicação deveria considerar também o significativo contingente de mulheres que já frequentavam os bancos escolares do ensino superior. Portanto, a falta de uma moradia estudantil não atingia apenas os rapazes, mas também as moças que vinham para a capital do país estudar e não tinham condições de se manter. Desta forma, a congressista defendia que na constituição da Casa do Estudante do Brasil também houvesse a moradia feminina. Em suas palavras:

A instituição da Casa do Estudante do Brasil é uma justa reivindicação da mocidade acadêmica de nossa terra, e virá corrigir uma enorme falta, suprimindo uma necessidade cujas conseqüências se fazem sentir cada vez com maior premência no meio dos estudantes de ambos os sexos, em todas as escolas superiores.(...), hoje essa deficiência de amparo atinge igualmente as moças estudantes, que começam a frequentar, em maior número, as escolas superiores, e que procurarão, cada vez mais, alcançar pelo estudo e pelo trabalho, a sua definitiva emancipação social. (Fonte: Fundo FBPF/AN. In REGIS, 2008)

Vemos, na argumentação da participante daquele Congresso de 1931, a indicação da CEB como uma “justa reivindicação” de estudantes de ambos os sexos que vinham para a capital, Rio de Janeiro, fazer seus cursos superiores e que não podiam se manter financeiramente. Neste sentido, uma residência estudantil que os (as) abrigassem era bem-vinda. A congressista afirma ainda que o aumento de mulheres no ensino superior evoluiria gradativamente, e que este processo de inserção nas escolas superiores contribuiria para a sua *emancipação social*. Neste sentido, acreditava que, através da instrução e do trabalho, as mulheres galgariam espaços de cidadania na sociedade brasileira, como Bertha Lutz, fundadora da FBPF e da UUF, que *ingressou no curso de Direito, para poder participar plenamente da vida política, com autoridade, graduando-se em 1933* (BONATO, 2007).

Abaixo, um verbete de **Bertha Lutz**:



Berta Lutz

Fonte: BONATO, Náilda. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. In *Revista Acervo*: Rio de Janeiro, v.18, n. 12, jan/dez 2005. (Imagem 11)

Nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Flower e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz. Bertha se destacou por ser pioneira das lutas feministas no Brasil. Quando adolescente, foi completar sua educação na Europa, tendo contato com a campanha sufragista inglesa. Licenciou-se em ciências na Universidade de Sorbonne, Paris, em 1918, voltando em seguida ao Brasil, onde, através de concurso público, trabalhou como bióloga no Museu Nacional.

Em 1919, com outras mulheres, criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher. Com 28 anos, em 1922, Bertha viajou para os Estados Unidos como delegada oficial do Brasil na I Conferência Pan-Americana de Mulheres; depois de um tempo, voltou com algumas mulheres para participar da Conferência pelo Progresso Feminino. Foi uma comemoração ao centenário da Independência, que se realizou na Ordem dos Advogados do Brasil, entre os dias 19 e 23 de dezembro, consolidando-se, neste evento, a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Retornando à discussão sobre residência feminina, verificamos a existência de uma residência universitária feminina com prédio próprio só na década de 1960, reivindicada

desde o Congresso de 1931. Mas, nas palavras de Anna Amélia, a CEB, já a partir de junho de 1951, mantém uma residência universitária para moças:

Uma residência Universitária para moças **vem sendo mantida pela Fundação Casa do Estudante do Brasil, desde junho de 1951**, já tendo assistido a um número superior a mil universitários de quase todos os recantos do Brasil, entre residentes permanentes e de passagem pelo Rio, em férias. Atualmente, instalada em prédio próprio, na rua Alm. Gomes Pereira n.º86, Urca. (Destques nossos. MENDONÇA, 1969).

Desde 1951, há uma Residência Universitária Feminina mantida pela CEB. Mas Anna Amélia não indica onde funcionava. Seria na própria CEB? Era em um espaço alugado? O prédio próprio para a Residência Universitária Feminina, conseguido nos anos 60, na Urca, foi construído em um terreno doado por um empresário, amigo da então presidente da CEB, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. “Nos anos 60, a entidade [a CEB] ainda conseguiu ampliar sua área de atuação, ao receber a doação de um terreno do empresário Conrado Mutzembecker, amigo de Anna Amélia. Ficava na Urca e abrigou a moradia feminina.” (MENDONÇA, 1996, p. 32) Nossa pesquisa indica atividades na CEB para as mulheres, via União Universitária Feminina, antes de 1951, nossa data limite de pesquisa.

Anna Amélia se envolveu com a criação da Casa do Estudante do Brasil, visando apoiar alunos *necessitados financeiramente* que se mudavam para o Rio de Janeiro. Compondo assim a ideia de uma Casa que serviria como moradia, ajuda de toda natureza e uma formação mais ampla. De acordo com Canen (2002):

... a construção da casa do Estudante não contava com quaisquer recursos financeiros, o que por parte de Anna Amélia demandou uma campanha incansável, que envolveu a família, os amigos e todo o seu círculo de relações. Promoveu festas, mostras, teatro, feiras de livros e muitas outras iniciativas dedicadas àquela finalidade. Finalmente, em 1929, como resultado desses trabalhos, foi instituída a **Casa do Estudante do Brasil, centrada nessas três funções básicas: assistência, intercâmbio e difusão cultural.**”(In FÁVERO e BRITTO, 2002, p.84). (Destaque nosso)

A CEB oferecia serviços médicos e odontológicos, restaurante com programa de reforço alimentar, birô de empregos com registros de pedidos da indústria e do comércio, matrículas na universidade, programas de psicologia aplicada e orientação profissional, concessão de bolsas e moradia. A Casa, em relação ao intercâmbio, valorizava a correspondência entre estudantes, conferências e estágios, fazendo parte de organismos internacionais, enviando e recebendo delegações. Também se dedicava à difusão da cultura através de uma biblioteca, patrocinando uma orquestra sinfônica universitária, além do teatro do estudante, entre outras iniciativas.

Esses mesmos incentivos aos estudos e à difusão da cultura para as mulheres na Casa do Estudante são encontrados na argumentação de Anna Amélia em defesa da presença das estudantes na CEB por meio da construção de um Pavilhão Feminino. Naquele Congresso feminista de 1931, dizia:

Os sports terão, nessa moradia feminina, um papel importantíssimo, como elemento de saúde e de energia, devendo oferecer às pensionistas todas as vantagens de uma perfeita cultura física.

Na sede principal da Casa do Estudante será criada uma biblioteca, onde, a par dos livros de estudo oferecidos à consulta de todos os estudantes, encontrarão as moças leituras úteis e agradáveis, numa seção inteiramente dedicada à leitura universal. E, quem sabe se, com o tempo, não poderão as estudantes conseguir a fundação de outra grande biblioteca nos seus futuros pavilhões. (Fonte: Fundo FBPF/ AN).

Portanto, pesquisar sobre a trajetória feminina na CEB, a partir da reivindicação da congressista de 1931 de implantação de um pavilhão feminino na Casa do Estudante do Brasil no Campus da Cidade Universitária, é significativo por representar a defesa e o direito de permanência das *estudantes necessitadas economicamente* nos cursos superiores que naquela década vinha numericamente crescendo. Mais ainda, tendo essa reivindicação sido feita no âmbito de um Congresso Internacional Feminista, organizado por entidade considerada pioneira nas lutas feministas no Brasil – a FBPF, e apoiada pela recém-criada UUF por mulheres militantes da FBPF, visando congregar especificamente as lutas das mulheres formadas ou estudantes de cursos de nível superior – um espaço ainda destinado majoritariamente aos homens. A luta dessas mulheres contribui para que hoje possamos ter nos bancos universitários um número de mulheres equivalente, ou mesmo superior, ao dos homens. Assim, conhecer essa história da educação brasileira é fundamental.

3.2- A presença feminina na CEB: atuação da União Universitária Feminina

A presença feminina na CEB no período estudado se faz principalmente por meio da atuação da União Universitária Feminina naquele espaço de assistência estudantil que, conforme as fontes consultadas sinalizam, se empenhavam nesse processo de inserção. A UUF realizava já em 1933 o chamado *Chá das Calouras* e o *Chá da Vitória* que, segundo Carmen Portinho, uma das presidentes da UUF, significava uma tentativa de adesão e permanência das universitárias e das mulheres formadas a esta associação. Não sabemos ainda a data exata do início do *Chá das Calouras*, mas temos recortes de jornais do ano de

1933, que demonstram a presença da União Universitária Feminina na CEB. Nas palavras de Portinho:

Sempre que uma mulher passava no exame para a universidade – em medicina, direito, engenharia ou qualquer outra área – procurávamos por ela e lhe oferecíamos o ‘chá das calouras’, aliciando-a para a associação. Quando uma mulher se formava, oferecíamos o ‘chá da vitória’. Íamos buscar as mulheres uma a uma. (PORTINHO apud NOBRE, 1999, p.19-20)

Este movimento de comemoração pela entrada e saída das mulheres no ensino superior pode ser mais bem analisado a partir da tabela abaixo, que clarifica a perspectiva de fluxo dos estudantes, tanto homens como mulheres, explicando a denominação de “Chá da Vitória”, pois se havia dificuldades no ingresso neste nível de ensino, podemos concluir, através dos dados, que a saída era um ato muito mais difícil e para poucos.

Ensino superior geral – Brasil (1929)

Cursos	Matrícula do sexo masculino	Matrícula do sexo feminino	Conclusão do curso (homens)	Conclusão do curso (mulheres)
Medicina	5.787	72	609	4
Odontologia	680	71	156	13
Farmácia	816	178	167	62
Filosofia e Letras	62	3	6	1
Ciências Jurídicas e Sociais	3.180	20	401	2
Engenheiros Civis	2.007	24	212	1
Engenheiros Geógrafos	—	—	—	—
Engenheiros Industriais	16	—	1	—
Engenheiros Agrimensores		Especializado	Superior	
Engenheiros Agrônomos		Especializado	Superior	
Engenheiros Mecânicos		Especializado	Superior	
Engenheiros Eletricistas	282	2	42	—
Engenheiros Arquitetos	23	1	—	—
Químicos Industriais	—	—	—	—

Ensino especializado superior – Brasil (1929)

Cursos	Matrícula do sexo masculino	Matrícula do sexo feminino	Conclusão do curso (homens)	Conclusão do curso (mulheres)
Agronomia e Veterinária	970	10	145	2
Comercial	18.892	4.260	2.458	627
Arte dramática	47	53	—	1
Belas-Artes	1.146	133	29	—
Música	616	4.910	31	588

(Fonte: SAFFIOTI, 1979, p. 217)

Saffioti (1979) dá algumas explicações para a discrepância nos números que se apresentam na tabela acima: 1) Há maior incidência de mulheres na faculdade de Farmácia pelo desprestígio da profissão farmacêutica, que passou a existir nos locais onde não havia médicos ou onde a população pobre não poderia se dirigir ao médico. 2) O alto índice de mulheres no curso de música se dá por entender que as artes são atividades próprias para o ser feminino. 3) E, por fim, os altos índices no ensino especializado comercial se davam por esta atividade não exigir iniciativa e liderança, já que estaria subordinado a um chefe, e à época as profissões liberais exigiam essas características, pois ainda não haviam sido concentradas na propriedade privada e na burocratização. Mas são muito mais alarmantes os dados entre a diferença de entrada e saída, tanto para homens quanto para mulheres.

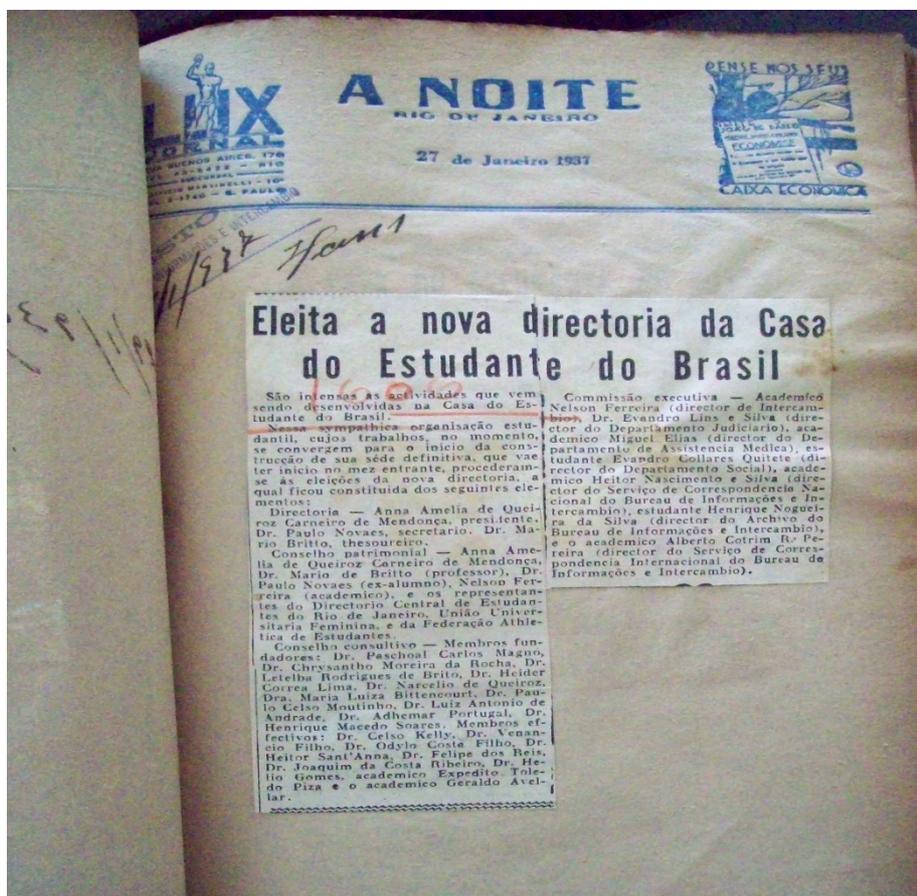
Dessa forma, o “Chá das Calouras” foi uma das estratégias que a União Universitária Feminina teve para agregar mais participantes, tendo em vista seus objetivos e finalidades:

Caberia a esta entidade reunir o elemento feminino graduado ou matriculado em Universidades e Escolas Superiores, no sentido de propiciar o auxílio mútuo e a “defesa dos interesses femininos nas profissões liberais”. Deveria, também, a União Universitária Feminina incentivar o desenvolvimento da intelectualidade feminina brasileira, **despertando-lhe o espírito de colaboração na solução dos problemas sociais**. (SOIHET, 1974, p; 33-4, destaque nosso)

O chá oferecido às estudantes era uma prática constante, realizada ano após ano, numa tentativa de agregar mais mulheres à causa do ingresso feminino no ensino superior, e tal evento muitas vezes era realizado na Casa do Estudante do Brasil, mostrando a presença feminina neste espaço, uma ocupação do espaço de assistência que elas desejavam e consideravam importante. Conforme a reivindicação feita no II Congresso Internacional Feminista, o “Chá das Calouras” representava não uma simples ocupação de espaço, mas também de visão política, pois este momento representaria para a associação a conquista de uma nova possível sócia e o “Chá da Vitória” conclusão do ensino superior por parte das mulheres.

Esta ligação entre a CEB e a União Universitária Feminina não se fazia apenas no “Chá das Calouras”. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, presidente vitalícia da Casa do Estudante do Brasil, também foi vice-presidente da FBPF, entidade que criou a União Universitária Feminina, valendo ainda dizer que Mirtes Dessaunne, Maria de Lourdes Ribeiro, Lucy Machado e Maria Luiza Bittencourt (uma das fundadoras da UUF, em 1929), todas estudantes de Direito, foram levadas à casa de Anna Amélia para convidá-la a ser a Rainha dos Estudantes (BITTENCOURT, 1969). Por fim, temos que a União Universitária

Feminina compunha a diretoria da CEB no ano de 1937, fazendo parte do Conselho Patrimonial (jornal *A Noite*, 27 de janeiro de 1937). Abaixo, a reportagem que traz a UUF como participante da diretoria da CEB no ano de 1937.



Fonte: Acervo da Casa do Estudante do Brasil. (imagem 12)

Transcrição do recorte: *Eleita a nova diretoria da Casa do Estudante do Brasil*

São intensas as atividades que vêm sendo desenvolvidas na Casa do estudante do Brasil. Nossa simpática organização estudantil, cujos trabalhos no momento se convergem para o início da construção de sua sede definitiva, que vai ter início no mês entrante, procederam-se as eleições da nova diretoria, a qual ficou constituída dos seguintes elementos: Diretoria – Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, presidente, Dr. Paulo Novaes, secretário, Dr. Mario Britto, tesoureiro.

Conselho Patrimonial – Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Dr. Mario Britto (professor), Dr. Paulo Novaes (ex-aluno), Nelson Ferreira (acadêmico) e os representantes do Diretório Central dos Estudantes do Rio de Janeiro, União Universitária Feminina e Federação Atlética dos Estudantes.

Conselho Consultivo – Membros fundadores: Dr. Paschoal Carlos Magno, Dr. Chrysantho Moreira da Rocha, Dr. Letelba Rodrigues de Brito, Dr. Heider Correia Lima, Dr. Narcelio de Queiroz, Dr. Maria Luiza Bittencourt, Dr. Paulo Celso Moutinho, Dr. Luiz Antonio de Andrade, Dr. Adhemar Portugal, Dr. Henrique Macedo Soares. Membros efetivos: Dr. Celso Kelly, Dr. Venancio Filho, Dr. Odylo Costa Filho, Dr. Heitor Sant'Anna, Dr. Felipe dos Reis, Dr. Joaquim da Costa Ribeiro, Dr. Heitor Gomes, acadêmico, Expedito Toledo Piza e o acadêmico Geraldo Avelar.

Dr. Felipe dos Reis, Dr. Joaquim da Costa Ribeiro, Dr. Helio Gomes, acadêmico Expedito Toledo Piza e o acadêmico Geraldo Avellar.

Comissão Executiva – Acadêmico Nelson Ferreira (diretor de Intercâmbio), Dr. Evandro Lins e Silva (diretor do Departamento Judiciário), acadêmico Miguel Elias (diretor do Departamento de Assistência Médica), estudante Evandro Collares Quitete (diretor do Departamento Social), acadêmico Heitor Nascimento e Silva (diretor do Serviço de Correspondência Nacional do Bureau de Informações e Intercâmbio), estudante Henrique Nogueira da Silva (diretor do arquivo do Bureau de Informações e Intercâmbio) e o acadêmico Alberto Cotrim R. Pereira (diretor do Serviço de Correspondência Internacional do Bureau de Informações e Intercâmbio).

Também trazemos uma imagem de um “Chá das Calouras” realizado em 22 de maio de 1937, divulgado pela *Revista da Semana*. A foto mostra aproximadamente 50 mulheres. Elas estão no restaurante da CEB. A maioria, está sorrindo, demonstrando descontração e alegria naquele momento. Segundo a reportagem, encontram-se mulheres ingressantes no ensino superior e veteranas.



Acervo: Fundação Casa do Estudante do Brasil (Imagem 13)

Lê-se no rodapé da imagem: “*Na Casa do Estudante do Brasil, ao realizar-se o tradicional ‘Chá da Caloura’ promovido pela União Universitária Feminina.*”

Outra reportagem, intitulada “Chá dos Calouros”, publicada no jornal *A Nação*, de 13 de maio de 1937, também nos mostra a realização deste “Chá das Calouras”. Vejamos:

Realizar-se-á amanhã, 14 do corrente, às 17 horas no restaurante da Casa do

Estudante do Brasil, o tradicional 'Chá da Caloura', oferecido pela União Universitária Feminina. Há vários anos a UUF vem realizando esta festa de cordialidade acadêmica, que hoje tornou-se indispensável à mocidade estudiosa feminina. A segundanista de Direito Cyrene Martins Villela Canedo oferecerá o chá das calouras em nome da União Universitária Feminina, e a primeiranista de engenharia Maria Helena Souza, agradecerá em nome das calouras. Fará ainda parte do programa de recepção às calouras a homenagem que se fará à acadêmica de Direito Lydia Machado que, no ano passado, tirou primeiro lugar absoluto entre homens e mulheres no exame vestibular. A União Universitária Feminina convida a todas as universitárias a comparecer e espera que o 'Chá da Caloura' de 1937 não seja inferior ao dos anos anteriores.

Esta reportagem é um convite às mulheres estudantes do ensino superior para que compareçam ao chá realizado pela União Universitária Feminina na Casa do Estudante do Brasil. O mesmo excerto diz que o chá já é uma tradição entre as mulheres ingressantes no ensino superior, afirmando que o evento acontece há vários anos. Temos ainda o nome de uma mulher, Lydia Machado, que tirou em primeiro lugar nos exames vestibulares no ano de 1936, e por isso será homenageada no evento.

A foto na reportagem é de Maria Helena Souza, que ingressou no curso de engenharia e fez um discurso em nome das novas calouras.



Acervo: Fundação Casa do Estudante do Brasil (Imagem 14)

A reportagem, intitulada *Homenagem à caloura de 1937 – O Chá oferecido pela União Universitária Feminina*, do jornal *Vanguarda* de 11 de maio de 1937, também noticia este chá, nos levando a conhecer melhor este movimento de mulheres.

Informações adicionais: *Querendo a diretoria da União Universitária Feminina estimular a campanha de sócias, a fim de aumentar o seu corpo social, premiará as que arranjaram cinco sócias, e são elas: Dra. Zélia Martins Pinho, consultora jurídica desta associação; Leda Boechat e Semíramis Machado, acadêmica de direito e belas-artes, respectivamente. O prêmio consistirá num livro oferecido pela diretoria a cada uma delas.*

Vemos nesta reportagem o interesse da realização do Chá das Calouras, agregar mais mulheres à entidade, sendo interessante pensar que, além de atrair as mulheres do ensino

superior através do chá, também ouve esforços para incentivar as já participantes da associação a trazerem mais mulheres para a causa, sendo o prêmio uma representação de uma conquista para elas, mais mulheres universitárias e pertencentes a uma associação que busca o desenvolvimento profissional feminino. Numa clara visão de fortalecimento do movimento, em que acreditavam que, com a vinda de mais mulheres em prol desta causa, traria benefícios para elas, já que como movimento organizado acreditavam na agregação de seu segmento, de mulheres estudantes do ensino superior.

Abaixo, uma imagem do “Chá da Caloura” de 1937, divulgada pelo jornal *A Nota*, em 15 de maio, com o título *A festa oferecida pelas veteranas às calouras universitárias – Como decorreu o Chá ontem realizado na Casa dos Estudantes.*



Acervo: Fundação Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 15)

Transcrição: *Em cima: a segundanista de Direito, senhorita Cyrene Villela Canedo, quando oferecia o chá às calouras; em baixo: um aspecto da festa sob franca cordialidade das calouras e veteranas.*

Na Casa dos Estudantes do Brasil realizou-se ontem o tradicional Chá das Calouras, oferecido pela União Universitária Feminina, às moças que acabam de ingressar nas academias superiores desta capital. Festa de cordialidade acadêmica feminina, o chá de ontem decorreu em meio a mais franca alegria e bom humor. Em nome da União Universitária Feminina falou oferecendo a festa a segundanista de Direito Cyrene Villela Canedo, tendo expressão de incitamento e estímulo as suas novas colegas. Agradeceu em nome das calouras, a senhorita Maria Helena de Souza, que disse da alegria de suas companheiras ao iniciar seus estudos universitários e ao participar do convite de amáveis e bondosas colegas.

A imagem é significativa (sendo a mesma fotografia divulgada pela *Revista da*

Semana de 22 de maio de 1937), pois, segundo o jornal *Imparcial*, de 16 de maio de 1937, “compareceram, além de altas autoridades, todas as jovens que no corrente ano ingressaram nas escolas superiores”. Por esta nota, fica claro que o objetivo da UUF foi alcançado, reunir na então Casa do Estudante do Brasil as mulheres universitárias para reunião e felicitação do ingresso no nível superior, uma conquista relevante vista por elas, já que, neste período, a mulher continuava a ser vista na sociedade brasileira como a alma do lar. Outro fator interessante desta imagem é que possui duas fotos; embaixo, a já mencionada, que agregaria *todas as jovens que no corrente ano ingressaram nas escolas superiores* e, acima, uma tomada da mesa que discursou no dia da comemoração do chá.

Não era apenas para o chá que as universitárias se reuniam na CEB, também estando lá para discussões sobre os objetivos da associação e dos universitários em geral, como nos mostra o exposto no rodapé da imagem abaixo, publicado na *Revista da Semana* de 14 de setembro de 1946.



Acervo: Fundação Casa do Estudante do Brasil. (Imagem 16)

Transcrição: *A União Universitária Feminina reuniu-se no sábado ultimo na Casa do Estudante do Brasil congregando os seus elementos de maior expressão para tratar de assuntos momentosos da entidade e da classe universitária no geral. O grupo acima foi posado por essa ocasião e expressamente para a Revista da Semana.*

Vale destacar os objetivos desta associação, já mencionados no texto, compreendendo os *assuntos momentosos da entidade*, em que era necessário “propiciar o auxílio mútuo e a ‘defesa dos interesses femininos nas profissões liberais’; incentivar o desenvolvimento da intelectualidade feminina brasileira, despertando-lhe o espírito de colaboração na solução dos problemas sociais” (SOIHET, 1974, p. 33-4).

Desta forma, a foto acima traz mulheres da UUF, que seriam estudantes do nível superior ou mulheres já formadas, como Carmen Portinho, a última da esquerda sentada à frente, que foi durante anos presidente desta associação. Trazemos alguns verbetes para que saibamos um pouco sobre elas:

Orminda Bastos

Antes mesmo da realização do II Congresso Internacional Feminista, se pronunciava Orminda Bastos, vice-presidente da União Universitária Feminina, em reportagem do jornal *O Tempo*, de 6 de março de 1931, quanto à questão política e sua relação com o movimento feminista e a situação da mulher brasileira.

O momento é de renovação, ou melhor, de transformações. Em que sentido se processarão estas? Para a esquerda ou para a direita, isto é, alongando ou restringindo as franquias. Talvez que para uma linha média, em que se venham a compor as duas tendências extremas. É, precisamente, nessa linha média que se encontra a mulher feminista brasileira. Pelo fato de ser feminista e, portanto, moderna, ela não pôde adotar uma atitude rigorosamente conservadora, o que seria contraditório. Por outro lado, o ser feminista não implica, absolutamente, apoio das ideias subversivas da família e da ordem. Justamente agora, quando se está na perspectiva de uma revisão geral de legislação brasileira, é o momento oportuno de mulheres fazer-se ouvir pleitando a igualdade dos direitos. (...) E é natural, nesse pleito, se faça um exame da situação da mulher brasileira, das nossas condições de vida que lhe criou a nova situação econômica, do seu esforço no trabalho comum, nos industriais, no comércio, nas profissões liberais, das necessidades, enfim, a que é preciso ocorrer, para a melhoria do seu estado social. (Documento do Fundo FBPF/AN)

Orminda Bastos se referia ao momento político em que o país vivia, como visto no II Capítulo.

É preciso conhecermos um pouco dessa mulher, para entendermos melhor a sua fala.



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN. In Bonato, 2007. (Imagem 17)

Era filha de Antonia Ribeiro Bastos e Pedro Rodrigues Bastos, nasceu em Manaus (AM) em 12 de abril de 1899. Quando criança foi para Belém, junto de seus pais, onde estudou e formou-se pela faculdade livre de Direito do Pará, em 1922.

Era professora de grego e latim do Colégio Estadual Paes de Carvalho, jornalista, espírita praticante e advogada no Fórum de Belém.

Em 1925, transferiu-se para o Rio de Janeiro e participou da equipe de advogados de Evaristo de Moraes. Assessora jurídica da FBPF, engajou-se no movimento nacional sufragista e, em 1929, com companheiras de profissões liberais, colaborou na fundação no Rio de Janeiro, da União Universitária Feminina. (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000; BONATO, 2007).

Carmen Portinho



Fonte: <http://www.google.com.br> (Imagem 18)

Nasceu em 26 de janeiro de 1903, em Corumbá, Mato Grosso, mas mudou-se logo para o Rio de Janeiro. Participou com Bertha Lutz da organização do movimento sufragista desde 1919, atuando na Federação Brasileira pelo Progresso, sendo também sua vice-presidente. Em 1929, criou a União Universitária Feminina, com outras mulheres. Em 1937, colaborou na criação da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA), sendo a primeira presidente da associação. A partir de 1925, começou a dar aulas no Colégio Pedro II, o que causou escândalo à época, com o ministro da Justiça tentando interferir em sua nomeação, em vão. Assim, a ativista lecionou no colégio por mais três anos, quando pediu demissão. Em 1926, é a terceira mulher a se formar em engenharia civil na Escola Politécnica da Universidade do Brasil. Participou do quadro de engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura do Distrito Federal. Teve muitas dificuldades em relação à diretoria, já que o cargo era ocupado por um antigo engenheiro que não acreditava na capacidade feminina. Assim, Carmen Portinho recorreu ao então presidente da República, Washington Luís, numa audiência pública, contando seu caso. O presidente resolveu interceder pela engenheira, que conseguiu uma promoção no emprego; sua primeira construção foi a Escola Ricardo de Albuquerque, no subúrbio carioca do mesmo nome. Em 1930, fez o primeiro curso de urbanismo do Brasil, recebendo uma bolsa do Conselho Britânico para estagiar com as comissões de reconstrução e remodelação das cidades inglesas destruídas pela guerra, chegando ao país com a guerra ainda em curso. Ao retornar ao Brasil, propôs a criação de um Departamento de Habitação Popular,

sendo nomeada diretora do novo departamento. Em 1950, construiu o conjunto residencial Pedregulho, em São Cristóvão. Em 1962, pediu aposentadoria e deixou o serviço público, assumindo a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, projetado por seu marido Reidy. Em 1966, criou a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), que dirigiu. Por fim, em 1987, foi convidada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) a entregar a Carta das Mulheres aos constituintes, ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães (SCHUMACHER, BRAZIL, 2000, 135-6).

Vejamos um documento assinado por Bertha Lutz e Carmen Portinho encaminhado ao presidente Getúlio Vargas em defesa dos interesses femininos.

- 1- A mulher não é, em nada, inferior ao homem. À igualdade de deveres entre os dois sexos deve corresponder uma perfeita igualdade de direitos.
- 2- As democracias se orientam e vivem pelos sentimentos e pelas ideias e, se ninguém pode negar essa atividade subjetiva à mulher, não há como privá-la da atividade objetiva.
- 3- A mulher tem o direito e o dever de exercer atividade política como degrau, amparo ou instrumento para a atividade social que já vem exercendo, e que deve alargar-se para maiores e mais belas realizações humanas (in NOBRE, 1999, p.18-9).

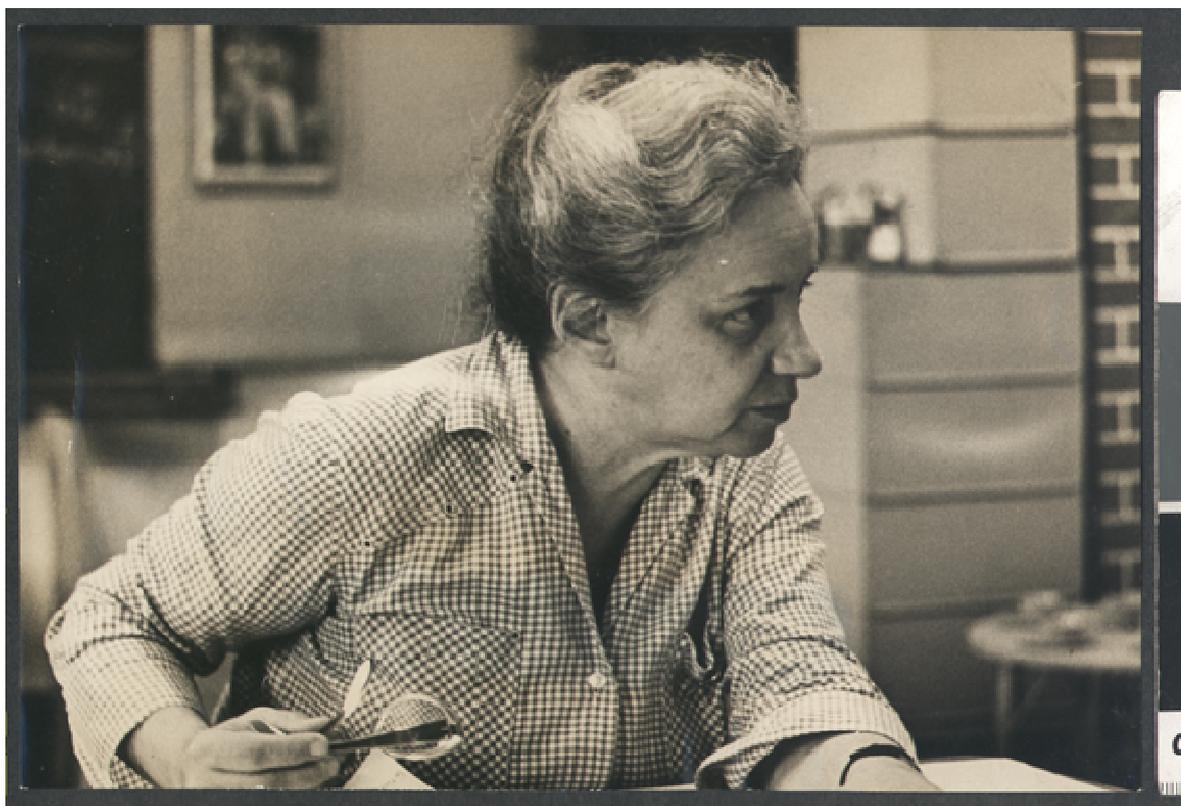
Logo, a todo o momento, as mulheres tinham que afirmar sua capacidade. De acordo com as palavras de Carmen Portinho:

Eu sabia que tinha que trabalhar mais (...) Se eu trabalhasse como um colega homem, seria passada para trás... Se fôssemos reprovadas era uma vergonha, seríamos apontadas pelos outros. Tínhamos que estudar mais que os outros... como éramos feministas, tínhamos que dar o exemplo (NOBRE, 1999, p. 20).

Carmen Portinho, à sua época, conseguiu fazer carreira numa profissão – engenheira, considerada própria para os homens. É ela quem nos indica as “agressões” a que eram sujeitas ao comentar a fala de um chefe de polícia carioca sobre as reivindicações das mulheres na década de 1930.

Claro, num país como o nosso, machista ao extremo, constantemente éramos alvos de chacotas. Um chefe de polícia carioca, conhecido como capitão Chevalier, chegou a nos ridicularizar através das páginas de um jornal. Segundo ele, o que pretendíamos eram coisas de homem (...). (Portinho, 1999)

Heloisa Marinho



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN. In Bonato, 2007. (Heloisa Marinho) (Imagem 19)

Os dados que se seguem de Heloisa Marinho foram compilados de documentos do acervo da Associação Brasileira de Educação (ABE).

Nasceu em 1903, em São Paulo. Iniciou sua escolarização no Colégio Americano de Petrópolis, formou-se no Colégio Bennett e na Universidade de Chicago, onde foi diplomada em especialização em Filosofia e Bacharel em Psicologia. Coursou também a Universidade de Frankfurt, pós-graduando-se em Psicologia. Em 1934, leciona no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, como professora assistente do professor Lourenço Filho, na cadeira de Psicologia da Educação da Escola de Professores. Três anos depois, desenvolve a pesquisa que tem como título *A influência social na formação do gosto*. Neste mesmo ano, escreve o artigo *Vida Universitária*, publicado no livro *Aspectos da cultura norte-americana*, publicado pela Editora Nacional. Organizou cursos inovadores, como o primeiro curso de Educação Infantil no Rio de Janeiro, no Colégio Bennett, e, posteriormente, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Em 1942, foi aprovada no concurso de professora catedrática de Psicologia Educacional do IERJ; orientada por Lourenço Filho, realiza no INEP a pesquisa *O Vocabulário da Criança*

de 7 Anos. Tempos depois, em 1948/49, voltou à Universidade de Chicago para cursar pós-graduação em Sociologia, Psicologia e Pedagogia da Leitura; e doutorado em Psicologia Educacional.

Em 1952, é escolhida como Membro da Comissão, pelo Departamento da Educação Primária da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, para elaborar e publicar um Programa Guia de educação pré-primária para o Distrito Federal.

Em 1956, realiza outra pesquisa, no IERJ, no curso de Pedagogia especial, que tem como título A Casa – Prova de Avaliação da Idade Gráfica. Quatro anos depois, publica a segunda edição do livro *Vida e educação no Jardim da Infância*, pela editora Conquista.

Mais um trabalho é publicado, o artigo Formação do Professor Primário em Nível Superior, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – MEC/INEP*, vol. XLVII. No ano seguinte, em 1968, tem a tarefa de estudar a possibilidade da criação de cursos universitários para as modalidades de ensino especializado, estabelecer currículos e propor medidas que regulamentem a habilitação profissional dos formandos destes cursos. Em 1970, continua a investigar o tema, publicando na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – MEC/INEP*, o artigo Preparação do Professor Primário em Nível Superior. Anos depois, em 1974, nesta mesma revista, publica o artigo O Currículo da Reforma e a Experiência do Colégio Bennett. Neste mesmo ano, cria o Centro de Pesquisas Helena Antipoff (CPHA), na Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Aposentando-se no IERJ, transferiu todo seu material (dentre eles pesquisas e acervo) para o Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho (IPHEM), fundado por ela e Jairo Werner Júnior, em 1982 ou 1984 (o próprio site do Instituto dá as duas informações).

Além de se dedicar ao tema de Jardim de Infância, Heloisa Marinho também se dedicou à formação do educador, defendendo tal formação em nível superior.

Natércia da Silveira



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN. In Bonato, 2007. (Imagem 20)

Outra integrante da União Universitária Feminina foi Natércia da Silveira, que atuou como secretária na diretoria da União. Fato marcante de sua vida militante foi ter levado o

próprio marido aos tribunais, por ele pretender impedi-la de exercer sua profissão de advogada. Carmen Portinho conta no seu livro:

uma de nossas militantes, Natércia da Silveira, advogada brilhante, chegou a levar às barras dos tribunais o próprio marido, que, através de uma ação, a proibiu de exercer a profissão. Tudo porque o nosso código civil impedia a mulher casada de trabalhar fora sem autorização do cônjuge. (Portinho, 1999, p. 45)

Ainda segundo Portinho, o caso teve grande repercussão porque Natércia era uma advogada bastante conhecida. O caso serviu para divulgar uma proibição pouco conhecida por parte de muitas mulheres, instruídas ou não. Elas não sabiam que para trabalhar precisavam de autorização do marido (BONATO, 2007).

Mirtes de Campos



Fonte: jornal *Correio da Manhã* – acervo/AN. In Bonato, 2007. (Imagem 21)

A primeira mulher a advogar no Brasil, nasceu em Macaé (RJ), estudando no Liceu de Humanidades de Campos (RJ).

Teve de enfrentar a oposição da sociedade e de sua família, que não aceitava que uma mulher pudesse fazer um curso superior, já que sua função deveria ser de esposa e mãe. Para

fazer o curso, mudou-se para a capital federal e ingressou na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, formando-se em 1898.

Só em 1906, depois de ultrapassar obstáculos e preconceitos, conseguiu entrar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Neste mesmo ano, teve sua primeira atuação como advogada de defesa, ganhando. Na década de 1910, foi nomeada inspetora de ensino do Distrito Federal. Em 1924, assumiu o cargo de encarregada da Jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, aposentando-se em 1944. Escrevia sobre assuntos jurídicos, especialmente sobre a situação legal das mulheres, tendo como principais obras: *O voto feminino* (1929), *A propósito da mulher jurada* (1933) e *Os advogados brasileiros e a advocacia feminina* (1937).

Embora tenha sido a primeira a exercer a profissão no Brasil, outras mulheres se formaram antes dela (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000; BONATO, 2007).

Maria Rita Soares de Andrade

Era filha de Filomena Batista Soares e Manoel José Soares e nasceu no dia 3 de abril de 1904, em Aracaju, Sergipe. Foi a única mulher de sua turma e a terceira a se formar no estado da Bahia, em Direito, em 1926, na Universidade Federal da Bahia. Voltou para Aracaju onde trabalhou na Procuradoria Geral de Sergipe.

Destacou-se na luta em defesa dos direitos das mulheres. Uniu-se a Bertha Lutz e, em 1931, participou do II Congresso Internacional Feminista. Criou a seção sergipana da União Universitária Feminina.

Em 1938, mudou-se para o Rio de Janeiro, sendo secretária e consultora jurídica da FBPF. Lecionou literatura no Colégio Pedro II e foi professora de processo civil na Faculdade Técnica de Comércio.

Representou o Conselho do estado da Guanabara no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo a primeira mulher a integrá-lo, e, em 1967, tornou-se a primeira juíza federal do Brasil (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000; BONATO, 2007).

Maria de Moraes Werneck de Castro

Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 9 de outubro de 1909, filha de Hermínia Cresta Mendes de Moraes e Justo Rangel Mendes de Moraes. Luís Werneck de Castro, jornalista,

advogado e professor, foi seu marido e também o principal responsável pela Confederação do Professorado Brasileiro na década de 1920. Juntos tiveram quatro filhos.

Maria Werneck, no início dos anos 1930, ingressou na Faculdade de Direito, momento em que se entusiasmou para a luta feminista pelo direito ao voto. Integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a União Universitária Feminina e a Liga Antifascista.

Engajou-se na Aliança Nacional Libertadora, na mesma época, e começou a ficar insatisfeita com a posição da FBPF, que considerava de cunho burguês. Uniu-se a outras mulheres e fundou a União Feminina do Brasil, onde foi secretária jurídica e sua representante junto à ANL (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000; BONATO, 2007).

Voltando ao “Chá das Calouras”, temos em 1934, na revista *A Noite Ilustrada*, mais uma imagem desse evento organizado pela UUF na Casa do Estudante do Brasil.



Transcrição: *Há alguns anos atrás considerava-se temeridade, mesmo excentricidade, uma moça estudar em escola superior Direito ou Medicina. As poucas que a tanto se arrojavam, até eram apontadas como cabotinas...*

Hoje, a evolução espiritual e social arrasou tais preconceitos. De ano para ano, cresce o numero de senhoritas que se inserem nos cursos universitários. E elas, com a sua presença jovial, dão vida aos velhos casarões das nossas faculdades.

Este ano, tiveram as calouras uma festa comunicativa: o chá, realizado na Casa do Estudante, que teve a presidi-lo a Sra. Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, presidente da Casa, e, assistindo-o, figuras de relevo nos círculos femininos, entre as quais a Dra. Carmen Portinho Lutz, presidente da União Universitária Feminina, Dra. Hanna Hyda, eminente arqueóloga sueca, da Universidade de Estocolmo. Esta última, em breve palestra, exprimiu suas impressões sobre o seu convívio com a intelectualidade feminina brasileira. A Dra. Elza Pinho saudou as novas calouras. As gravuras mostram aspectos diversos da alegre reunião e duas charges humorísticas da desenhista Hilde Weber.

Nas palavras de Portinho:

Na UUF a estratégia consistia no seguinte: sempre que uma jovem passava nos exames para a faculdade, fosse de engenharia, medicina, química, direito, farmácia etc. lhe oferecíamos o “Chá das Calouras”. Um modo inicial de atrair as estudantes. Quando se formavam, oferecíamos o “Chá da Vitória”. De modo que isso se tornou muito difundido entre as universitárias, a maioria das quais simpatizantes do nosso movimento. (In NOBRE, 1999, p.61)

É interessante destacar uma discussão sobre o ingresso e a permanência da mulher no ensino superior, e o que isso representava para a sociedade em geral, mas também para outras mulheres de diferentes extratos sociais que não viam ou viam distante essa possibilidade para elas. Ou seja, continuar nos estudos não significava uma vitória para todas as mulheres das décadas de 1930 a 1950, mas sim para algumas mulheres. Vale esta observação na medida em que trabalhamos com a categoria gênero, que inclui em seu entendimento também a diferença dentro de um mesmo segmento, neste caso as mulheres, como nos aponta Gonçalves (2006):

Com a categoria gênero estaria consumada a superação de noções universais, fossem de homens, fossem de mulheres. A introdução da categoria gênero, relacionada ao contexto social, portanto, levou à consideração da **“diferença na diferença”**. Não cabia, assim, a utilização do termo mulher sem adjetivá-lo: mulheres mestiças, negras, judias, trabalhadoras, camponesas, operárias, homossexuais. (Destques nossos, p. 74 e 75)

Não se pode deixar também de analisar que, na história, as mulheres eram preparadas para exercer as funções dentro do lar, como mãe, esposa e dona de casa, sendo destinado a elas o espaço “privado” (espaço restrito ao lar), porém, com o advento da modernidade e do capitalismo, estas mulheres foram impulsionadas a adentrar no mundo externo, irem para a rua, para o trabalho. Ressaltando que

A sociedade, tornada mais complexa, aceitava esta mão de obra feminina que, reconhecidamente mais dócil e responsável, constituía uma bem-vinda adesão à força de trabalho. Sua passividade reforçava a possibilidade de maior exploração salarial, o que tornava ainda mais interessante do ponto de vista do empresário capitalista (ALVES, 1980, p. 97).

Pelo excerto acima, Alves (1980) conclui que esta entrada para o mundo externo se deu por interesses econômicos, em que a mão de obra feminina, considerada dócil e responsável, atenderia aos interesses do empresário capitalista. Mas este movimento de entrada também influenciaria questões sociais, como a base familiar, em que a sociedade acreditava que tal movimento causaria um desmoronamento familiar. Valendo também que a docilidade feminina também justificava o barateamento de seu trabalho.

Havia claramente uma diferenciação entre trabalho feminino e trabalho masculino, tanto em termos salariais quanto de cargos e funções, já que a mulher era considerada um ser inferior, como nos afirma Saffioti (1979):

... a formação econômico-social capitalista (...), na defesa de valores reais ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas. (p. 234)

As associações femininas, como a FBPF e a UUF, são mencionadas quando se trata sobre “a defesa de direitos das mulheres”, pois, de um lado, se propagava e difundia a profissionalização e a formação de nível superior para as mulheres, o que não atendia a especificidades de “outras” mulheres, como as operárias, que trabalhavam e muitas vezes sustentavam suas próprias famílias, logo o debate e as “lutas” travadas para estas operárias deveriam ser compostos por outras questões. Assim, Branca Alves (1980) vem esclarecer estes pontos, a diferenciação de “lutas” pelos interesses das mulheres, quando analisa a atuação da FBPF, considerada pioneira nas lutas feministas:

A principal atuação nestes anos foi com relação à fundação de organizações profissionais de mulheres [como a UUF], e o apoio às já existentes. Atuação importantíssima, pois as mulheres e as crianças compunham o setor explorado da classe trabalhadora e, concomitantemente, o mais abandonado, o que mais carecia de defesa e organização. A preocupação em organizar a mulher trabalhadora de todas as classes sociais demonstra que, apesar das limitações de sua abordagem, que não chegava a uma crítica do sistema como um todo, as feministas tinham consciência da importância do fator sexo na exploração da força de trabalho. Se o movimento não chegou a ser bem-sucedido com relação às tentativas de aproximação com as operárias,

foi justamente por suas limitações teóricas e práticas, pelo posicionamento ideológico que não ultrapassava as premissas liberais, pelo elitismo que não podiam superar as militantes, em sua maioria oriundas da burguesia e da classe média. (ALVES, 1980, p. 117)

A consideração sobre estas associações vale por sabermos que havia uma participação efetiva da União Universitária Feminina na Casa do Estudante do Brasil, percebendo que eram estas as mulheres que buscavam assistência estudantil na CEB. Ressaltando que a União Universitária Feminina, fazendo parte do Conselho Patrimonial da CEB, é um fato que por si só pode explicar a inserção efetiva da primeira nesta última associação. Nesse sentido, o aproveitamento do espaço (não apenas físico, mas político) da CEB pela UUF, contribuiu para que as mulheres organizadas em torno desta última pudessem mostrar as causas pelas quais lutavam, dando visibilidade às suas reivindicações.

A mulher impulsionada a participar deste “mundo externo” conseguia galgar espaços, o que não representava um quantitativo expressivo, mas sim “vitórias” individuais. Diante deste quadro, temos, como representação de movimento organizado, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de 1922, como a União Universitária Feminina, de 1929, que tinham como participantes mulheres que iniciaram a luta pelo voto feminino, além de questões como a educação da mulher. Mas tais reivindicações não tiravam da mulher o seu papel tradicional, sendo uma reivindicação de caráter elitista, como nos diz Branca Alves,

Bertha Lutz descreve o feminismo como sendo uma série de reivindicações jurídicas, políticas, econômicas e sociais, que devem ser definidas através de uma atuação pacífica de propaganda e de persuasão, efetuada por mulheres que por sua própria vida sejam um exemplo dos benefícios que a emancipação poderá trazer. Apela para que a mulher se eduque, a fim de conquistar sua independência econômica; para que se associe e organize, de forma a que aquelas que não precisam trabalhar possam aplicar suas energias na assistência às menos afortunadas, criando as instituições de que tanto carecem a mulher e a criança abandonada. A ênfase é sobre a responsabilidade individual, não sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade. Mais tarde Bertha Lutz evoluirá para uma noção do papel do Estado como promotor do bem-estar social, porém nesta primeira fase de seu pensamento a preocupação com o operariado limita-se ao aperfeiçoamento das instituições de caridade, onde as mulheres de classe média encontrarão meios socialmente aceitos para preencher suas vidas [como Anna Amélia com a CEB]. Esta mescla de pioneirismo e conservadorismo existiu também no movimento americano: ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de uma participação maior na sociedade, mantêm-se as responsabilidades domésticas intactas; ao lado do surgimento de uma solidariedade para com as mulheres operárias, advogam-se meias soluções baseadas no assistencialismo. (1980, p: 103)

Esta explicação também vale quando entendemos o porquê da escolha de Anna Amélia como Rainha dos Estudantes. É significativo uma mulher como representante de estudantes universitários, principalmente uma mulher que não frequentou escolas, como vimos em seu verbete. Essa representação remete ao ideário de mulher do século XIX e início do século XX, uma mulher que tinha como função ser mãe, acolhedora, bondosa por natureza e digna, e nada melhor do que uma mulher da elite, disposta a um trabalho assistencial para isso. Assim, Maria Luiza Bittencourt conta como foi o convite para que Anna Amélia se torne a Rainha dos Estudantes:

Ainda estamos a ver, o rosto de linhas clássicas, iluminado pela beleza interior, o brilho de inteligência nos olhos fundos, e o sorriso tímido de bondade com que nos acolheu. Expusemos a nossa pretensão: queríamos fazê-la a nossa “Rainha” na 1º homenagem que lhe prestaria a mocidade do Brasil. Ergueu-se, na sóbria elegância de seu porte alto, refletia-se a nobreza da esposa digna e de mãe de família.

– Devem procurar uma jovem talentosa, replicou, e nós, prontamente – **nossa classe é desamparada e precisamos ter na senhora uma mãe.**

Seu sorriso acentuou-se e sua voz, de timbre grave, tomou um tom reflexivo.

– Interesse-me realmente pela assistência social, há muito tempo, porém desconheço os problemas da juventude estudantil.

– A senhora os conhecerá em breve, esclarecemos, e a campanha se iniciou. (BITTENCOURT, 1969) (destaques nossos).

Mas ainda é interessante a ampliação do debate em torno das perspectivas de luta das associações já supramencionadas. É Soihet (2000) quem vem contestar as afirmações de Alves (1980), contextualizando a atuação de Bertha Lutz e de outras mulheres da FBPF, colocando em seu artigo um subtítulo com um título significativo: *Tradicionalismo ou tática?* (SOIHET, 2000, p. 105).

A autora traz um quadro de diferentes autores que afirmam que as ações da FBPF cumpriram apenas o papel de inserir a mulher na sociedade burguesa, legitimando e fortalecendo o sistema político, e em nada contribuindo com uma atitude que alterasse os padrões vigentes de dominação masculina. Isto faria com que as mulheres burguesas conseguissem espaço e as pobres fossem alijadas de ganhos.

Soihet (2000) recorre à explicação do anacronismo, ou seja, no início do século XX, no Brasil, lutar contra a ordem vigente seria o mesmo que não ter aceitabilidade e adesão ao movimento, inclusive pelas próprias mulheres, pois a maternidade era um fator solidificado na sociedade, e mesmo muitas feministas defendiam a família, a mulher mãe e esposa como sendo uma de suas responsabilidades. Assim, buscar o viés legalista seria uma forma de conseguir ganhos para a causa feminista. Seria a instrumentalização do movimento, que, ao se inserir nos meios sociais, conseguiria cada vez mais espaço, conquistando cada vez mais

direitos para as mulheres. Dessa forma, segundo a autora, as táticas legalistas não foram uma opção a favor da sociedade burguesa, mas sim uma forma política de se enquadrar ao contexto da época.

Outra justificativa presente no artigo é que a FBFP tentou se aproximar das operárias na luta pelas questões trabalhistas das mulheres, como, por exemplo, a redução da carga horária de 12 ou 14 horas para 8 horas diárias. Mas a aproximação não se realizou, e segundo Branca Moreira Alves, que realizou entrevistas com algumas militantes desejosas de uma *transformação social mais ampla*, “estas referiam-se às distâncias sociais entre Bertha Lutz e demais companheiras, em sua maioria profissionais liberais ou membros da burguesia, e as trabalhadoras, dificultando psicologicamente um maior contato”. É também Maria Luiza Bittencourt, membro da UUF, e uma das diretoras da CEB, e que se dizia de esquerda, que explicita que havia mulheres de diferentes correntes no movimento, mas que Bertha Lutz temia a abertura para os posicionamentos políticos, pois esse fato poderia prejudicar o movimento. (ALVES, 1980)

No período da década de 1920, diferentes setores da sociedade se manifestavam em torno da questão da educação feminina, como a Igreja católica, representada pelo conservadorismo, que defendia a baixa escolarização da educação feminina *em nome da necessidade moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente*. (SAFFIOTI, 1979, p. 205)

Os liberais, defensores das ideias iluministas, defendiam uma família do tipo patriarcal, desejosos assim da dominação masculina sobre a mulher (TEIXEIRA, 2009), e, mesmo com pensamento diferente da Igreja, não propunham a emancipação feminina, apenas eram desejosos de uma instrução da mulher, na qual aprendessem as artes domésticas, preparando-a para o lar.

A corrente positivista, que chegou ao Brasil em meados do século XIX, através de brasileiros que completaram seus estudos na França (TEIXEIRA, 2009), também propõe uma forma de educação feminina, em que se suporia que as mulheres eram mais afetivas e os homens mais inteligentes e racionais. Assim, homens e mulheres deveriam ter uma educação diferenciada e segregada sexualmente, de acordo com suas habilidades e potencialidades, confirmando o fator, homem para a vida pública e mulher para a vida privada.

Tais discussões perduraram até a Revolução de Vargas, onde o tema educação e, especificamente, a educação da mulher continuavam sendo questões em voga. No que se refere à educação, é Schwartzman (et al, 2000) quem afirma:

O tratamento especial que Capanema reserva às mulheres se desdobraria em dois planos. Por um lado, haveria que proteger a família; por outro, haveria que dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar. Os diversos projetos e propostas elaborados com este objetivo mostram certa evolução, que vai desde uma divisão extrema de papéis entre os sexos até uma atitude mais conciliatória, que chega até mesmo a aceitar, em 1942, a coeducação, ainda que de forma excepcional. Foi uma evolução provocada, acima de tudo, pela força dos fatos. (p. 123)

Diante de tantos debates, que perduram até a década de 1930, compreende-se melhor os dados trazidos por Saffioti apresentados na tabela sobre o quantitativo de ingressantes e formandos do Ensino Superior do Brasil, em 1929. Diante do quadro colocado à instrução das mulheres, a sua inserção no nível superior, tal como a permanência nele, se fazia um fator complexo num momento em que o próprio ensino superior se consolidava para os homens, com o surgimento das universidades.

O ensino secundário era o elo com o nível superior, e aquele privilegiava a instrução dos homens em relação à das mulheres. Para a educação da mulher, mesmo que tenuamente, ainda residia a natureza da personalidade feminina e sua missão com o lar, sendo ainda os cursos normais a forma de profissionalização a elas mais adequada, já que tal ocupação simbolizava um teor maternal. Tanto que na própria FBPF havia *um grande número de professoras, um surpreendente número de advogadas e jornalistas, contando-se também uma médica, uma engenheira e até a primeira aviadora do país, Anésia Pinheiro Machado* (PINTO, 2003).

Diante de tantos impasses e perspectivas sobre a educação feminina, e em especial de nível superior, nas décadas de 1930 a 1950, as mulheres organizadas na UUF buscaram este espaço de escolarização por acreditarem ser o ensino superior um estágio importante para a trajetória de conquistas femininas, o que facilitaria para elas a entrada em outros setores da sociedade. Para tanto, recorrendo à Casa do Estudante do Brasil, como um espaço de assistência estudantil que desse a estas mulheres visibilidade para as suas causas, além do apoio para manter os estudos das universitárias. Assim, esta presença feminina foi se construindo, não apenas fisicamente, mas com um teor político, de inserção feminina na sociedade.

Sobre a atuação da União o trecho abaixo é esclarecedor:

Associação de moças formadas a União Universitária desde sua fundação tem-se interessado pela solução de todas as questões que interessem a mulher culta facilitando a sua extensão e defendendo seus interesses nas carreiras. Indo de encontro às universitárias promovendo uma apresentação, aos professores, montando biblioteca, realizando em sua sede palestras científicas, propagando a utilidade do desenvolvimento intelectual de mulheres por todos os meios ao seu alcance, procurando colocá-la nos

corpos clínicos jurídicos de todas as associações de classe beneficentes ou não, recomendando-a as suas associadas. Em dois anos de útil existência conhecida [?] amplamente pela projeção [?] natural dos nomes que a formaram a União atraiu valores elementos e conseguiu na sua sede formar um ambiente de solidariedade, perfeita compreensão, fina intelectualidade que só lá existe e talvez sua maior conquista. (Fonte: Fundo FBPF/AN)

De acordo com Soihet (1974), a União Universitária Feminina atualiza seus estatutos em 1961, passando a se chamar Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

A 3 de maio de 1961 seus estatutos [se referindo a União] foram atualizados, passando a chamar-se “Associação Brasileira de Mulheres Universitárias”. Anuário – 1961. (1974, p. 68)

Dois anos antes de mudar seus estatutos e seu nome, a União Universitária Feminina concede sua primeira bolsa de estudos patrocinada pela entidade e entregue à beneficiária por Carmen Portinho, de acordo com o que está descrito no verso da foto que tem como chamada em destaque: A UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA CONCEDE BOLSA DE ESTUDO: *Com a presença de diretores e sócias da UUF e de estudantes universitárias foi feita a entrega ontem da primeira bolsa de estudos patrocinada pela referida entidade, cujo corpo social é integrado exclusivamente por mulheres portadoras de diploma universitário e por estudantes de nossas escolas superiores. A bolsa de estudos “Carmem Moura” foi doada à Srta. Creusa Moraes Chaves, estudante do 4º ano de escultura da escola Nacional de Belas Artes e desenhista de botânica do Museu Nacional. Na foto, a engenheira Carmen Portinho, uma das diretoras da agremiação fazendo entrega da bolsa de estudos à laureada, na sede social da UUF, no 6º andar do Edifício Odeon, na sala 617. (Fonte: jornal Correio da Manhã – acervo)*

Mas essa história já não é objeto desta dissertação.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como finalidade contribuir para os estudos sobre gênero, no campo da História da Educação, tendo como foco da investigação mulheres que ingressaram no nível superior ainda nas décadas de 1930 a 1950, verificando como elas se organizaram e lutaram para permanecer neste nível de ensino; como fontes de estudos foram utilizados periódicos. Vale mencionar o ineditismo da pesquisa, que trabalhou com uma entidade de assistência estudantil, a Casa do Estudante do Brasil, uma fundação destinada a colaborar com estudantes “pobres”, oferecendo diversos serviços, tendo como base assistência, intercâmbio e cultura; mais especificamente, investigando como as mulheres buscaram estar neste espaço como garantia de também obterem auxílio para sua causa, isto é, ter meios para permanecer no ensino superior. Neste sentido, a pesquisa apontou que a presença feminina neste espaço de assistência estudantil se deu, principalmente, pela atuação da União Universitária Feminina.

A pesquisa documental possibilitou que conhecêssemos e “vasculhássemos” um acervo “adormecido”, porém valioso em sua documentação, o da Casa do Estudante do Brasil, que possui recortes de jornais de diferentes anos e sobre diferentes assuntos, que viabiliza diversas pesquisas em temáticas e campos os mais variados. Atentando o nosso olhar ainda mais para a preservação e guarda documental, mesmo nos espaços que não são destinados a esta função.

Pesquisar em periódicos, que possuíam reportagens e até mesmo imagens, nos fez recorrer a metodologias de estudo específicas, para que a análise empreendida não se fechasse no texto, podendo adentrar nas entrelinhas.

No nosso estudo, vimos que a UUF participou ativamente do II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em 1931, nele destacando seu papel e princípios enquanto entidade representativa de um segmento de mulheres que se consolidava na sociedade brasileira ainda eminentemente patriarcal, sendo o espaço das escolas de cursos superiores majoritariamente masculinos, a reivindicação de Anna Amélia apoiada pela União representava o reconhecimento desse espaço escolar também para o sexo feminino nesta sociedade, sendo a própria criação da União representativa desse reconhecimento.

Constatamos a presença feminina na CEB através da atuação da União Universitária Feminina, que estava neste processo de inserção, realizando o chamado Chá das Calouras, para as estudantes que ingressavam no ensino superior e o Chá da Vitória, organizado também pela UUF, para celebrar a “vitória” de terem conseguido se formar nos cursos.

Esta discussão vem trazer a importância da participação de mulheres no ensino superior e a luta pela permanência neste espaço, que ainda era destinado aos homens, nas décadas de 1930 a 1950, destacando que existia no Brasil um grande número da população que era analfabeta (não sabia ler nem escrever). Então, pensarmos numa instituição que destinava espaço para estudantes ditos “necessitados” e do ensino superior é interessante na medida em que desvinculamos o nível superior a espaços majoritariamente ou somente masculinos, problematizando sobre a questão do gênero e a construção social dos espaços públicos (mundo externo) e privados (o lar), e os sujeitos a quem eram destinados.

As questões propostas de pesquisa presentes na introdução deste trabalho foram importantes para compreendermos as táticas utilizadas por estas mulheres para colocar em foco a sua causa, neste caso, uma maior escolarização da mulher. Essa causa, na verdade, está atrelada a outras, pois vimos no presente texto que a presença feminina na CEB se fez através da União Universitária Feminina, uma associação que se destinava a abrigar mulheres do ensino superior ou já formadas, que visava ao desenvolvimento intelectual e profissional da mulher. Esta associação foi criada a partir da FBPF, entidade primeira do movimento feminista brasileiro, liderado por Bertha Lutz, e que teve várias bandeiras de luta, a mais conhecida a do voto feminino. Dessa forma, a inserção feminina na CEB em busca de assistência para mulheres se manterem no ensino superior, e a própria luta por uma instrução superior, nos leva a pensar que era mais uma tática, mais um instrumento de luta dessas mulheres na inserção na sociedade. Pois a luta delas era principalmente essa, que o sexo feminino fosse reconhecido como também integrante da vida social, não se reduzindo a condição de mãe dedicada e mulher abnegada do lar. Era uma tentativa de mudar os destinos das mulheres.

Para entendermos essa dinâmica do “ser mulher” que galgava adentrar na sociedade que se constituía e estabelecia regras e modelos para os sujeitos, recorreremos aos estudos de gênero, utilizando como principais autoras Joan Scott (1992), Guacira Louro (1997), Rachel Soihet (1997 e 1974), Gonçalves (2006), e Pinsky (2009), que nos deram a dimensão do que seja a categoria empreendida e antes de tudo a representação que o “ser mulher” tinha na sociedade patriarcal, desnaturalizando as diferenças entre homens e mulheres.

Refletimos com Soihet (2000), que aponta que estas mulheres não tinham unicamente bandeiras para mulheres das classes altas e médias, que tentaram se aproximar das causas das classes menos abastadas, mas essa interseção não teve sucesso pela imagem que elas já passavam à época. Essas formas de instrumentalização para se inserir na sociedade foram uma tática de conquista, pois se tivessem práticas mais contundentes e fizessem uma crítica mais

acirrada perderiam espaço e prestígio, não só entre os homens, mas também entre as mulheres, que, mesmo entendendo a importância da instrução e da profissionalização, ainda viam na maternidade uma verdadeira missão feminina; assim não obteriam metade das conquistas que tiveram. Essa reflexão trazida pela autora se justifica pelas constantes análises de que as associações feministas só visavam garantias legalistas e para a mulher burguesa, afirmando ainda que esta conclusão é anacrônica, pois não contextualiza o momento de repressão e autoritarismo em que estas mulheres viveram. Concordando em parte com Soihet (2000), vale dizer que as conquistas acabaram por ser mais amplamente angariadas e sentidas pelas mulheres das classes médias e altas, o que não torna o movimento ilegítimo ou desnecessário, mas dá uma dimensão real que muitas eram as bandeiras que deveriam ser travadas na sociedade brasileira, e que não é por existir um grande número de analfabetos que não poderia se reivindicar uma instrução superior para mulheres. Uma bandeira de luta não impedia a outra, apenas caracterizava os sujeitos envolvidos. A autora supramencionada trata muito bem do assunto, quando nos diz que colocam a responsabilidade de uma missão de vanguarda a estas mulheres do movimento feminista, como se as outras fossem uma massa amorfa, que precisasse ser guiada, não podendo também se levantar e se organizar em torno de outras bandeiras de luta.

Também trouxemos uma contextualização em termos histórico-educacionais do ensino superior, que nos deu a dimensão do quão era fechado o ensino superior brasileiro, tanto para mulheres quanto para as classes mais baixas, justificando a presença feminina na CEB, com intensa atuação da UUF, na busca por mais um espaço que desse visibilidade a elas, perante a sociedade e o governo, tecendo redes políticas para que fossem conquistando o espaço público, o mundo externo, não mais reduzido ao lar.

Por fim, podemos situar que a pesquisa colaborou para as pesquisas em História da Educação, em especial para um olhar mais atento à educação feminina, percebendo que no cenário da educação estes sujeitos também se fizeram presentes de forma significativa, no momento em que ainda se consolidava a universidade, maior representação do ensino superior brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, Jane de Soares. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, nº 51)
- BITTENCOURT, Maria Luiza. A quem devemos homenagear: um depoimento. In: **Rumo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1969.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BONATO, Nilda Marinho da Costa Bonato. **Relatório Científico do projeto As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação feminina**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005. (Digitado)
- _____. **Relatório Científico do projeto As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação feminina**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. (Digitado).
- _____. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Revista Acervo**: Rio de Janeiro, v.18, n. 12, jan/dez 2005.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org). tradução de Magda Lopes. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CANEN, Ana. Anna Amélia Queiroz carneiro de Mendonça. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- CARVALHO, Carlos Henrique de, INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na Imprensa. In: SCHELBAUER, Analete Regina, ARAUJO, José Carlos Souza. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007a. 3ed.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** São Paulo: Editora UNESP, 2007b. 3ed.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar.** Curitiba, n. 28, p: 17-36, 2006a

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006b.

GONÇALVES, Andrea Lisly. **História e Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 - 1940.** Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed: UFRJ, 1994.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Editora Ateliê Cultural, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SO: Ed. Unicamp, 1996.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da educação no Brasil. In: **Revista do Histedbr**, junho de 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art14_14pdf, Acesso em 17 de março de 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006. 8ed.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Crônica feminina: sobre o lugar da mulher e de sua educação no periódico católico *A Ordem* (anos 1930). In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello, XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MENDONÇA, Anna Amélia Queiroz de. **Anna Amélia, alma de cristal.** Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1996.

_____. CEB – assistência, intercâmbio e cultura. In: **Rumo.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1969.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.** 2000.

NARCIZO, Rodrigo Mota. Impressos e discursos para formação docente nos moldes católicos na primeira metade da década de 1930. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello, XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

NOBRE, Ana Luiza. **Carmem Portinho: o moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1999.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PAIM, A. A busca de um modelo universitário. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

PINSK, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista estudos feministas**. Florianópolis. V. 17, n. 1, jan/abr. 2009.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTINHO, Carmem. **Por toda a minha vida/ Carmem Portinho; Depoimento a Geraldo Edson de Andrade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

REGIS, Caren Victorino. **A Casa do Estudante do Brasil – o Pavilhão Feminino: uma reivindicação de 1931**. Monografia de graduação submetida a Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1979.

SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea)

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação)

SCHUMACHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Minas Gerais: Vida Intelectual, 2000.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). tradução de Magda Lopes. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). tradução de Magda Lopes. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, set/out/nov/dez, 2000.

_____. História das mulheres. In. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.275-296.

_____. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919 – 1937**. Dissertação submetida ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. 1974.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. **As representações do ‘ser mulher’: a mãe-educadora e a professora primária através da imprensa feminina (1852-1888)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

THOMPSON, E.P. A História Vista de Baixo. In: THOMPSON, E.P, **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. República e educação no Brasil (1889-1971). In: VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção memória da educação).

VILLANOVA, Carla. No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello, XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

Acervos consultados:

Arquivo Nacional

Biblioteca Nacional

Casa do Estudante do Brasil

Proedes/UFRJ

Periódicos consultados:

A Nação

A Nota

Correio da Manhã

Correio Paulistano

Diário da Tarde de Aracajú

Gazeta de Notícias

O Globo

Revista da Semana

A Noite

Revista A Noite Ilustrada

Revista Rumo

Sites consultados:

Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>, acessado em 16 de setembro de 2011.

Disponível em
http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_de_janeiro/paschoal_carlos_magno.html,
1, acessado em 16 de setembro de 2011.

Disponível em <http://www.google.com.br>, acessado em 16 de setembro de 2011.